

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ  
CAMPUS DE FRANCISCO BELTRÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM GEOGRAFIA**

**MARILUCIA BEN**

**OS “NÓS” DA TERRITORIALIZAÇÃO DA COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL  
LAR NO OESTE PARANAENSE**

**FRANCISCO BELTRÃO**

**2011**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ  
CAMPUS DE FRANCISCO BELTRÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM GEOGRAFIA**

**MARILUCIA BEN**

**OS “NÓS” DA TERRITORIALIZAÇÃO DA COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL  
LAR NO OESTE PARANAENSE**

Dissertação apresentada ao programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus de Francisco Beltrão, como requisito para obtenção do título de Mestre em Geografia, na linha de Geografia e Meio Ambiente.

Orientadora: Marli Terezinha Szumilo Schlosser

**FRANCISCO BELTRÃO  
2011**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)  
(Biblioteca da UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR.,  
Brasil)

Ben, Marilucia  
B456 **Os "nós" da territorialização da Cooperativa Agroindustrial  
Lar no oeste paranaense** / Marilucia Ben - Francisco Beltrão,  
2011  
125 p.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Marli Terezinha Szumilo Schlosser

Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade  
Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Francisco Beltrão,  
2011.

1. Modernização agrícola. 2. Cooperativa Agroindustrial  
Lar. 3. Território. I. Universidade Estadual do Oeste do  
Paraná. II. Título.

CDD 21.ed. 338.1098162  
338.181  
338.161  
CIP-NBR 12899

Ficha catalográfica elaborada por Marcia Elisa Sbaraini Leitzke CRB-9/539

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CCH  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – NÍVEL DE MESTRADO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

OS “NÓS” DA TERRITORIALIZAÇÃO DA COOPERATIVA  
AGROINDUSTRIAL LAR: NO OESTE PARANAENSE

**Autora:** Marilucia Ben

**Orientadora:** Profa. Dra. Marli Terezinha Szumilo Schlosser

Este exemplar corresponde à redação final da  
Dissertação defendida por Marilucia Ben e aprovada  
pela comissão julgadora.

Data: 29 / 09 / 2011

Assinatura:

Marilucia Ben

Comissão Julgadora:

Marli Terezinha Szumilo Schlosser  
(UNIOESTE – M.C.R.)

Mafalda Nesi Francischett  
(UNIOESTE – F.B)

Valdir Gregory  
(UNIOESTE – M.C.R)

Elpídio Serra  
(UEM)

Francisco Beltrão - PR  
2011

## **DEDICATÓRIA**

Dedico esta dissertação aos meus pais, João e Carmem, e aos irmãos, irmãs, cunhados, cunhadas e sobrinhos, que acompanharam com interesse este processo de pesquisa, e também pelo apoio que sempre me foi dado ao longo de toda a minha vida acadêmica.

E dedico também às minhas tias de maneira muito carinhosa, pois sempre estiveram presentes, me dando força para vencer os desafios.

E, enfim, dedico ao meu namorado, Vinícius, por seu companheirismo e suporte.

## **AGRADECIMENTOS**

-- À Profa. Dra. Marli Terezinha Szumilo Schlosser, orientadora desta dissertação, por todo empenho, sabedoria, compreensão e, acima de tudo, exigência. Gostaria de ratificar a sua competência, participação com discussões, correções, revisões e sugestões, que fizeram com que conseguíssemos concluir este trabalho. Agradeço, principalmente, pela confiança, mais uma vez depositada, no meu trabalho de dissertação

-- Aos meus familiares, que sempre me deram amor e força, valorizando os meus potenciais.

-- Aos meus padrinhos Manoel e Lilia Junqueira pelo incentivo ao estudo desde o início da minha vida.

-- Ao meu namorado, Vinícius, que sempre esteve presente com incentivo em todos os momentos.

-- A todos os meus amigos e amigas, que sempre estiveram presentes, aconselhando-me e incentivando com carinho e dedicação.

-- A todas as pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram para a execução desta dissertação de Mestrado.

## **EPÍGRAFE**

"As palavras só têm sentido se nos ajudam a ver o mundo melhor.  
Aprendemos palavras para melhorar os olhos.  
Há muitas pessoas de visão perfeita que nada vêem...  
O ato de ver não é coisa natural.  
Precisa ser aprendido!"

Rubem Alves

## RESUMO

As profundas transformações ocorridas no campo atreladas à expansão das relações capitalistas têm provocado diversas interpretações acerca do papel do cooperativismo agrícola. Para compreender a Cooperativa Agroindustrial Lar análises sobre o movimento cooperativista foram pertinentes. Nesse contexto, alguns pressupostos ganham força, com a transformação do sistema cooperativista em agroindústria na qual se consolidou o Complexo Agroindustrial. A territorialização e a desterritorialização da Cooperativa Agroindustrial Lar, no Oeste paranaense, envolve relações mediadoras frente ao processo de modernização agrícola, territorializando o capitalismo no campo, processo que é essencialmente contraditório. É sobre essa questão que trata este trabalho, cujo recorte geográfico é o Oeste do Paraná, que apresenta alto índice de incorporação da modernização agrícola no período de 1960 a 1980. Dessa maneira, as evidências sobre o processo de mediação da Cooperativa Agroindustrial Lar frente à modernização agrícola estão apresentadas a partir da intensificação das tecnologias empregadas nas propriedades rurais. A reflexão teórico-conceitual sobre o território é desenvolvida por muitos teóricos da filosofia, da sociologia e da geografia, mas nos atemos às discussões do geógrafo suíço Raffestin, pois que ele reflete especificamente sobre o território e territorialidade no âmbito das relações de poder. Os “nós” da territorialização da cooperativa estudada no Oeste do Paraná estão relacionados aos pontos de encontro entre as relações da sociedade, neste caso relações baseadas nos poderes governamentais, cooperativistas e religioso. O trabalho de campo realizado nas propriedades rurais está baseado na pesquisa qualitativa e permite discutir as imbricadas relações de poder que se desenvolvem no campo na construção de novas territorialidades a partir da mediação do cooperativismo.

**Palavras-chave:** Cooperativa; Território; Agroindústria; Modernização da agricultura



## ABSTRACT

### THE "NODE" OF TERRITORIAL COOPERATIVE AGROINDUSTRIAL LAR OF THE WEST PARANAENSE

The profound changes occurring in the field linked to the expansion of capitalist relations have led to various interpretations about the role of agricultural cooperatives. To understand the cooperative Agroindustrial Lar analysis on the cooperative movement were relevant. In this context, some assumptions are gaining strength, with the transformation of the cooperative system in agro-industry in which consolidated the Agroindustrial Complex. The territorialization and deterritorialization of Agroindustrial Cooperative Home on West Paraná involves mediating relations regarding the process of agricultural modernization, capitalism territorialized in the field, which is essentially contradictory. It is on this issue dealt with in this work, which cut is the geographical western regions that has high rate of incorporation of agricultural modernization in the period 1960 to 1980. Thus the evidence about the mediation process in front of the Cooperativa Agroindustrial Lar agricultural modernization are presented from the intensification of technologies used in rural properties. The theoretical-conceptual territory is developed by many theorists of philosophy, sociology and geography, we turn to discussions of the Swiss geographer Raffestin reflecting on the territory and territoriality in the context of power relations. The "we" of the territorialization of the cooperative study in western regions are related to the meeting point between the relations of society, in this case based on governmental powers, cooperative and religious. The fieldwork on rural properties is based on qualitative research and discuss the overlapping power relations that develop in the field, construction of new territoriality from the mediation of the cooperative.

**Keywords:** Cooperative; Territory; Agribusiness; Modernization of agriculture

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1. Propaganda no meio rural de Medianeira, Paraná.....	27
Figura 2. Localização do município de Missal .....	46
Figura 3. Localização do município de Medianeira .....	55
Figura 4. Tipos de indústrias agrícolas.....	59
Figura 5. Mudanças das marcas da cooperativa agroindustrial Lar .....	60
Figura 6. Localização das áreas de atuação da Cooperativa Agroindustrial Lar.....	61
Figura 7. Mudanças Estruturais na Agroindustrialização da atual Cooperativa Agroindustrial Lar.....	62
Figura 8. Placa da Cooperativa Lar na região de Medianeira - Paraná.....	70
Figura 9. Pequena propriedade na região Serranópolis do Iguaçu, Paraná.....	71
Figura 10. Mapa representativo da territorialização da atividade de aves no Oeste paranaense. ....	97
Figura 11. Foto Trabalho de campo no município de Medianeira. ....	98
Figura 12. Foto do trabalho de campo no município de Medianeira e Serranópolis do Iguaçu .....	100
Figura 13. Atividade de aves na propriedade camponesa. ....	102
Gráfico 1. Associação à Cooperativa Agroindustrial Lar. ....	85
Gráfico 2. Total de aviários em metros quadrados da Cooperativa Agroindustrial Lar no Oeste paranaense.....	95
Quadro 1. Precusores do cooperativismo .....	18
Quadro 2. Princípios Cooperativistas da ACI: comparativo entre os anos de 1844, 1937, 1966 e 1995 .....	21
Quadro 3. Classificação das propriedades rurais.....	76

## **LISTA DE APÊNDICES**

APÊNDICE A - TERMO DE DOAÇÃO/CESSÃO GRATUITA DE DIREITOS SOBRE DEPOIMENTO ORAL .....	117
APÊNDICE B - QUESTÕES TEMÁTICAS AO PRESIDENTE DA COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL LAR .....	118
APÊNDICE C - QUESTÕES TEMÁTICAS AOS PROPRIETÁRIOS DE AVIÁRIO(S).....	119
APÊNDICE D - QUESTÕES TEMÁTICAS AOS TÉCNICOS .....	121

## **LISTA DE ANEXOS**

ANEXO A – MATERIAL FORNECIDO PELA BIBLIOTECA MUNICIPAL DE MEDIANEIRA.....	123
ANEXO B – REVISTA DA LAR. NÚMERO 20. MARÇO E ABRIL/2010. ....	124
ANEXO C - MATERIAL FORNECIDO PELA BIBLIOTECA MUNICIPAL DE MEDIANEIRA.....	125

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>11</b>
<b>2 CONSIDERAÇÕES SOBRE O MOVIMENTO COOPERATIVISTA</b> .....	<b>16</b>
2.1 INTRODUÇÃO .....	16
2.1 O MOVIMENTO COOPERATIVISTA .....	16
2.2 O COOPERATIVISMO E O PADRÃO AGRÍCOLA BRASILEIRO .....	22
2.3 A TERRITORIALIZAÇÃO DO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL .....	36
<b>3 TERRITORIALIZAÇÃO, DESTERRITORIALIZAÇÃO E RETERRORIZAÇÃO DA COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL LAR NO OESTE DO PARANÁ</b> .....	<b>39</b>
3.1 INTRODUÇÃO .....	39
3.2 AS TERRITORIALIDADES NO CAMPO PARANAENSE .....	39
3.2.1 A Territorialização e a Desterritorialização em Missal .....	45
3.2.2 A Reterritorialização em Medianeira – PR .....	54
3.2.3 O Rural-Urbano no Complexo Agroindustrial .....	64
3.2.4 A (Re)Estruturação da Propriedade Camponesa .....	69
<b>4 CAMPONESES E AS IMBRICADAS RELAÇÕES DE PODER</b> .....	<b>73</b>
4.1 INTRODUÇÃO .....	73
4.2 QUESTÃO DO MÉTODO DE INVESTIGAÇÃO: PESQUISA DE CAMPO .....	73
4.3 AGROINDUSTRIALIZAÇÃO E AS PROPRIEDADES CAMPONESAS .....	77
4.4 AS NOVAS TERRITORIALIDADES .....	91
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>104</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>107</b>
ENTREVISTAS .....	114
SITES .....	114
<b>APÊNDICES</b> .....	<b>116</b>
<b>ANEXOS</b> .....	<b>122</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Sabendo-se que não há neutralidade científica, quaisquer esforços no sentido da apreensão da realidade não se fazem senão através de um trilhar teórico-metodológico coerente com os pressupostos filosóficos de quem os empreende. Isso impõe a necessidade de explicitarmos, de início, os referenciais que permeiam nosso estudo sobre a geografia do sistema cooperativista no Oeste do Paraná de 1960 a 1980, época em que se disseminam, através da Igreja, os ideais cooperativistas na região.

Ao pesquisar a cooperativa surgiram vários caminhos de investigação que poderiam ser seguidos, pois a temática envolve uma série de questões pertinentes, porém, para nos aprofundarmos nas questões objetivadas, tivemos que recortar algumas opções. A vontade era pesquisar tudo, porém sabemos que isso não é possível, como já mencionado, pois seriam anos de estudo e ainda haveria muito a pesquisar. Objetivamos, portanto, analisar a territorialização da Cooperativa Agroindustrial Lar no Oeste paranaense, territorialização essa baseada nos “nós” de suas relações com os camponeses associados. O termo 'camponês' foi destacado entendendo que ele se enquadra nessa perspectiva, pois a estrutura fundiária do Oeste paranaense, na maior parte do território, é baseada em pequenas propriedades.

Definimos *camponês* como sendo um trabalhador do campo dentro do capitalismo e que incorpora técnicas, produzindo mercadorias, sem contudo tornar-se capitalista face ao controle dos meios de produção e também sem se tornar proletariado, ainda que o trabalho familiar seja fundamento de sua produção (PAULINO, 2003).

Anteriormente ao processo de modernização da agricultura, o camponês era aquele que utilizava suas próprias sementes resultantes da agricultura de subsistência, praticada com saberes empíricos para cultivar a terra e autossustentável. Após a introdução desse novo modelo agrícola da chamada modernização, há resistência camponesa ao consumo de tecnologias desenvolvidas no seio do capitalismo, porém não se pode retirar o camponês desse sistema, cabendo, ao contrário, entendê-lo a partir de sua recriação (PAULINO, 2003).

O primeiro capítulo do presente trabalho diz respeito ao movimento cooperativista. A temática cooperativista é muito vasta e pode ser analisada sob diversos enfoques. A fim de possibilitar a compreensão do cooperativismo nos seus aspectos gerais, abordaremos as definições e suas origens históricas, ressaltando a experiência da primeira cooperativa e os princípios cooperativistas da época. Propusemo-nos entender as bases do movimento cooperativista a partir dos princípios europeus, para, com isso, verificar a forma como foi implantado no Brasil e assim criar condições para discutir a territorialização da cooperativa Agroindustrial Lar no Oeste paranaense.

As relações cooperativistas estão estritamente ligadas às mudanças ocorridas no campo. Nesse sentido, averiguar o processo de modernização da agricultura juntamente com os sistema cooperativista é um ponto aqui discutido.

Muito se tem debatido sobre o processo de modernização da agricultura brasileira, e esses debates têm sido feitos em diversas perspectivas teóricas, tanto na ciência geográfica quanto na economia, na agronomia, na história, entre outras áreas do conhecimento, com diferentes recortes, no sentido de avaliar seus impactos, de localizar, de conceituar, de entender seu processo, a atuação do governo de Estado, seu desenvolvimento econômico, etc. Sendo assim, na tentativa de colaborar com esses debates, procuramos entender o processo de modernização da agricultura vinculada ao sistema cooperativista, vislumbrando a territorialização da modernização da agricultura nas propriedades camponesas frente à mediação do cooperativismo.

Destaca-se também a influência das propagandas que atuam na padronização da produção agrícola e que interferem diretamente na estrutura da propriedade camponesa e assumem o papel de padronizar os hábitos e o consumo camponês para atender ao novo modelo agrícola brasileiro.

A partir da década de 1970 aumenta a expansão da modernização agrícola e o desenvolvimento do complexo agroindustrial que está vinculado ao sistema cooperativista e esses constituem os elementos aqui discutidos e debatidos. Entender a territorialização do “Complexo Agroindustrial” no campo é também um ponto que merece destaque.

O segundo capítulo trata do movimento de territorialização, de desterritorialização e de reterritorialização da Cooperativa Agroindustrial Lar no Oeste paranaense. Esse debate está fundamentado no geógrafo Raffestin (1993). O

autor entende o território como espaço modificado pelo trabalho e envolvido pelas relações de dominação e de subordinação.

O objetivo proposto é entender as relações de poder que se desenvolvem no campo paranaense e suas territorialidades. Esse entendimento se baseia na discussão da mediação do cooperativismo para introduzir a modernização. As ações governamentais, as empresas colonizadoras e a religião católica são grandes atores nesse cenário e que desenvolvem relações imbricadas.

As análises recaem sobre as possibilidades históricas do surgimento da Cooperativa Agroindustrial Lar e o desenvolvimento da modernização da agricultura com o incremento da agroindustrialização, articulando formas imbricadas que apresentam novas territorialidades. Demonstrou-se também como as políticas públicas e religiosas interferem no processo de territorialização da Cooperativa Agroindustrial Lar no Oeste paranaense, resgatando as trajetórias e as estratégias nos marcos geográficos. Merece destaque o percurso da territorialização da Cooperativa Agroindustrial Lar em Missal, seguida de sua desterritorialização e reterritorialização em Medianeira, analisando as tramas e as territorialidades desse processo ao longo do tempo.

As investigações permeiam a modernização da agricultura e o sistema de agroindustrialização das cooperativas em resposta à formação do chamado Complexo Agroindustrial. Assim, conceitua-se a modernização com a conotação explícita de modernização tecnológica segundo Fleischfresser (1988). O setor agrícola desenvolve a produção alicerçado na adoção de meios de produção de origem industrial, meios advindos de fora das unidades produtivas rurais e contrários ao Complexo Rural.

Propomos, portanto, desenvolver estudos sobre o campo brasileiro e a configuração do complexo agroindustrial mediado pelo sistema cooperativista, estudos que evidenciam a subordinação da agricultura aos interesses da indústria fornecedora de insumos a montante do sistema e, a jusante, à agroindústria processadora da produção. Essas análises permitem vislumbrar a presença do cooperativismo empresarial, que corresponde a elevados patamares de tecnificação das atividades. Considerando a discussão, procurou-se debater e evidenciar a relação campo-cidade.

No terceiro capítulo construímos e desconstruímos análises que possibilitassem desenvolver o objeto de pesquisa.

Para a realização desta pesquisa foram adotados dois procedimentos distintos. O primeiro procedimento é o da coleta de dados junto a órgãos públicos e privados, utilizando a pesquisa bibliográfica, buscando dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da Organização Brasileira de Cooperativas (OBC), da Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (OCEPAR), da Federação da Agricultura do Estado do Paraná (FAEP) e dados fornecidos pela cooperativa estudada.

O segundo procedimento é de caráter qualitativo e envolve pesquisa de campo, com a realização de entrevistas semiestruturadas e que teve como princípio a riqueza de detalhes obtidos nas entrevistas, pois se permitiu ao informante a opção de relatar o que sentia naquele momento, não ficando restrito a opções predeterminadas.

A pesquisa de campo realizada para esta dissertação é baseada na análise de depoimentos orais. Optou-se por esse recurso, pois a ocupação do Oeste do Paraná é muito recente, portanto a história ainda se encontra viva na memória de alguns camponeses mais idosos.

A fonte oral é um instrumento eficaz para o estudo de processos históricos por intermédio de pessoas que participaram de algum tipo de acontecimento. O entrevistado é instigado pelo interlocutor a relatar impressões sobre a vida que transcorreu e transcorre ao seu redor, contudo essas lembranças e constatações são ordenadas com o intuito de conferir, com a ajuda da imaginação, ou da saudade, um sentido à vivência do sujeito que narra a sua história.

Quanto ao número de entrevistados, a rigor, não existe necessidade de definir uma amostra, pois o que importa é o significado das informações para a situação avaliada e não a quantidade de informantes nem o número de vezes em que a informação aparece.

Verificar a dinâmica na qual estão inseridas as propriedades rurais que desenvolvem atividades de aves foi um ponto analisado na pesquisa de campo. A utilização das entrevistas aparece no texto principalmente por meio de transcrições de trechos das respostas obtidas. Além de avicultores, foram realizadas entrevistas com os dirigentes das cooperativas.

Foram entrevistadas, ao todo, nove pessoas (atual presidente da Lar, dois técnicos envolvidos na atividade de aves, bem como dois pequenos, dois médios e dois grandes camponeses associados que desenvolvem a atividade de aves de



corte em suas propriedades). Essa classificação foi elaborada de acordo com o tamanho do aviário e da propriedade, para entender o processo de mediação da Cooperativa Agroindustrial Lar frente à modernização agrícola. As entrevistas aos associados foram desenvolvidas nos municípios de Medianeira, de Serranópolis do Iguaçu e de São Miguel do Iguaçu.

Debruçamo-nos nas evidências de que o processo de territorialização da Cooperativa Agroindustrial Lar mediou a tecnificação das propriedades rurais, assim explicitando a expansão do desenvolvimento contraditório do capitalismo, o qual se manifesta desenvolvendo novas territorialidades. Essa monopolização é verificada nas práticas de integração entre camponeses associados e a Cooperativa Agroindustrial Lar, com destaque para a atividade da avicultura e sua industrialização.

Nesse sentido, buscou-se entender as formas como foi sendo introduzida, no campo, a modernização das propriedades através da mediação do sistema cooperativista em parceria com o governo de Estado.

Reflexões acerca dos empréstimos agrícolas facilitados pelo governo de Estado, acerca do consumo de tecnologia, acerca da integração do camponês ao sistema capitalista e acerca da atuação das cooperativas como doutrinadoras da mão de obra revelaram relações de poder imbricadas que são debatidas ao longo da pesquisa. Os discursos utilizados pela cooperativa permeiam esse sistema, afirmando que a utilização de altas tecnologias é a chave para o desenvolvimento. Também nos propusemos a entender as territorialidades, consolidadas nas relações entre a cooperativa e seus associados

## 2 CONSIDERAÇÕES SOBRE O MOVIMENTO COOPERATIVISTA

### 2.1 INTRODUÇÃO

A temática cooperativista é muito vasta e pode ser analisada sob diversos enfoques. A fim de possibilitar a compreensão do cooperativismo sobre aspectos gerais, abordaram-se as definições e suas origens históricas, ressaltando a experiência da primeira cooperativa do mundo e os princípios cooperativistas.

Assim, para compreender a fundo a cooperativa estudada nesta pesquisa (Cooperativa Agroindustrial Lar), buscou-se entender o movimento cooperativista europeu e seu percurso no Brasil uma vez que suas raízes são europeias.

As relações cooperativistas estão estritamente ligadas às mudanças ocorridas no campo. Nesse sentido, averiguar o processo de modernização da agricultura juntamente com o sistema cooperativista é um ponto aqui discutido.

Merece destaque também a influência das propagandas que atuam na padronização da produção agrícola, processo esse que interfere diretamente na estrutura da propriedade camponesa para atender ao novo modelo agrícola brasileiro.

Entender a territorialização do “Complexo Agroindustrial” no campo brasileiro é também um ponto que merece destaque.

### 2.1 O MOVIMENTO COOPERATIVISTA

Embora, semanticamente, as palavras 'cooperação', 'cooperativa' e 'cooperativismo' derivem do verbo 'cooperar' de origem latina *cooperari* (cum e operari), que significa trabalhar com alguém, Pinho (1966) assegura que são conceitos distintos, sendo a cooperação uma ação conjunta com o mesmo objetivo, enquanto o cooperativismo significa sistema, doutrina ou ideologia e, enfim, cooperativa diz respeito à entidade ou instituição onde as pessoas cooperam objetivando o mesmo fim.

O cooperativismo, busca corrigir os desajustes provocados pela territorialização do capitalismo, na tentativa de evitar a exploração do homem pelo homem. Definindo assim, as cooperativas, nesse caso, além de suprir seus

membros de bens e de serviços, buscam realizar determinados programas educativos e sociais, programas caracterizados por uma sociedade de pessoas e não de capital, sem interesses lucrativos e com fins econômico-sociais (PINHO, 1966).

O cooperativismo teve suas origens no século XVIII e XIX na Europa, especialmente na Inglaterra e na França. Servia como defesa de trabalhadores excluídos do mercado de trabalho em consequência da Revolução Industrial, que estruturou o capitalismo, reproduzindo as categorias dominante *versus* dominado. O Quadro 01 retrata as ideias dos principais precursores do cooperativismo e assim se visualiza como tais propostas se tornaram um movimento social que procurou, através da associação, fugir da opressão social resultante do capitalismo concorrencial que se desenvolvia na época mencionada.

Nesse cenário, o cooperativismo europeu surge como uma estratégia de sobrevivência atrelada à constituição de um projeto político que faz a mediação da relação proletária ao liberalismo do capitalismo competitivo (RIOS, 1987).

Embora diversas tentativas tivessem ocorrido antes, mas sem os resultados esperados, foi em 1844 que, pela primeira vez, uma cooperativa conseguiu colocar em prática todo um conjunto de teorias, com relativo sucesso. Isso ocorreu com a cooperativa de Rochdale, denominada “Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale” (HECH, 2000) e que é reconhecida como a primeira cooperativa moderna do mundo, que reuniu 28 tecelões para comprar coletivamente produtos de primeira necessidade, inclusive alimentos, assim respondendo ao desemprego e aos baixos salários em Manchester. Essa cooperativa inspirou a formação das demais cooperativas nos moldes de cooperativa de consumo (PINHO, 1977). Seu estatuto, princípios de funcionamento e estrutura se tornaram referência para a elaboração dos fundamentos da Doutrina Cooperativista defendidos pelo mundo e ainda em vigor atualmente.

O cooperativismo surgiu como sistema formal caracterizado por relações simples que serviam para organizar os grupos sociais, com objetivos e interesses comuns, amparado nos princípios de ajuda mútua e de controle democrático da organização pelos seus membros, nesse caso desenvolvendo o caráter de proprietário/usuário por seus associados. (SCHNEIDER, 1981).

Quadro 1. Precusores do cooperativismo

P.C. Plockboy (séc. XVI)	Propõe uma sociedade sem explorados e nem exploradores, na qual se conservaria a propriedade privada, mas a exploração e o consumo dos bens deveriam ser submetidos ao regime “cooperativista”. Propunha seguir a lógica da "cooperação integral" por classes de trabalhadores, condenando a exploração do trabalho pelo capital. Na época, porém, não é desenvolvido o sistema cooperativista proposto.
John Bellers (1654-1725)	Difundiu o sistema de ajuda mútua e da ajuda própria, defendendo que a riqueza de uma nação é constituída pelo trabalho e não pelo dinheiro. Procurava eliminar intermediários para produzir e comercializar seus produtos
Robert Owen (1771-1858)	Busca eliminar os intermediários para elevar o preço da mercadoria e valorizar a mão de obra. Defendeu a criação de uma sociedade comunista com o fim da propriedade privada.
William King (1785-1865)	Surgimento da cooperação. Defendeu que a cooperação faz o trabalho sair de mero contribuinte frente ao capital e verifica que a ausência de decisões e a falta de meios impedem que os trabalhadores se emancipem. As virtudes da Igreja se unem à cooperativa para formar a moral do “homem”, no fundamento do amor ao próximo e a si mesmo. Também propõe o combate ao alcoolismo, inserindo o sentimento de servir e de economizar para se tornar senhor de si mesmo, na lógica de que “todo capital é produto de trabalho”.
Charles Fourier (1772-1837)	Propõe a instalação de cooperativas integrais e duas dimensões: a primeira, a <b>falanges</b> : comunidades que explorariam coletivamente a terra, dividindo o resultado entre os trabalhadores; e a <b>falanstério</b> : é o conjunto de falanges, dotado de infraestrutura de apoio aos trabalhadores (refeitórios, bibliotecas, sala de aula, etc.). Formariam, portanto, as cooperativas singulares e plurais e tanto numa quanto noutra não haveria chefe e cada trabalhador seria suprido de acordo com suas necessidades.
Philippe Buchez (1796-1865)	Defendia que a classe trabalhadora deveria ajudar a si mesma. A cooperativa agruparia operários de um mesmo tipo de profissão e os associados dariam à cooperativa as ferramentas que de pudessem dispor para o funcionamento da mesma. Assim, com o tempo, o capital iria aumentar de acordo com a acumulação natural. Surgiu aí a <i>pro rata</i> de 80% e a Conta Capital de 20%.
Louis Blanc (1812-1882)	Defendeu que a sociedade tem comprometimento de assegurar a cada cidadão a oportunidade de trabalho. O Estado deve ter ideologias socialistas e deve suprir as necessidades da sociedade.

Fonte: Serra (2009)

Organizado por Marilucia Ben.

As reações sociais se desenvolveram no seio da realidade econômico-social, como mostra o Quadro 1, sobre os precusores do cooperativismo, que, inconformados com a opressão social, procuraram meios de organizar a classe operária, organização baseada na ajuda mútua e na solidariedade.

Mesmo sendo encontradas experiências cooperativas e associativas em períodos bastante distantes, como mostra o quadro anterior com P. C. Plockboy (século XVI) e apesar de ser uma tentativa de cooperação, ainda não era assim a proposta era denominada, pois, de fato, essa e outras propostas similares não

passam de manifestações de sociabilidade característica do homem enquanto um ser social. Não é possível considerá-las partes do movimento cooperativista, pois este é verdadeiramente moderno. Desse modo, o ato de cooperar pode ser entendido como qualquer ato ou ação de colaborar com outras pessoas em qualquer formação socioeconômica, mas não deixa de ser construção para desenvolver o cooperativismo no universo capitalista.

Os socialistas utópicos (John Bellers, Robert Owen, William King, Charles Fourier, Philippe Buchez e Louis Blanc), que idealizaram o sistema cooperativista, concebiam que a organização social comunitária seria a forma de resolver os problemas econômicos e sociais do proletariado, contribuindo para o surgimento do cooperativismo moderno.

Com as territorialidades do capitalismo, o cooperativismo passou a ser configurado como alternativa dentro do sistema e não mais como alternativa ao sistema (SERRA, 1986). O movimento cooperativista levou à constituição de cooperativas especializadas, e ali, segundo Pinho (1982), foi sendo tendenciado o seu desvirtuamento, isso em decorrência de problemas resultantes da própria evolução da cooperativa, que deixou de ser simples associação mutualista para se transformar em complexa organização social, incorporando os problemas da empresa capitalista moderna. Embora inspirada no ideal da democracia direta, acaba constituída como uma complexa sociedade, tecnicamente diferenciada e burocraticamente administrada, remodelando-se e desvirtuando-se dos seus princípios básicos.

Em 1937, a Aliança Cooperativa Internacional (ACI) estabeleceu sete princípios básicos, princípios que fazem parte do estatuto das cooperativas até a atualidade. São eles: adesão livre, o controle democrático, retorno ao *pro rata* das operações realizadas, juros limitados ao capital, neutralidade política e religiosa, transações a dinheiro e educação dos membros.

O cooperativismo surgiu com o intuito de amenizar a exclusão social e prevê que esta não ocorra no funcionamento das cooperativas. Segundo Iron (1997), com o desenvolvimento do pensamento em torno do cooperativismo, surgiram princípios que foram incorporados aos estatutos das cooperativas, mas que são alterados para se adaptar às mudanças ocorridas na sociedade, no tempo e no espaço.

No Quadro 2, podemos verificar os princípios cooperativistas com breves considerações a respeito de cada um, considerações essas baseadas nos seguintes autores: Pinho (1966); Iron (1997); e Ilha (2005).

Constata-se que os princípios do cooperativismo estabelecem algumas diferenças entre as empresas de capitais e as cooperativas de gestão de pessoas, mas que não são suficientes. Nesse sentido, as cooperativas se modificam e se tornam cada vez mais competitivas no mercado. A dialética que permeia esse sistema é justamente a contradição entre seus ideais e as práticas, pois a modernização vem desvirtuando os princípios cooperativistas.

O cooperativismo e cooperativa não são sinônimos. O cooperativismo é a doutrina que visa a renovação social através da cooperação, como já debatido anteriormente, enquanto que as cooperativas representam aqueles que visam, em primeiro lugar, fins econômicos e educativos, no sentido de sociedades de pessoas organizadas em bases democráticas e que visam não só a suprir seus membros de bens e de serviços, como também realizar determinados programas educativos e sociais (PINHO, 1966).

Verifica-se, então, que o percurso do cooperativismo se desenvolveu no seio das relações sociais do capitalismo ocidental. De acordo com Serra (1986), as cooperativas foram gestadas para gerar mercado de trabalho e absorver mão de obra ociosa; garantir a subsistência dos trabalhadores; combater a relação de submissão do trabalho ao capital; eliminar intermediários nas transações comerciais; minimizar custos nas compras e maximizar lucros nas vendas de produtos ou mercadorias; difundir princípios cristãos; combater alcoolismo, para que a mão de obra se tornasse apta para sobreviver no mercado que se transformava com as territorialidades que o capitalismo provoca.

Quadro 2. Princípios Cooperativistas da ACI: comparativo entre os anos de 1844, 1937, 1966 e 1995

Rochdale 1844	Congresso de 1937	Congresso de 1966	Congresso de 1995	
1 Adesão livre	1 Adesão livre	1 Adesão livre	1 Adesão voluntária e livre	Estabelece que o cidadão tenha liberdade para associar-se a uma cooperativa, desde que esteja apto e ciente de seus deveres, responsabilidades e direitos dentro da organização. Da mesma forma é livre para se desligar, desde que tenha apresentado um motivo plausível, que não seja de ordem pessoal, como se beneficiar do dinheiro investido na cooperativa, para evitar fuga em massa de cooperados em momentos de crise.
2 Gestão democrática	2 Gestão democrática	2 Gestão democrática	2 Gestão democrática e livre	Nas cooperativas organizadas democraticamente, são as pessoas que regem seu funcionamento, o social predomina sobre o capital. Nas cooperativas, cada sócio equivale a um voto, independente do valor do seu investimento. Para Iron (1997), é que são eleitos os líderes que administram as decisões e diretrizes a serem cumpridas por todos.
3 Retorno "pro rata" das operações	3 Juros limitados ao capital	3 Taxas limitadas de juros ao capital	3 Participação econômica dos membros	Juros limitados para evitar o endividamento das cooperativas, assim obtendo o controle da gestão administrativa
4 Juros limitados ao capital	4 Retorno proporcional às operações	4 As sobras eventuais pertencem aos cooperados.	4 Autonomia e independência	No cooperativismo o capital é secundário e o social exerce o controle. Para Iron (1997), nas cooperativas o capital não tem vontade, pois as pessoas que organizam o capital e é o trabalho que arrenda o capital.
5 Vendas a dinheiro	5 Neutralidade política, religiosa e racial	5 Neutralidade social, política, racial e religiosa	5 Educação, formação e informação	Estabelece aos sócios a liberdade de política e de religião, mas muitas vezes deixam bem claro qual partido apoiam, não sendo diferente na religião, pois que, de acordo com Pinho (1966), na prática, os componentes de uma seita religiosa organizam cooperativas para a contentamento das necessidades de seus membros.
6 Educação dos membros	6 Transação a dinheiro	6 Ativa cooperação entre as cooperativas, em plano local, nacional e internacional	6 Intercooperação	Não se enquadra na realidade da maioria das cooperativas, principalmente nas de grande porte, pois, segundo Ilha (2005), se tornaria impossível no mundo moderno pensar em vendas e compras exclusivamente à vista. Para Pinho (1966), o princípio é meramente circunstancial, nascido das dificuldades financeiras enfrentadas pelas cooperativas que vendiam a crédito, antes de 1844.
7.Cooperativização global	7. Desenvolvimento do ensino em todos os seus graus.	7 Constituição de um fundo para a educação dos cooperados e do público em geral.	7 Interesse pela comunidade.	Tem como objetivo o bem-estar e a inclusão social do cooperado, formando-o como indivíduo para a educação como um todo. O princípio é praticado por parte das cooperativas através de um fundo criado para essa função, qual seja, o FATES (Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social), que visa dar fomento à educação, formação e treinamento dentro das cooperativas. Isso, segundo Iron (1997), acaba por beneficiar as próprias cooperativas, que, muitas vezes, encontram dificuldades com o despreparo dos associados para a cooperação, já que a vida os prepara ao capital. O FATES e o Fundo de Reserva se constituem em um capital indivisível, sendo destinados a esse fundo pelo menos 5% das sobras.

Fonte: Pinho (1966); Iron (1997); e Ilha (2005).

Organizado por Marilucia Ben

Considerando tais situações, a cooperativa pode ser posicionada a partir do ponto de vista econômico e social. As modificações dos princípios cooperativistas estão atreladas à territorialização do capital no campo.

Com as territorialidades desenvolvidas pelo sistema capitalista, pequenas propriedades se tornam alvo no processo de modernização da agricultura mediada pelo cooperativismo no Brasil, como vamos discutir a seguir.

## 2.2 O COOPERATIVISMO E O PADRÃO AGRÍCOLA BRASILEIRO

Baseado nos moldes europeus e asiáticos mencionados, assim se desenvolveu o cooperativismo no Brasil no final do século XIX e início do século XX. Com o passar do tempo, porém, o modelo foi se alterando de acordo com a territorialização do capitalismo no campo.

O cooperativismo surge no país no contexto do Complexo Rural (não no complexo rural) e as cooperativas agrícolas mercantis desempenham o papel de receptoras e repassadoras de matérias-primas agrícolas, nesse caso rompendo com a intermediação.

O período de 1930 a 1950 foi marcado pelas crises internacional (bolsa de valores), da oligarquia agrária cafeeira e do modelo agroexportador que vai estruturar o modelo industrial. A política de substituição de importações foi baseada na internalização do Departamento de Bens Básicos, que, segundo Graziano da Silva (1998), é chamado de D<sup>1</sup> (Departamento produtor de bens de capital e insumos para a agricultura, que são: setor industrial urbano, bens para lavoura, internacionalizar a produção). Abriu-se caminho para gerar função econômica para o espaço urbano com a importação das fábricas de tratores e a fixação de capital externo no país.

Em 1965 foi iniciado o processo de modernização da agricultura em São Paulo e no Rio Grande do Sul, para, em 1970, avançar em direção ao Paraná juntamente com a erradicação do café. Em 1975, o Paraná utiliza as cooperativas como estratégia para “resolver” as crises nas lavouras de café. Assim, nesse caso, as cooperativas surgem para a solução das crises dos produtos e não dos produtores. (SERRA, 1986).



O novo modelo agrícola é implantado no país e as cooperativas começam a concorrer entre si para sobreviver nesse sistema. Segundo Serra (1986), nas décadas de 1960 e 1970 as cooperativas foram novamente utilizadas pelo Estado como estratégia de intervenção no setor agrícola (no período do chamado "Milagre Brasileiro") para mediar a introdução da modernização agrícola. A cooperativa dá ou, melhor, vende aquilo que a agricultura precisa para se modernizar – implementos agrícolas, tratores, colheitadeiras, insumos, etc.

Vale lembrar que, nos anos 1960, no Brasil houve a estagnação das exportações, pois o país dependia de um único produto, que era o café. Só a partir dessa época é que se diversificam as exportações, pois passaram a ser introduzidos outros produtos, como soja, óleos vegetais, sucos e frutas, bem como carne de aves e de bovinos. Isso representou para o país a competitividade do setor agrícola no mercado externo. (SERRA, 1986).

Houve, no campo brasileiro, mudanças significativas quando o Complexo Rural<sup>1</sup> dá lugar ao Complexo Agroindustrial. Nesse cenário, a cooperativa, que antes desempenhava papel mercantil, vai atuar como industrializadora, mas as mudanças não param por aí. O que antes se encontrava no campo (nas fazendas de café), como escola, igreja, cemitério, casa, etc., migra junto com a mão de obra (que foi substituída pelas máquinas) para a cidade, estreitando a relação entre o campo e a cidade, assunto que discutiremos mais adiante.

O padrão agrícola brasileiro inicia a integração entre os setores secundário e terciário. As mudanças vão surgindo através de políticas de financiamento para compras de insumos e de máquinas que causaram impactos socioeconômicos para a sociedade brasileira, principalmente para os pequenos agricultores.

As cooperativas, uma vez inseridas no Complexo Agroindustrial, esse modelo agrícola às transforma em grandes empresas agroindustriais, dando lugar às multicooperativas de fábricas, transporte, escola, etc., que se fecham para o associativismo, voltando-se para o Estado (SERRA, 1986).

Com essas mudanças, as cooperativas se tornam híbridas, mantendo relações com associados, com não associados e com terceiros, contabilizando sobras e, ao mesmo tempo, lucros empresariais, que foram se (re)estruturando a

---

<sup>1</sup> No Complexo Rural, a agricultura era conhecida como tradicional, pois não dependia da compra de insumos (sementes, adubos, fertilizantes, etc.), não estando interligado às indústrias. As fazendas, além de produzirem mercadorias para a exportação, também produziam as manufaturas e os equipamentos simples para produção, transportes e habitação (BRUM, 1987).

partir da mudança na base técnica de produção. Modificaram-se também as condições de (re)produção dos camponeses, pois na década de 1960 o Brasil intensifica a industrialização sob a égide do capital internacional.

Essa intensificação da utilização de novas técnicas no setor agrícola dá lugar à modernização agrícola, que, segundo Fleischfresser (1988), assume a conotação de modernização tecnológica. O setor agrícola agora desenvolve a produção alicerçado na adoção de meios de produção de origem industrial, meios advindos de fora das unidades produtivas rurais e contrários ao Complexo Rural.

Muitos autores discutem essa temática. Para Graziano Netto (1985), a modernização da agrícola é o processo de transformação capitalista da agricultura, processo vinculado às transformações gerais desenvolvidas na economia brasileira. Assim, portanto, de acordo com a modernização a partir da tecnologia ou da transformação capitalista, podemos verificar que as propriedades rurais ficam sujeitas à indústria a montante e a jusante do processo produtivo, perdendo sua autonomia.

É nesse contexto que surgem as cooperativas, que, de um lado, atendem à ação modernizadora do Estado, sendo repassadoras de tecnologia e disciplinadoras da produção e da aplicação do crédito agrícola; por outro lado, atuam como mecanismo de defesa dos camponeses, que necessitavam ter acesso ao crédito subsidiado e a mecanismos mais seguros de comercialização de seus produtos.

O novo modelo deixa o campo subordinado à base técnica de produção, o que faz com que os produtos se tornam padronizados para atender às necessidades da indústria processadora. Os preços são direcionados pelo mercado externo (e não pelas necessidades do mercado interno), territorializando o capitalismo no campo com vistas ao desenvolvimento da agricultura empresarial.

Ações governamentais estimularam a modernização do campo com programas de desenvolvimento e com medidas políticas e econômicas, como crédito rural, beneficiando a indústria de insumos e de equipamentos. Paralelamente a essas ações, empresas agroquímicas adotam forte e variado *marketing*, contendo discursos que promoveram a modernização tecnológica como sendo a chave para “desenvolver” economicamente o país. Houve, nesse caso, a monopolização do território pelo capital.

O processo de adoção maciça de maquinários e de equipamentos modificou os espaços rurais, repercutindo em transformações no meio social, político,

econômico e cultural, subsidiando novas dinâmicas dos meios de produção e a territorialização do sistema capitalista. Esse foi, porém, um movimento contraditório e desigual, gerando as tramas territoriais, territorializando e desterritorializando, mediante promoção de desenraizamento, de fluidez e de movimento no espaço geográfico. (SAQUET, 2007).

Esse processo influencia, de diferentes maneiras, a vida cotidiana das pessoas, aprisionando ou liberando, facilitando ou dificultando, de acordo com seus interesses de (re)produção a serviço do capital. Constatou-se, nas entrevistas aos associados, que a territorialização do capital desencadeou o aprisionamento dos camponeses em suas propriedades, pois, com a criação de animais em confinamento, ficam impossibilitados de sair da propriedade, pois em pouco tempo de ausência podem acontecer imprevistos de acarretar perda do lote todo. Em razão da necessidade de presença contínua, o lazer, o convívio em comunidade e passeios ficam restritos aos dias em que o aviário fica de repouso, à espera de um próximo lote. E a tecnologia implantada visa atender às facilidades para melhor desempenho na criação dos animais, buscando aumentar a produtividade, ficando a consideração com as pessoas em segundo plano.

Na década de 1970, com a implantação de novas tecnologias e a subordinação da agricultura à indústria, introduz-se a padronização da produção, a partir do que, de acordo com Fleischfresser (1988), há quase uma obrigatoriedade no uso de produtos mercantis na medida em que cooperativas, agroindústrias, supermercados, setor externo (intermediários e beneficiários) passam a exigir certa padronização dos produtos e, para obter esse resultado, os produtores necessitam usar sementes ou mudas selecionadas.

As padronizações representam consumo dos chamados “pacotes tecnológicos”, acompanhados de insumos produzidos pela própria indústria (fora da unidade agrícola – razão pela qual foi debatida a relação campo e cidade anteriormente).

Para atender à padronização e concorrer no mercado externo, houve “avanço” tecnológico nas áreas biológicas, com modificações de ordem orgânica de plantas e de animais. Não é objetivo deste trabalho questionar essas modificações, mas fica evidente supor que isso repercutirá de alguma forma nas gerações futuras dos camponeses da região.

Diante dessa realidade, intensificaram-se no campo discursos para a implantação dos “pacotes tecnológicos” induzidos, segundo Fleischfresser (1988, p. 14), pelas:

[...] propagandas utilizadas pelas empresas. Elas recorrem às mais sofisticadas e dispendiosas campanhas publicitárias, através dos maiores e mais eficientes canais de comunicação, com mensagens em sua maioria tendenciosas, chegando a atribuir unicamente aos seus produtos o sucesso das colheitas. Constituem-se, desse modo, em um elemento de pressão ideológica sobre os produtores.

A propaganda induz o sujeito a pensar que a implementação tecnológica é sinônima de melhoramento, pois está amparada na diminuição de custos, conseqüentemente no aumento dos lucros. Nesse sentido, as condições de vida e os saberes antigos são tratados como atrasados e fora de moda. O discurso é um dos aparelhos ideológicos que ajuda a manter o domínio sobre um determinado grupo social, e que nele se dão embates entre posições diferenciadas. Vem atrelado a melhorias e a benefícios, ou seja, a serviço do capital, com “[...] a maximização de expectativas favoráveis ao lucro, as questões e compromissos com o meio ambiente e social foram retirados da pauta”. (SCHLOSSER, 2005, p. 271).

Segundo Orlandi (1999), a técnica da Análise do Discurso, que surgiu inicialmente no âmbito da ciência linguística, tem a meta de compreender como um objeto simbólico produz sentidos para os sujeitos (disco voador, plantação sem mato), como podemos observar na Figura 1, a seguir.



Figura 1. Propaganda no meio rural de Medianeira, Paraná.

Fonte: Marilucia Ben, jun. 2010

A figura retrata o consumo dos pacotes tecnológicos, induzindo que a introdução de venenos – nesse caso, herbicidas para o controle do mato – é a chave para se ter a produtividade desejada.

Segundo Orlandi (1999), a história produz acontecimentos e a memória cria ideologias que são incorporadas pela propaganda para induzir ao consumo. E o interdiscurso ocorre no que não é dito e sim sinalizado por imagens ou por indagações, através de uma seleção de dizeres. Por exemplo, no caso dos venenos industriais, os discursos das empresas fabricantes e vendedoras passam mensagens de que a solução do campo, ou seja, para se obter a “qualidade” da produção, necessariamente passa pelo uso desses produtos industriais, cuja utilização é “garantia de sucesso”. Na cercania dessa questão é que nos deparamos com questões ambientais e com a dúvida em relação à qualidade de alimentos que as gerações futuras terão.

As palavras não falam por si só e o sentido não é algo evidente, mas constituído socialmente. Ao analisarmos a imagem da Figura 1, fica clara a indução ao consumo do veneno, pois a frase “Acabar com o mato sem restrições não é mais

coisa de outro mundo.” representa o consumo desse produto. Nesse caso o mato aqui diz respeito ao “inço” que nasce entre a plantação e, ao comprar esse veneno, não haverá problemas com o mato e o sucesso da produção será garantido. Fica, porém, silenciada a verdade de que “terra isenta de inço”, sem mato, representa ausência de fertilidade.

Segundo Orlandi (1999, p. 30),

[...] efeitos de sentidos que são produzidos em condições determinadas e que estão de alguma forma presentes no modo como se diz, deixando vestígios que o analista tem de apreender. São pistas que ele aprende a seguir para compreender os sentidos aí produzidos, pondo em relação o dizer com sua exterioridade, suas condições de produção.

Os discursos, portanto, vêm atrelados à manipulação e as empresas que atuam no campo que vendem insumos se apropriam deles para introduzir seus produtos. Isso despertou a preocupação com o meio ambiente, pois nesse palco estão sendo detectados inúmeros problemas ambientais, tais como desmatamento, esgotamento do solo, poluição, modificação genética, adaptação de culturas, entre outras. Como já mencionamos, não se pretende questionar o aumento da produtividade em relação ao uso dessas modificações na base técnica da produção agrícola, mas entende-se que esse aumento veio acompanhado da degradação socioambiental.

O uso de maquinários agrícolas veio acompanhado do êxodo rural, pois as máquinas substituem trabalho vivo por trabalho morto, respondendo ao aumento dos lucros e ao uso dos pacotes tecnológicos. Nesse sentido, ocorre no campo um esvaziamento quanto ao número de pessoas e, em contrapartida, um aumento de máquinas, situação na qual o chamado latifundiário (ou empresário rural capitalista) vê as terras como fonte de lucro apenas, visto que sequer mora na propriedade. O camponês, que contraria essa mentalidade empresarial, tem um sentimento de respeito à vida no campo e valoriza as formas tradicionais de produzir, pois tradicionalmente convive com tecnologias de produção próprias do local.

No Paraná não foi diferente. Os anos de 1970 foram marcados por transformações na dinâmica dos meios de produção, transformações que foram incentivadas pelos planos governos vigentes. Em substituição ao trabalho braçal familiar auxiliado por tração animal, passou-se ao trabalho mecanizado, seguindo a

lógica do Complexo Agroindustrial. Verifica-se, então, que houve a “integração” ou, na verdade, a subordinação da agricultura em relação à indústria.

A modernização agrícola brasileira se desenvolveu no contexto da substituição de importações, como já acima mencionado, contexto em que empresas multinacionais se encarregaram de desenvolver no país territorialidades que atendessem às suas necessidades e a preocupação era introduzir os “pacotes tecnológicos”. Para isso necessitavam de culturas específicas. Foi então que surgiu a territorialização da produção primeiramente de trigo e, na sequência, da soja. Fleischfresser (1988) reforça isso dizendo que a soja foi uma cultura que atendeu à padronização e que podia ser produzida em grande escala. Nesse caso, ela veio substituir as lavouras de café no Norte do Paraná e se desenvolveu também no Oeste do estado, ampliando a fronteira agrícola e desenvolvendo territorialidades capitalistas no campo.

Para desenvolver o plantio e o consumo desses insumos, entendeu-se na época que seria importante a organização dos produtores agropecuários do país. Foi aí que entraram em cena as cooperativas, incentivadas com objetivo de congregarem “[...] os produtores em torno da monocultura que se iniciava, recebendo em troca armazéns doados pelo Governo Federal, via CIBRAGEM – Companhia Brasileira de Armazenamento, para guardar o produto”. (BAGGIO, 1983, p. 71).

Nesse contexto, o desenvolvimento das cooperativas agroindustriais contribuiu para incorporar a industrialização desses produtos padronizados, e para territorializar o capitalismo no campo, através da doutrinação de seus associados para o consumo de produtos de multinacionais.

O financiador desse processo é o poder governamental, que procedeu essa intervenção através do crédito agrícola. O cooperativismo vem com o discurso de diminuir as disparidades sociais, de desenvolver pequenas propriedades de terra com base na ajuda mútua e fica atrelado à comercialização e transformação dos produtos agrícolas. O desenvolvimento agroindustrial seria a forma encontrada para agregar valor ao produto e de os camponeses se defenderem da opressão social e econômica na qual estavam inseridos. Ocorre, porém, que essa doutrina passa por um processo de reformas e passa a seguir lógicas capitalistas, (re)produzindo a subordinação do modelo agrícola ao setor urbano-industrial.

A modernização da agricultura é caracterizada por ser um processo profundamente desigual e excludente, pois atendeu apenas a algumas regiões, produto, tipo de lavoura, cultura e produtor. Ele atingiu uns poucos e fez com que alguns poucos chegassem ao final desse processo. (GRAZIANO DA SILVA, 1994).

Esse modelo agrícola e o respectivo modelo econômico “[...] privilegia os grandes capitalistas, excluindo os pequenos” (GRAZIANO NETO, 1985, p. 58). As dificuldades de se manter nesse sistema levaram camponeses a procurar ajuda no sistema de produção cooperativista, pois aqueles produtores menos favorecidos tiveram menos acesso às facilidades de crédito, aquisição de insumos, máquinas, equipamentos, etc. e apresentaram graus menores de evolução, especialmente na questão da produtividade, o que os tornava descartáveis frente ao modelo desenvolvido. (GRAZIANO DA SILVA, 1994).

A tecnologia implantada na agricultura desenvolve as técnicas que instituem sobre onde, quando, o que e como plantar, e as políticas voltam-se para as tecnologias de produto. Os interesses definidores das tecnologias foram instituídos pelas indústrias que compõem o complexo agroindustrial e que, para isso, contaram com a contribuição do Estado. Assim, as indústrias são

[...] motivadas pela realização de suas mercadorias e seu abastecimento de matérias-primas. E o Estado, pela pressão dessas indústrias e do setor industrial, como um todo, que passa a ser o dominante e exige uma rápida resposta às suas necessidades de acumulação. (FLEISCHFRESSER, 1988, p. 20).

O sistema cooperativista se compromete em vender as tecnologias direcionadas a montante e a jusante da agropecuária voltadas para o Complexo Agroindustrial.

As políticas públicas, nesse caso, abrem a economia, deixando o setor agrícola desprotegido e voltado para a compra de “pacotes tecnológicos”. O campo brasileiro não possui bases para se reproduzir com autonomia, pois as políticas estão voltadas para a territorialização do agronegócio.

Sobre isso, ainda, Oliveira (2002) diz que o Brasil do agronegócio não produz sustentabilidade para o mercado interno brasileiro. Nesse sentido, o imenso território brasileiro não produz para o mercado interno, fazendo com que já “não seja brasileiro”, uma vez que não tem autonomia para produzir o que é necessário para subsidiar seu mercado interno. Acabam se desterritorializando os costumes e



hábitos de produção camponesa a favor da territorialização da tecnologia de multinacionais. Além disso, a moderna agricultura esconde alguns “desequilíbrios”, como a concentração fundiária, o êxodo rural, a exploração de mão de obra e a concentração da renda, pois o desenvolvimento capitalista se constrói gerando enormes riquezas e concentrando, do outro lado, miséria. (GRAZIANO DA SILVA, 1994).

O camponês acaba sendo inserido ou excluído no sistema desenvolvido por multinacionais ditando o que, como e onde produzir – sistema em que o Estado e o cooperativismo servem de mediadores desse processo, pois legitimam suas participações com ajuda de crédito agrícola ou infraestrutura, como os armazéns para armazenar grãos no Paraná, como já foi mencionado acima, e da cooperativa recebendo esses benefícios, para, em contrapartida, organizar os associados para consumir o que é proposto pela indústria, articuladas ao “Complexo Agroindustrial”.

Nos anos 1960 e 1970, os movimentos migratórios populacionais estavam ligados à dinâmica produtiva no campo. Assim, a erradicação do café no Norte do Paraná acarretou o deslocamento da população, expandindo a fronteira agrícola, mas que, mesmo com essa expansão, segundo Fleischfresser (1988), juntamente com o uso de moderna tecnologia e a substituição de culturas (do café para soja e pecuária), provocou uma clara evasão da população residente no meio rural. Diante desse problema da migração da população rural para as cidades, como lembra Graziano da Silva (1985), logo se percebeu ser importante manter os trabalhadores rurais no campo para evitar sua marginalização nos centros urbanos, evitando sua vinda para a cidade e garantindo no campo trabalho produtivo, se possível, ou para produzir sua subsistência ou parte dela. A redução da população rural reflete um aumento acelerado da população urbana, que cresceu desordenadamente.

Segundo Fleischfresser (1988), a tecnologia é voltada para homogeneizar a estrutura produtiva regional do Paraná, acentuando as diferenças econômicas e sociais dos produtores através de medidas políticas e econômicas para o setor agrícola que privilegiam tecnologias de “produto” adquiridas via compra, estimulando assim a produção direcionada ao mercado externo, desprezando os produtos alimentares do mercado interno.

As disparidades sociais entre os proprietários rurais aumentam gradativamente. Os que ficam sem recursos acabam perdendo suas terras, pois o sistema de créditos é voltado para reprodução do capitalismo. O camponês sem sua

propriedade para sobreviver nesse processo passa a ser mão de obra assalariada no campo ou na cidade.

Os chamados “complexos agroindustriais” ganham o campo, há articulação da agricultura com a indústria produtora de insumos, de bens de capital agrícola e com a indústria processadora de produtos agrícolas. Com a mudança na base técnica, a produção ampliada passa a depender cada vez mais dos meios de produção gerados pelo setor especializado da indústria para atingir os produtos padronizados. (MAZZALLI, 2000).

As atividades econômicas tornam-se cada vez mais interdependentes umas das outras, em que novos padrões industriais impõem condições tecnológicas de produção e reforçam a globalização da demanda. A produção de frangos representa uma cadeia produtiva onde os produtores se submeteram para acompanhar a escala e o padrão tecnológico exigidos pelas empresas integradoras. As entrevistas junto aos associados da cooperativa estudada confirmaram que os padrões tecnológicos nos aviários são renovados aproximadamente de dois em dois anos para atender aos padrões exigidos pelas empresas integradoras dessa cadeia produtiva.

A política de crédito rural é considerada o carro-chefe da política de modernização até o final dos anos 1970 (GRAZIANO DA SILVA, 1998). O Estado foi o “suporte” para a integração da indústria com agricultura. A política de crédito rural subsidiado permitiu reunificação dos interesses das classes dominantes em torno da estratégia da modernização agropecuarista brasileira e também possibilitou ao Estado restabelecer seu poder regulador macroeconômico mediante política monetário-financeira expansionista.

O Estado participa desse processo com créditos a juros baixos, fortalecendo o conjunto que compõe o setor agropecuário, dando privilégio àqueles produtores que estão se modernizando, por meio de diferentes segmentos, como investimentos, comercialização e custeio, beneficiando não só a indústria de bens de capital produtora de veículos, máquinas agrícolas, equipamentos de beneficiamento e de armazenagem, mas também cooperativas, indústrias processadoras, químicas, petroquímicas, produtoras de fertilizantes e defensivos agrícolas. (MAZZALI, 2000, p. 23).

Nas cooperativas do oeste paranaense, os recursos para a implantação dos complexos industriais avícolas foram financiamentos obtidos nas seguintes instituições financeiras: Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo-Sul

(BRDE) – que se destaca como parceiro a partir da década de 1970, inicialmente com armazenagem e, em seguida, com a agroindústria; Banco do Brasil; Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); além de complemento com recursos próprios, em alguns casos (BELUSSO, 2010). Dados obtidos na OCEPAR/SESCOOP-PR (2010) informam que, entre 2001 e 2009, cerca de R\$ 6 bilhões foram repassados por meio do BRDE para as cooperativas do Paraná.

Favorecidas através do BRDE com linhas oficiais de crédito do governo federal, seja pelo Programa de Desenvolvimento Cooperativo para a Agregação de Valor à Produção Agropecuária (Prodecoop), seja pelo Programa de Capitalização das Cooperativas de Produção Agropecuária (Procap-Agro), em junho de 2010, de acordo com informações da Ocepar, as cooperativas paranaenses assinaram um contrato com o BRDE no valor de R\$ 407 milhões. Inclusive a cooperativa aqui estudada recebeu R\$ 63,5 milhões, recursos esses repassados por linhas oficiais do governo federal e que serão investidos na ampliação do setor de abate de frangos e de produção de ração, como também para investir em plantio de eucaliptos (atividade favorecida através do banco), Esse capital é destinado à melhoria da infraestrutura, ao capital de giro das empresas e à expansão das agroindústrias.

Nesse sentido, constata-se, na “Revista da Lar” (mar./abr. 2010), a matéria sobre a ampliação unidade industrial de aves, que, segundo Rodrigues (2010, p. 6), “[...] tudo deve ser em parceira com o poder público” (Anexo B).

Ocorre, porém, que a cooperativa utiliza o nome dos associados para montar seu parque industrial para a transformação de matérias-primas:

[...] entregues por terceiros (agricultores não-associados), bem como sua locação para outras empresas, em momentos de ociosidade das máquinas, são situações que geram agregações de valores em benefício apenas da cooperativa, mas não de seus associados, considerando que não foi deles ou não saiu de suas propriedades a mercadoria transformada. Ora, não havendo a expropriação direta e também não havendo a utilização exclusiva dos equipamentos em função dos produtores filiados ou de suas mercadorias agrícolas, em parte deixa de haver a esperada sintonia entre o desempenho da cooperativa e o repasse de seus benefícios, na forma monetária, para o corpo associativo, embora, pelo menos teoricamente, esses sejam os verdadeiros donos da empresa. (SERRA, 2008, p. 9).

Isso foi constado nas entrevistas aos associados. A cooperativa Lar fez um contrato, e os associados assinaram em 2010, para a ampliação do frigorífico de aves em Matelândia, como podemos observar na transcrição abaixo:

Olha eu acho que agora vai pesar pro nosso lado também [...] porque a cooperativa fez uma dívida grande lá. Agora a gente vai se ver tudo pra pagar e nós temos que ajudar a pagar [...] porque, se não, vai tirá de onde, pra pagar? a Lar vai tirá em cima do agricultor rural. [...] os produtores são avalistas da cooperativa. (ALCINO, jun. 2010).

A aquisição dessas máquinas e desses parques industriais gera agregação de valores em benefício da agroindústria, que pertence à cooperativa. Os associados se comprometem com o financiamento que vai atender à agroindústria e, em contrapartida, eles vão receber as sobras, do final do ano.

Há, portanto, uma grande transformação social no campo. Os discursos da mídia e dos representantes de instituições vêm carregados de ideologias, isso para introduzir a incorporação de certos costumes no campo, como o uso de enlatados nas receitas que são passadas em cursos que a cooperativa promove, cursos direcionados para as mães para induzir o consumo de seus produtos e de suas mercadorias. Um exemplo muito claro é o caso da criação de galinha caipira, pois nas propriedades que introduziram aviários é proibida a criação paralela de qualquer tipo de ave. Assim, portanto, ovos e carne para consumo próprio da família deverão ser comprados no mercado.

As denominações dadas para o agricultor, como 'homem do campo', 'colono' e 'empresário rural' respondem ao uso de tecnologia e à introdução da modernidade, como se o camponês representasse atraso, exclusão, algo ruim. Essas denominações trazem ideologias para a transformação do modo de vida.

Parte dos camponeses que buscam se sustentar no campo se sujeitam a mudar seu modo de vida e a produzirem intensivamente. Com a ajuda de créditos governamentais, e também ajuda de cooperativas e de assistência técnica, implantam atividades como a avicultura. Nesse sistema, o cooperado financia o aviário através de cooperativa de crédito. Da cooperativa agrícola compra os insumos (desde ração até medicamentos) e vende para a própria cooperativa, que se transforma em agroindústria para beneficiar a produção e agregar valor ao produto.

O manejo do aviário não permite que a propriedade possa ficar sem um trabalhador "fiscal", pois, se acontecer algum problema (queda de energia, calor excessivo, falta de água, etc.), em questão de pouco tempo pode-se perder o lote todo. Fica então claro que essa atividade de fiscalização ocorre durante as 24 horas do dia, bem como fica proibido de criar qualquer outro tipo de ave na propriedade,

pois é alegado que as aves soltas podem contaminar os frangos granjeiros. É nesse contexto que se compreende o território como relações sociais e exercício de poder, o que Raffestin (1993, p. 144) entende como “[...] o território é a prisão que os homens constroem para si”. Essa prisão pode ser entendida como a necessidade de ter alguém da família o tempo inteiro na propriedade para cuidar das aves ou dos suínos, não podendo haver tempo livre para lazer ou relações entre vizinhos e comunidade.

Essa forma de produção intensiva no campo passa a fazer parte dos chamados “complexos agroindustriais”, em que essa reprodução de um sistema intensivo de produção ocorre com o consumo de pacotes tecnológicos. A forma tradicional de criar animais soltos na propriedade poderia funcionar paralelamente nesse sistema, produzindo, nesse caso, para o mercado interno e, inclusive, preservando o meio ambiente. O “Complexo Agroindustrial”, intensificado na década de 1980, modificou completamente o sistema de produção da agricultura, e isso passou a ocorrer através do subsídio de créditos governamentais, pois Estado passou a manipular os preços mínimos e favoreceu também a incorporação de novas terras e a valorização do capital com o plantio da soja em novas áreas. (MARTINE, 1990).

A modernização assim implantada resultou na valorização da agricultura empresarial, consolidando a integração crescente dos capitais financeiro, comercial, industrial e agrícola. E os defensores da pequena produção, “[...] da reforma agrária, ou simplesmente da visão de uma sociedade mais justa, tem sido de notável submissão à aparente força dos eventos”. (MARTINE, 1990, p. 7).

O crescimento dos latifúndios, a concentração de renda, o êxodo rural, a questão ambiental e a luta pela terra nesse período parecem sair de cena. Grupos de latifundiários ,acompanhados de agrônomos, de economistas e de outros técnicos, defendem o modelo do agronegócio e omitem, segundo Martine (1990), propositalmente, qualquer referência ao conflito de interesses entre diferentes grupos de produtores. Ou seja, “Supervaloriza-se a imagem do novo, do técnico, do ‘moderno’, do empresarial; tudo que representa um obstáculo ao ‘moderno’ deve ser rejeitado, desprezado e atacado” (MARTINE, 1990, p. 33-34). Para isso os meios de comunicação em massa são encarregados de mostrar o temor à bagunça, à ilegalidade e à ameaça dos outros tipos de movimentos ou grupos de interesses no

campo, pois os meios de comunicação também estão voltados para o grande capital. (MARTINE, 1990).

A sobrevivência do camponês nesse sistema fica cada vez mais difícil. As pequenas propriedades ficam taxadas como descapitalizadas e sem recursos para sobreviver com a territorialização do capitalismo no campo e, muitas vezes, acabam não conseguindo se desenvolver no campo, pois que necessitam de alternativas, como afirma Martine (1990):

[...] não há como negar que a viabilidade técnica e política da propriedade familiar, para o médio e longo prazos, está sendo, cada vez mais, uma incógnita. Seja como for, na discussão de alternativas e modelos futuros parece necessário desmistificar a tecnicidade asséptica que caracteriza alguns discursos a respeito da modernização agrícola a fim de incorporar, frontalmente, a dimensão política. (MARTINE, 1990, p. 35).

As mudanças devem ocorrer quando as políticas estiverem voltadas para a propriedade familiar, pois, como se discutiu até o momento, o atual modelo agrícola se sustenta amparado em pilares de políticas públicas.

O desenvolvimento da modernização da agricultura brasileira ocorreu em diferentes níveis. Segundo Hespanhol (1996), esse desenvolvimento se configura espacialmente no Centro-Sul do país, veiculado à agroindústria; socioeconomicamente atingiu de 10% a 20% dos estabelecimentos rurais, deixando 80% a 90% à margem desse sistema; e tecnologias são empregadas com maior intensidade a produtos destinados à exportação. Os dados retratam as dificuldades de desenvolver 80% a 90% das outras propriedades, pois elas não dispõem de capital e de tecnologia para se sustentar. Esse processo é complexo, heterogêneo. A propriedade é vista apenas como fonte de lucro devido à territorialização do capital no campo, acompanhada de muitas contradições, ocasionando mudanças sociais, políticas, econômicas, ambientais e culturais.

### 2.3 A TERRITORIALIZAÇÃO DO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL

A territorialização do capitalismo no campo é um fator que beneficia apenas alguns produtos e alguns produtores, fortalecendo o uso de equipamentos e também derivando para a opção da monocultura. A “industrialização da agricultura”

promoveu o desenvolvimento da agricultura empresarial com indústrias de insumos, de máquinas e também de unidades industriais processadoras, que transformam os produtos agropecuários, que, por conseqüência, são mediados pelo sistema cooperativista.

Com a territorialização do capitalismo no campo brasileiro, cooperativas agroindustriais que acompanham a expansão do setor agropecuário estimulam os investimentos em tecnologia e disseminam a cultura empresarial entre os seus cooperados. De acordo com Fonseca e Costa (1995), as cooperativas, gradativamente, alteraram os seus perfis e investem em estratégias empresariais, como: construção de indústrias; sofisticação e diversificação de produtos; mudanças na relação com cooperados; reestruturação administrativa; terceirização; entre outras estratégias. A agroindustrialização é a direção que as cooperativas estão tomando para se manterem no mercado, porém, como já mencionado, se afastam de seus princípios e se tornam competitivas no mercado, mantêm relações distanciadas com os associados, pois atualmente atendem aos vários segmentos da agropecuária, com destaque para criação de aves, com reestruturações pelo seu “agigantamento” para atender às mais variadas atividades.

O camponês associado, influenciado pela cooperativa agroindustrial, também muda seu perfil, e investe, nesse caso, na criação de animais em confinamento, legitimando a subordinação da agricultura à indústria. Nesse cenário, já debatido anteriormente, se constituem os chamados Complexos Agroindustriais (CAIs), que integram a técnica intersetorial entre as indústrias que produzem para a agricultura (bens de capital), a agricultura propriamente dita e as agroindústrias processadoras. Nesse sentido, “[...] a história do cooperativismo no Brasil está associada a políticas e projetos de modernização implementados por um Estado autoritário” (PIRES, 2004, p. 103).

Essa integração foi realizada a partir da internalização da produção de máquinas e de insumos para a agricultura e pela padronização da produção – o que foi chamado de globalização. Essa internalização e a padronização da produção foram consolidadas pelo capital financeiro, basicamente através do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) e das políticas específicas de agroindustrialização instituídas pelos chamados fundos de financiamento. As tecnologias, aliadas aos pacotes de insumos, desenvolveram a produção em larga escala direcionada ao cultivo de grãos.

Os resultados desse processo implementado no Oeste paranaense, em especial no município de Medianeira, foram acompanhados do sistema cooperativista. Produtores que vivem na área estudada foram gradativamente sendo introduzidos no mercado pela Cooperativa Agroindustrial Lar. Com a especialização da produção direcionada pelo capital e com o perfil estabelecido pelo Estado, esses produtores garantiram a participação nos programas de desenvolvimento agrícola. Em sua maioria, estão ligados à produção de grãos, que, claramente, foi um dos fatores responsáveis pelos programas propostos, seguidos na década de 1990 pela criação de animais em confinamento (suinocultura e avicultura).

O cooperativismo cumpre, nesse sentido, um papel híbrido. Ao mesmo tempo em que foi o sustentáculo para introduzir a modernização agrícola na região, inseriu o consumo no campo, permitindo que alguns produtores familiares tecnificassem a sua propriedade a favor do grande capital e das grandes empresas fornecedoras de insumos e processadoras de alimentos. Esse fato manteve os camponeses do Oeste paranaense em situação de subordinação ao capital.

Nesse contexto, vamos averiguar a territorialização da Cooperativa Agroindustrial Lar, no município de Missal – lugar de seu surgimento para posteriormente verificar sua territorialização em Medianeira, – entendendo o papel do cooperativismo na formação de novas territorialidades.



### **3 TERRITORIALIZAÇÃO, DESTERRITORIALIZAÇÃO E RETERRORIZAÇÃO DA COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL LAR NO OESTE DO PARANÁ**

#### **3.1 INTRODUÇÃO**

O objetivo proposto neste capítulo é entender as relações de poder que se desenvolvem no campo paranaense e suas territorialidades. Baseado nas relações e na discussão da mediação do cooperativismo para introduzir a modernização. Destacar as imbricadas relações entre os atores desse cenário – as ações governamentais, as empresas colonizadoras e a religião católica – são pontos aqui debatidos.

Para entender as relações entre os atores mencionados merece destaque o percurso da territorialização da Cooperativa Agroindustrial Lar em Missal, seguida de sua desterritorialização e reterritorialização em Medianeira, analisando as tramas e as territorialidades desse processo ao longo do tempo.

#### **3.2 AS TERRITORIALIDADES NO CAMPO PARANAENSE**

As opiniões a respeito da modernização da agricultura são diversas e dependem da base teórica a partir na qual se desenvolvem as reflexões. Nessa perspectiva, buscando definir as bases teóricas e conceituais das relações entre a territorialização da Cooperativa Agroindustrial Lar e sua mediação diante da modernização da agricultura, com ênfase nas mudanças no modo de vida dos camponeses, bem com sua dependência tecnológica.

Não é pretendido aqui negar a importância da modernização da base técnica de produção, pois houve com isso aumento de produtividade, porém, como afirma Paulino (2006), a custos socioambientais equivalentes. Vale lembrar que a modernização da agricultura trouxe inúmeras mudanças, pois no “[...] cotidiano, circularam outros costumes, culturas, tradições, que foram adequadas para facilitar a acumulação de determinados grupos econômicos”. (SCHLOSSER, 2005, p. 271).

Para analisar as relação que se desenvolvem no campo serão utilizados, como referência principal, os estudos de Raffestin (1993/1980), pensador que

avança nos estudos territoriais. Ele entende o território como espaço modificado pelo trabalho envolvido pelas relações de poder. Afirma que as relações de dominação e de subordinação estão contidas no território.

A partir de 1970 aconteceram preocupações metódicas em relação ao conceito de 'território', que é discutido através de diversos autores como: Dematteis (1963), de Deleuze e Guattari (1972/76), de Gottmann (1952, 1973), de Raffestin e Guichonnet (1974), de Vagaggini e Dematteis (1975), de Bagnasco (1977), de Raffestin (1993/1980), de Sack (1986), entre outros, segundo Saquet (2006).

A análise acerca do território enquanto conceito se dá a partir das relações no campo do poder, relações que Raffestin (1980; 1981; 1993) compara com um ímã para assinalar suas linhas de força de caráter político do território, entendendo esse espaço a partir da introdução do trabalho, marcado por relações de poder. Segundo ele, “[...] o território se apóia no espaço, mas não é o espaço, é uma produção a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolvem, se inscreve num campo de poder” (RAFFESTIN, 1993, p.144). Trata-se de relações de caráter político-econômico e que se assumem como processos geradores de territorialidades. Dado esse instrumental teórico de análise, há então a necessidade de investigar especificamente os atores de poder que desenvolvem sua territorialidade no espaço rural.

Na visão de Raffestin (1980; 1981; 1993) e de Michel Foucault, o poder está presente nas ações governamentais, nas empresas e nas relações sociais que determinam a vida cotidiana, visando ao controle e à dominação sobre os homens. Nesse sentido, Marx (1978, p. 87) complementa dizendo que “[...] o que faz com que uma região da Terra seja um território de caça é o fato das tribos caçarem nela; o que transforma o solo num prolongamento do corpo do indivíduo é a agricultura”. Assim, podemos dizer que o capitalismo se desenvolve a partir de relações sociais seguidas das transformações espaciais a partir do trabalho empenhado. Resultam desse processo o trabalho vivo e o trabalho morto que se desenvolvem com o intuito de gerar maior produtividade e, conseqüentemente, o lucro, articulado pelo sistema capitalista de produção.

Assim, portanto, a combinação de ações do governo de Estado com as das empresas (multi- e trans-) nacionais, e com as demais organizações e relações sociais e econômicas voltadas ao sistema capitalista, representou grandes mudanças no espaço rural.

A modernização da agricultura provocou a substituição de grande parte da mão de obra humana por máquinas, especializando cada vez mais o meio rural a serviço do capital, com a incorporação de tecnologia para geração de lucro. Nesse sentido, segundo Moraes (1999, p. 126), “É o valor do espaço que se manifesta em todas as formas de renda fundiária”. Assim, novos modos de produção se territorializaram nesses espaços. O excedente de mão de obra migrou para a cidade e a propriedade camponesa se torna alvo de empresas que visam a apropriação da renda da terra, articulada no sistema capitalista de produção, movida pelo capital constante e variável.

Houve, portanto, a configuração de novas territorialidades no campo, influenciando principalmente a mudança no modo de vida cotidiana do camponês, modo vida que, segundo Paulino (2006), não desapareceu enquanto formador da classe camponesa, mas, sim, está sendo recriado.

Para evitar conflitos conceituais nos remetemos a analisar o camponês segundo Paulino (2006), que evidencia a renovação do conceito de camponês. Segundo a autora, na visão de Kautsky e Lênin se analisam os camponeses como classe em si, e evidenciando significados pejorativos sinônimos de atraso em relação à territorialidade em que se desenvolve o capitalismo no campo.

As relações de poder que se desenvolvem nas propriedades camponesas serão baseadas na discussão do território de Raffestin (1993), para quem o espaço geográfico é entendido como substrato, palco, preexistente ao território.

É essencial entender que o espaço é anterior ao território, que é formado a partir do espaço, “[...] resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível” Raffestin (1993, p. 143-144). Quando, portanto, o espaço é apropriado e se iniciam as relações sociais, esse mesmo espaço se torna território. Sendo assim, as análises que permeiam as discussões estão contidas nas relações sociais que são montadas nas relações entre cooperativa (já agroindústria), associada ao Estado e à Igreja.

Segundo Raffestin (1993), ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, o ator territorializa o espaço. Nesse sentido, entender a territorialização da cooperativa estudada é entender como se desenvolveram as apropriações do espaço e, em contrapartida, se podem entender as relações de poder que nele se desenvolveram.

O território é tratado como um espaço que se forma a partir das ações de quem o compõem, resultando em relações marcadas pelo poder. Assim, portanto, no espaço se estabelecem formas de caráter político-administrativo no território nacional, espaço físico em que se localiza uma nação e, ao se apropriar desse espaço, os indivíduos acabam se territorializando. A construção do território é direcionada pelo poder – intrínseco às relações sociais –, este exercido por pessoas ou por grupos organizados de pessoas. Poder e território são enfocados conjuntamente para a materialização do conceito de território.

Sendo assim, as territorialidades de lideranças religiosas, privadas e públicas formam territórios, desempenhando papel de dominação e de poder dentro da sociedade, (re)produzindo relações sociais. Nesse cenário, o poder público, aliado ao poder privado, adotou medidas que objetivaram o crescimento da produção agrícola através da ocupação de espaços vazios.

Para entender melhor essa questão, utilizamo-nos da argumentação de Neiva Salete Kern Maccari, que analisa alguns discursos para a efetivação do processo de colonização, destacando fatores que promoveram a migração para o Oeste paranaense, tais como o fato de Rio Grande do Sul e Santa Catarina terem sido dispersores de população, isso em época em que o Paraná se encaixava como polo de atração dessa população. Maccari (1999, p. 152) entende

[...] o Estado enquanto legislador, onde se encontram as articulações e as estratégias que recorrem à forças econômicas, políticas, sociais e ideológicas, determinando a organização de um determinado espaço.

A autora destaca a figura do bandeirante como expressão simbólica utilizada por Getúlio Vargas para incentivar a ocupação de terras em resposta a chamada “Marcha para Oeste”, assunto que discutiremos no próximo item, ao analisar a territorialização da cooperativa Lar em Missal.

O Oeste paranaense era visto pelo poder público na década de 1960 como grande potencial para ampliar a fronteira agrícola, mesmo sendo a região habitada por povos indígenas que viviam da coleta e da caça. A Igreja, o governo de Estado e a empresa colonizadora estabelecida para se apropriaram do espaço, concreta (rodovias, ferrovias, comércio) e abstratamente (língua, informação, ideologias, leis), efetivando a ocupação dessa fronteira, (re)produzindo relações de poder.

A criação de núcleos coloniais agrícolas no Oeste paranaense resolveria o problema dos tais “vazios” demográficos e, conseqüentemente, esses novos núcleos povoariam as áreas de fronteira estimulados pela agricultura de subsistência. O papel da pequena propriedade era criar condições para o surgimento da camada social que fosse mercado consumidor e promovesse a diversificação da economia, tudo a partir da comercialização do excedente ali produzido, que era baseado na policultura e no uso da mão de obra familiar. (MACCARI, 1999).

Sendo assim, é entendido que a territorialização da Cooperativa Agroindustrial Lar em Missal – Medianeira, teve papel fundamental para desenvolver a proposta do governo. Estimulada por programas desenvolvidos com maior destaque a partir da década de 1970, a agricultura foi sendo desenvolvida nas pequenas propriedades e a territorialização da modernização da agricultura foi sendo gradativamente introduzida pelo cooperativismo.

Nos anos de 1930, em conjunto com as frentes, desenvolve-se o projeto chamado “Marcha para o Oeste”, do governo Vargas, para efetivar a ocupação desse território e do interior do país em geral.

A ação governamental, com o programa “Marcha para Oeste” do governo Vargas, representa uma ação conduzida para promover a ocupação da fronteira<sup>2</sup> e a territorialização de migrantes (descendentes de italianos, de alemães, de poloneses) no Oeste do Paraná com intuito de desenvolver práticas agrícolas – em parcerias com o sistema cooperativista que já era desenvolvido no Rio Grande do Sul, principalmente de onde provinham os imigrantes – no processo de expansão da lógica capitalista.

As lideranças religiosas, mais as do governo de Estado e das empresas colonizadoras, formam parcerias canalizando poderes para atrair essa população, pois “[...] o poder visa o controle e a dominação sobre os homens e sobre as coisas” (RAFFESTIN, 1993, p. 58), construindo as malhas, os nós e as redes, delimitando campos de ação. O poder exerceria sua ação por meio da população, do território ou dos recursos que são designados como trunfos. A relação entre esses trunfos materializa a transformação territorial.

---

<sup>2</sup> Indica um limite entre duas áreas, regiões ou países. Ela determina o início ou fim um determinado território, cujo limite estabelece a soberania de um país, serve para assinalar o que pertence a ele, quais as suas competências e os patrimônios que dele fazem parte (DICIONÁRIO DA TERRA, 2005).

A natureza, por sua vez, enquanto recurso natural, é entendida como elemento presente no território e que seu uso e transformação servem como instrumento de poder: “O território [...] é a cena do poder e o lugar de todas as relações” (RAFFESTIN, 1993, p. 58). Assim, portanto, a exploração da natureza sustenta a construção econômica do território, pois o poder exercido pelo governo de Estado e pelas empresas vê a natureza enquanto recurso para a produção e o uso de tecnologia seguido da manutenção do poder. O território, associado às malhas, aos nós e às redes, formam instrumentos invariáveis de que todo tipo de sociedade se “[...] utiliza para construir uma ‘reserva’ e, da mesma forma, se precaver contra as modificações do meio” (RAFFESTIN, 1993, p. 181). As relações de poder referidas são encontradas na globalização e se (re)constróem, formando novos territórios e novas territorialidades, o que, por sua vez, “[...] subverte o jogo da evolução territorial e impõe novas lógicas”. (SANTOS, 2002, p. 79).

Essa nova lógica no uso do espaço rural vai sendo implantada pelas empresas agrícolas, que se organizam seguindo padrões globais, interferindo na vida cotidiana dos camponeses, modificando seus hábitos e suas tradições, introduzindo o consumo de produtos industrializados, (re)produzindo novos significados nos modos de produção, como animais em confinamento, o que requer reestruturações nas propriedades agrícolas – o galinheiro dá lugar ao aviário, as galinhas caipiras, patos, gansos, etc., são exterminados devido à criação das aves em confinamento; a entrada da propriedade rural é marcada com placas para identificar o proprietário e também a que empresa pertence e facilitar a localização para o caminhão que transporta ração e as aves, bem como para a visita dos técnicos; o uso das técnicas para a criação desses animais em confinamento também se modifica, e a tecnologia implantada em alguns casos supera até o valor da propriedade, entre outros assuntos que debateremos ao longo do texto.

As bases técnicas e econômicas da agropecuária foram gradativamente sendo substituídas, seja para o cultivo de plantas, seja para a criação de animais, pois as anteriores se mostravam incompatíveis com as novas formas de produção, de distribuição e de consumo. O novo modelo de produção agropecuário é baseado na incorporação da ciência, da tecnologia e da informação com o intuito de aumentar a produtividade, culminando em transformações econômicas e, portanto, em transformações socioespaciais e ambientais.

Esse processo foi intensificado com a abertura da economia brasileira na década de 1990, causando grande exposição da produção nacional à oferta de bens e serviços de origem externa, deixando a agropecuária desprotegida com relação direta às ações de empresas transnacionais. Segundo Elias (2003), a decorrente reestruturação produtiva, dentro da modernização do setor agropecuário, é consequência de inovações físico-químicas, mecânicas e biológicas, o que resultou na reorganização e na especialização da produção, com o desenvolvimento de culturas rentáveis financeiramente e integradas às atividades industriais.

O sistema agrícola vai sendo implantado mediante a importação de tecnologia (como colheitadeiras, tratores e implementos agrícolas), como também no uso de sementes selecionadas e de venenos, o que favoreceu a dependência do meio rural em relação ao industrial-multinacional. O Brasil, portanto, continua a importar tecnologia e uma parcela de agrônomos passou e continua a vender “pacotes tecnológicos” importados.

As territorialidades do campo brasileiro são marcadas pelas relações de poder desde a colonização, formando “nós” que amarram as propriedades camponesas a serviço do capital. O poder público está voltado a serviço do grande capital e o que se observa é uma grande massa de camponeses tentando sobreviver em um sistema completamente excludente e voltado para a exploração do trabalho através de relações não capitalistas. As estruturas físicas e culturais são arrancadas das propriedades e no lugar são instaladas novas formas de produzir intrínsecas ao processo de acumulação. No Oeste do Paraná não foi diferente, pois a territorialização do capital, podemos dizer, foi ainda mais rápida. Como podemos observar, as relações que permearam a colonização já estão centradas no Complexo Agroindustrial de consumo dos pacotes tecnológicos, das máquinas, etc., que retratam a modernização da agricultura.

### 3.2.1 A Territorialização e a Desterritorialização em Missal

O cooperativismo tem um potencial muito grande e esteve presente no Oeste do Paraná desde os primeiros tempos de sua ocupação na década de 1960.

A Cooperativa Agroindustrial Lar se estruturou juntamente com o processo de colonização do Oeste paranaense. Teve sua fundação em Missal, portanto, faremos

agora um resgate histórico permeando essa questão e verificando as relações mantidas entre a cooperativa, o Estado e a religião.

O município de Missal se localiza no Oeste paranaense, na região Sul do Brasil, como mostra o mapa a seguir, e incorpora a territorialidade de fronteira, razão pela qual é o espaço construído a partir de conflitos. Mais do que a delimitação de uma fronteira territorial em que se localiza parte da região Oeste do Paraná, a utilização do termo fronteira se dá a partir das relações construídas entre os grupos étnicos que marcaram o processo de ocupação da região.

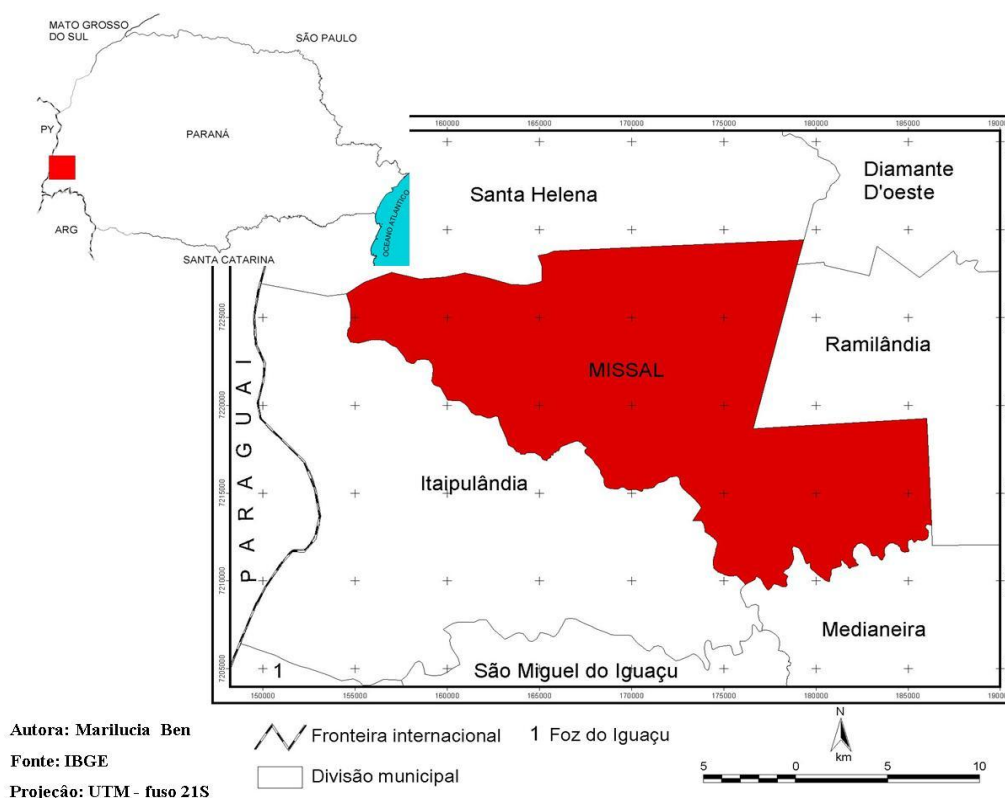


Figura 2. Localização do município de Missal

Fonte: Elaborada por Marilucia Ben.

Segundo Lia Osorio Machado (1998), à medida que os padrões de civilização foram se desenvolvendo, as fronteiras tornaram-se “lugares de comunicação” e adquiriram caráter político. Assim, o sentido de fronteira era não o de fim, mas o de começo do Estado, de lugar para onde tendia a se expandir. As fronteiras são, portanto, objetos permanentes da preocupação dos Estados no sentido de controle e de vinculação.



Nesse contexto, a fronteira não se constitui apenas enquanto delimitação de territórios nacionais, mas na dimensão de diferenciações internas do espaço analisado, com aspectos de fronteiras étnicas no período de ocupação. De acordo com Deitos (1996), a atuação da Igreja Católica nesse território aponta para a prática de nomização cuja ação repercutirá nas relações internas que delimitam as fronteiras étnicas e sociais. No caso de Missal, a colonização ocorreu praticamente por descendentes de alemães vindos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina de religião católica.

Segundo Wachowicz (1987), o Oeste paranaense, na constituição de seu território, registrou a frente cabocla, a frente cafeeira e a frente sulista. A frente cabocla é marcada pela vinda da população que se fixava em torno da trilha dos militares e dos grandes acampamentos de ervais, trilha e acampamentos consolidados no trajeto entre Catanduvas e Foz do Iguaçu. A partir das três primeiras décadas do século passado, a procura pelas terras devolutas da região crescia e começava então a motivar a ocupação não somente pelos caboclos de Guarapuava, mas também por empresas colonizadoras que se formavam com essa finalidade.

A frente cafeeira, como o próprio nome diz, foi estimulada pelo cultivo do café e era composta por elementos vindos dos estados de Minas Gerais, de São Paulo, do Espírito Santo e da região Nordeste através dos planaltos paulistas e norte-paranaenses. Também não se pode desconsiderar a parcela significativa da população nascida e criada no Norte paranaense, contingente de pessoas que também integrou a frente nortista cafeeira de colonização.

A terceira frente foi a sulista, que se originou no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina. O excedente de trabalhadores nesses dois estados provocou a saída de muitos para Oeste paranaense, sendo que essa nova região foi a estratégia usada pelo governo para nacionalizar áreas de fronteira binacionais e, ao mesmo tempo, desviar a atenção e não efetivar a divisão de terras nos estados citados.

Segundo Gregory (2002), o governo acabou criando o Território Nacional do Iguaçu em 1943 e o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem foi incumbido de desenvolver programas rodoviários da Marcha para Oeste, estrategicamente para desenvolver a região e em contrapartida ocupar a região.

No que tange às redes e ao poder, Raffestin (1993, p. 83) esclarece que toda estratégia integra a mobilidade e, por consequência, elabora função de circulação-comunicação – é função de poder, onde: “A circulação imprime a sua ordem”. Nesse caso, o poder não consegue evitar o que pode ser visto ou controlado. Os programas rodoviários criados pelo governo de Estado são estratégias para escoamento de produção agroindustrial, para atender às exigências do mercado externo, pois as redes estão ligadas ao porto marítimo.

Na década de 1960, segundo Schallenberger (2001), inicia-se a disseminação, através da Igreja, dos ideais cooperativistas na região, com o lema da união entre pequenos para serem fortes, fomentando o desenvolvimento de redes de associações e cooperativas no Sul do Brasil no século XX. Aliada a isso, a colonização do Oeste paranaense ocorreu num momento de transição entre a agricultura tradicional para moderna, fato que, segundo Gregory (2002), fez com que a fronteira agrícola se confundisse com os esforços institucionais do Estado e de órgãos públicos e privados para intensificar e acelerar o processo de modernização. A agricultura familiar se complexificou na sua organização produtiva, gerando a diversificação, que acompanha novas formas de organização produtiva consolidada com a territorialização do capitalismo no campo.

Segundo Gregory (2002, p. 91), “A colonização prevista deveria ser baseada na pequena propriedade e ter um sentido agroindustrial. Assim, ela se adequaria aos objetivos desenvolvimentistas estabelecidos a nível estatal e a nível federal”. Podemos constatar isso com o surgimento da Cooperativa Agroindustrial Lar, cuja constituição aconteceu a partir de uma iniciativa governamental e religiosa. A atuação da Igreja repercutiu nas relações internas que delimitam as fronteiras étnicas e sociais do povoamento do município de Missal.

A religiosidade e cooperação, agregados ao social-catolicismo, influenciaram diretamente o processo de colonização do Oeste paranaense, como foi típico o processo do povoamento de Missal, município cujo nome já vem inspirado pela Igreja Católica, já que o termo 'missal' é nome do livro católico que contém as rezas para as missas ou para outras cerimônias religiosas. Assim, o nome Missal simboliza, de alguma maneira, a origem daquela demarcação territorial. Naquela época inicial, de qualquer maneira, todos já conheciam aquele território como Gleba dos Bispos ou como Terra dos Bispos.

A maioria dos colonizadores (época de 1961 e 1962) de Missal pertence à descendentes de imigrantes alemães rio-grandenses ou catarinenses, que trouxeram consigo características da cultura germânica, expressas nas construções enxaimel, expressas nos jardins floridos e expressas na gastronomia, elementos que foram experimentando adaptações às especificidades locais no decorrer dos tempos, portanto formando novas territorialidades.

Inserida nesse contexto, surge, em julho de 1965, a Cooperativa Mista Agrícola Sipal Ltda (Comasil), posteriormente identificada com a sigla Cotrefal e, atualmente, identificada como Lar. Segundo Marin (2005), a criação da cooperativa se deu quando bispos que representavam as dioceses de Londrina, de Maringá, de Palmas, de Jacarezinho e de Foz do Iguaçu pediram auxílio financeiro ao governo de Estado no decorrer dos anos 1950 e conseguiram a doação de 5000 alqueires no município de Foz do Iguaçu (atualmente Missal), área que passou a ser chamada “Gleba dos Bispos”.

Em 25 de julho de 1963 surgiu o povoamento de Missal e, com a chegada do padre José Backes, se desenvolveu o processo de ocupação. O padre assume papel de liderança, desempenhando ações que extrapolaram o âmbito religioso. O padre José Backes:

[...] acertou com a Sipal Colonizadora, de Curitiba, a divisão e comercialização da área, atendendo a ‘função social’ baseada nos ensinamentos da encíclica *Mater et Magistra*, do Papa João XXIII. E o método deveria ser o sistema cooperativista da colonização [...] os colonos pioneiros de Missal foram compulsoriamente sócios da Cooperativa. (MARIN, 2005, p. 18).

De acordo com Schallenberger (2003), a sustentação do catolicismo alemão tem como princípio a defesa da organização corporativa, com o desenvolvimento de práticas associativas que referenciaram a ação católica.

Assim, para a associação cooperativista se perpetuar, a colonização nesse território se desenvolveu com uma população homogênea – nesse caso, alemães católicos. Trata-se de uma colonização baseada num discurso religioso. Segundo Mainguenau (1997, p. 65),

[...] este discurso se organiza em torno de uma noção de ‘ordem’, definida como uma totalidade cujos elementos estão distribuídos em lugares complementares e em comunicação constante e regrada. O universo que um tal discurso presume é o de uma ‘ordem’ máxima (o

cosmo), constituída de uma multidão de 'ordens' repartidas em múltiplos níveis que, geralmente, se relacionam uns com os outros [...] Os mais variados objetos do mundo natural e do mundo social aí são colocados como 'ordens': o corpo humano, a sociedade, a família, a Igreja, as plantas, etc. Este princípio de 'ordem' [...] também organiza a cena enunciativa.

Por iniciativa do padre José Backes, na época, famílias da religião Católica se instalaram em Missal. Com orientação de Dom Geraldo Sigaud, líder dos bispos na época, o padre José Backes loteou a área de cinco mil alqueires, que se transformou no Município de Missal. Uma das grandes fontes geradoras de recursos à época da colonização foi a extração de madeira, pois esta se destinava não só à construção civil local, mas também à exportação para a reconstrução da Europa, destruída pela última grande guerra – a Segunda Guerra Mundial.

Nesse sentido, a promoção do associativismo através de associações beneficentes, de clubes recreativos e culturais, congregações, cooperativas, entre outras, representou o elo de conexão social possível, uma vez que buscaram, na religião e na cooperação, a construção de um ideal coletivo. (SCHALLENBERGER, 2001).

A territorialização do espaço geográfico de Missal foi planejada pelo governo em parceria com a Igreja Católica, com o objetivo de desenvolver o sistema cooperativista. Hespanhol (2008, p. 91) contribui com essa informação, afirmando que,

[...] entre os anos de 1965 e 1980, toda a política esteve voltada à concessão de crédito rural para que os médios e grandes produtores incorporassem técnicas mecânicas e químicas à agricultura e se convertessem em bons consumidores de produtos industriais e grandes fornecedores de matérias-primas para as agroindústrias, o que viabilizou a constituição de modernos complexos agroindustriais no país. (HESPANHOL, 2008, p. 91).

Como Missal teve o início de sua colonização orientado pelos bispos, praticamente todos os moradores eram da Religião Católica, o que

[...] revitalizou as ordens e as congregações religiosas, para que, na ótica da sua universalidade e sob a sua orientação, assumissem a missão de evangelizar as diferentes culturas, tornando-se sempre mais socialmente presentes. (SCHALLENBERGER, 2009, p. 27).

Esse município portanto, teve grande influência religiosa. A formação da empresa cooperativa foi pensada por liderança da Igreja Católica e pelo governo federal, pois que, de acordo com Schallenger (2009), na perspectiva do associativismo cristão, o cooperativismo tem o princípio da solidariedade cristã, característica social interessante para o governo numa época de crise social.

Segundo Raffestin (1993, p. 59-60), “O território é um trunfo particular, recurso e entrave, continente e conteúdo, tudo ao mesmo tempo. O território é o espaço político por excelência, o campo da ação dos trunfos”. Nesse sentido, a introdução do sistema cooperativista no município de Missal possibilitou a territorialização de camponeses para concretizar a reprodução socioeconômica do lugar.

Classificado e conceituado o território, sua construção ou apropriação se dá por meio do trabalho humano, onde cada território é particular, apresentando múltiplas configurações e determinações através de aspectos econômicos, culturais, sociais, simbólicos, etc., ou seja, o trabalho é demarcado pelo processo histórico em que pessoas, grupos ou uma coletividade exercem poder sobre essa área.

O território é a produção humana que ganha identidade a partir da apropriação e/ou da dominação do espaço. A territorialização é a parte superior da espacialização, portanto, a cooperativa é a territorialização materializada das relações entre Igreja Católica e camponeses.

A territorialidade assume, portanto, valor particular, pois reflete o multidimensionamento do "vivido" territorial pelos membros da coletividade, pela sociedade em geral. Os homens vivem ao mesmo tempo o processo territorial e o produto territorial por intermédio do sistema de relações existenciais e/ou produtivas. (RAFFESTIN, 1993).

Haesbaert (2004, p. 235) define o território ou os processos de territorialização como “[...] fruto da interação entre relações sociais e controle de/pelo espaço, relações de poder em sentido amplo, ao mesmo tempo de formas concretas (dominação) e simbólicas (um tipo de apropriação)”. Nessa perspectiva, a identidade territorial, para Haesbaert (2004), deve ser analisada de forma integradora, ou seja, levando em consideração a dimensão simbólica, cultural, material, econômica, política, social, histórica e religiosa.

A Igreja Católica, portanto, possui um controle do espaço pelas relações de poder simbólico – a Fé. A Igreja se utilizou desse controle para desenvolver a

ocupação do município de Missal, objetivando a colonização baseada na pequena propriedade voltada para agroindústria. (GREGORY, 2002).

Assim se constituiu o território de Missal, pois “[...] não há indivíduo ou grupo social sem território, quer dizer, sem relação de dominação e/ou apropriação do espaço, seja ela de caráter predominantemente material ou simbólico”. (HAESBERT, 2004, p. 339).

O município de Missal é dotado de conjugações simbólicas e culturais cujos atores principais foram a Igreja Católica e o Estado (seja o Estado nacional, seja o Estado do Paraná). Esses atores, unidos quando conquistaram o espaço, passaram a planejá-lo com o objetivo de territorializar ali o sistema cooperativista e, por meio de projetos de ocupação, manipularam a apropriação desse território através do trabalho dos camponeses, que, em contrapartida, passaram a transformá-lo.

Então, território é a reordenação do espaço, nos processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização das sociedades (RAFFESTIN, 1993). A desterritorialização ocorre conjuntamente com a reterritorialização, que são movimentos formadores das partes do processo sucessivo de territorialização.

A Igreja Católica, através do Estado, se territorializou, ou seja, apropriou-se da fração do espaço transformado pelo trabalho direcionado para o cooperativismo.

A migração no Oeste do Paraná é um elemento importante para a (re)produção histórica do território. Migrantes, principalmente gaúchos e catarinenses, se deslocaram para dominar, para apropriar e para transformar o território. Através do trabalho desses sujeitos, com o passar do tempo, ocorreram transformações intensas nas propriedades rurais em decorrência do uso de tecnologias, resultando na constituição de infraestruturas rurais e urbanas que contribuíram para o escoamento da produção de alimentos.

A partir da migração, o território passou a ser usado e dominado/apropriado de forma intensa, resultando na modificação desses espaços e na construção de simbolismos que moldaram a identidade territorial desses migrantes. Hábitos, modos de ver e fazer o “mundo” foram sendo (re)territorializados.

A agricultura foi subordinada à indústria, que, por sua vez, determinou e determina o que, como, onde e de que forma produzir, exigindo a compra de maquinários e de insumos para a padronização dessa produção e o beneficiamento. Isso permeia o surgimento das cooperativas e das agroindústrias.

A dinâmica territorial na qual está inserida a agricultura brasileira é constituída por forças econômicas, políticas e culturais que resultam na concentração das terras, das riquezas e também na dominação social. Esses fatores impõem limites e dificuldades à atuação de projetos alternativos de desenvolvimento no espaço agrário voltados aos camponeses. É evidente que isso não acontece de forma homogênea e as alternativas vão se desenvolvendo, como, por exemplo, o modo de produção de orgânicos, que buscam, na diversificação da pequena propriedade, produzir alimentos de boa qualidade e o desenvolvimento do mercado local, que até então era deixado de lado para atender ao mercado internacional. Com o passar do tempo estão se introduzindo, a despeito dos obstáculos, os produtos orgânicos para atender aos mercados tanto locais, quanto internacionais, e essa é uma alternativa de desenvolver as propriedades camponesas.

Com a modernização houve transformações no modo de vida no campo, fazendo também aí vigorar o sistema capitalista. Na tentativa de entender a organização e o desenvolvimento do território de Missal, no Oeste do Paraná, as reflexões nos permitem afirmar que esse processo aconteceu com o planejamento do governo de Estado e lideranças religiosas, e também da empresa colonizadora Siplal. O Estado, com o projeto “Marcha para Oeste”, já mencionado, criou infraestrutura como estradas e doou terras para serem colonizadas, e a Igreja (nesse caso, a Igreja Católica) recebe as terras doadas para então vendê-las e se encarregou de desenvolver o sistema cooperativista de produção em pequenas propriedades de terras, o que Schallenberger (2009) chama de associativismo cristão<sup>3</sup>.

Os fundadores do município de Missal e da atual Cooperativa Agroindustrial Lar foram imigrantes alemães católicos, na maioria constituindo famílias de pequenos proprietários rurais, geralmente vindos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Desde o início da colonização, se desenvolvia a “seleção” por parte da Igreja para formar a cooperativa, aceitando-se somente pessoas com características em comum, com os mesmos costumes culturais e religiosos e com os mesmos hábitos de trabalhar com a terra. (SCHALLENBERGER, 2009).

---

<sup>3</sup> Que podem ser aprofundadas no livro de Schallenberger (2009): "Associativismo Cristão e Desenvolvimento Comunitário: migração e produção social do espaço colonial no Sul do Brasil".

Ocorre, porém, que a cooperativa estudada não permanece em Missal, pois ela se desterritorializou para se reterritorializar em Medianeira, movimentação essa motivada pela necessidade de expansão.

### 3.2.2 A Reterritorialização em Medianeira – PR

A expansão econômica brasileira acaba interferindo na dinâmica territorial do país, inclusive na dinâmica da cooperativa estudada do Oeste paranaense. A sede inicial da cooperativa agroindustrial Lar foi na cidade de Missal – PR. Para atender a seus programas de expansão, em 1972, ela se desterritorializou para reterritorializar a sua sede em Medianeira - PR, município adjacente e devido a fatores estratégicos, como a proximidade com a rodovia BR 277, para atender melhor às suas necessidades de comercialização.

Medianeira situa-se a 25°17'40" latitude sul e a 54°05'30" longitude oeste, localizada no Oeste paranaense. Sua superfície é de 314,632 km<sup>2</sup> e sua população é de 41 830 hab. (Censo IBGE/2010). Ao norte, limita-se com o município de Missal e Ramilândia ao oeste faz fronteira com Itaipulândia e São Miguel do Iguaçu, ao sul com o município de Serranópolis do Iguaçu e ao leste com o município de Matelândia, como mostra a Figura 3:



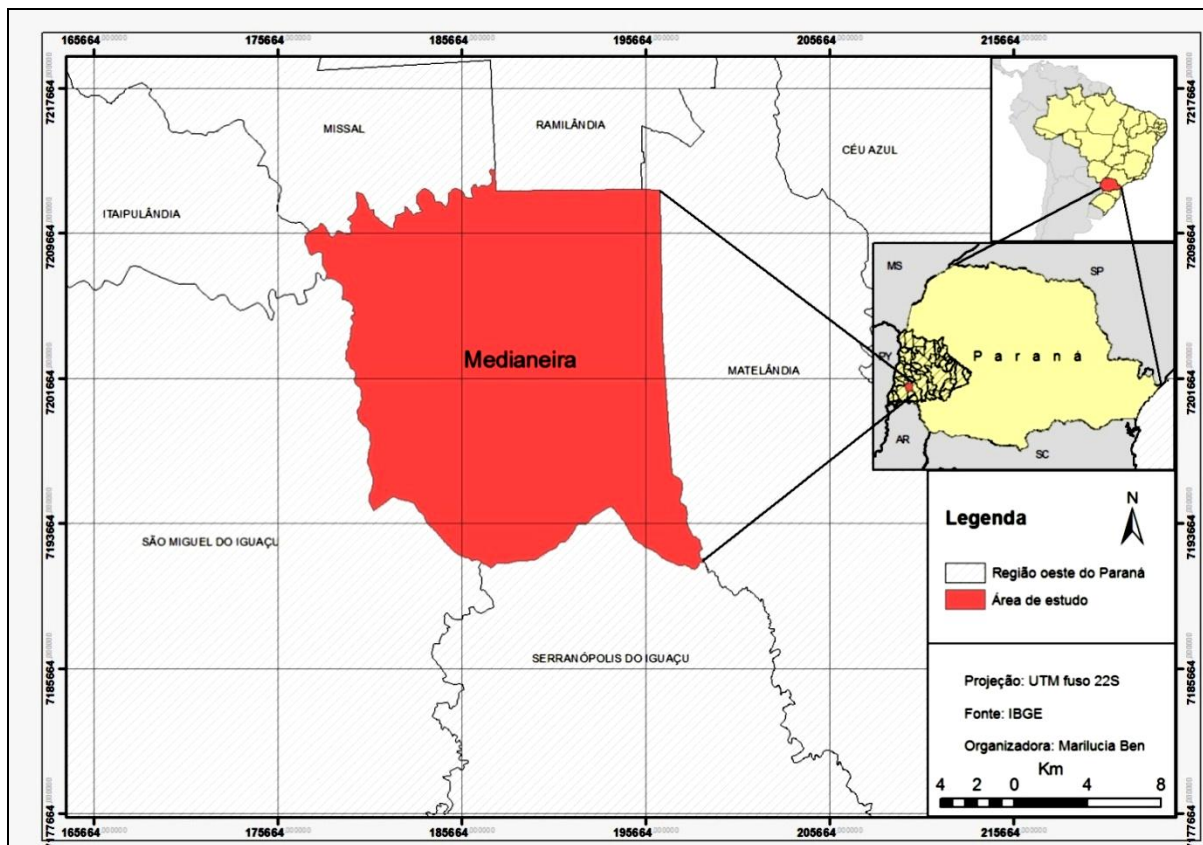


Figura 3. Localização do município de Medianeira

Fonte: Elaborada por Marilucia Ben.

Os resultados do processo de modernização agrícola implementados no Oeste paranaense, particularmente no município de Medianeira, foram fortemente acompanhados do sistema cooperativista. Camponeses que viviam na área estudada foram gradativamente sendo introduzidos no mercado, pois foi através da Cooperativa Agroindustrial Lar que agricultores especializaram a produção direcionada pela territorialização capitalista no campo e atenderam ao perfil estabelecido pelo governo de Estado.

Em sua maioria, também os camponeses de Medianeira eram imigrantes do Rio Grande do Sul e Santa Catarina que já estavam ligados à produção de grãos e esse foi um dos fatores responsáveis pelos programas de desenvolvimento propostos.

Segundo Serra (2009), o cooperativismo com origens na Europa é visto enquanto sistema universal, baseado na filosofia da "união faz a força", filosofia que incorpora a importância da união de pessoas e de funções como a sua inserção nas relações capitalistas de produção e de trabalho, que vem sofrendo, nos últimos períodos, transformações, e que fica difícil, em determinadas situações, separar

cooperativas de empresas privadas comuns, pois os níveis de aproximação entre os segmentos privado e coletivo estão, muitas vezes, indissociáveis.

De acordo com Serra (2009), o cooperativismo está se distanciando de suas bases ideológicas e se identificando com os valores econômicos e políticos dominantes e contrários à sua filosofia. Nesse sentido, o autor afirma que as cooperativas brasileiras, no geral, se estruturaram-se de cima para baixo, através de iniciativas governamentais e poucas vezes de iniciativa das classes produtoras e passaram a concorrer com empresas privadas capitalistas, esquecendo-se de prestar serviços a seus associados. Assim foi implementado o modelo agrícola voltado para o mercado externo, abrindo espaço ao chamado “Cooperativismo Empresarial”. Esse cooperativismo empresarial, em contrapartida, está interessado em vencer a competitividade e introduzido-a inclusive dentro do sistema cooperativista. Foi então inserida a modernização agrícola no Paraná, com a introdução do “novo sistema cooperativista”, que visa à exploração das pequenas propriedades, direcionando sua produção para o mercado externo. Nesse sentido, é um cooperativismo que se afasta de seus princípios e se organiza a favor do capital, no mercado competitivo.

A territorialização da Cooperativa Agroindustrial Lar não foi diferente, pois, com a ajuda do governo de Estado, o sistema capitalista foi sendo introduzido nas propriedades de seus associados camponeses. Em resposta a isso acaba perdendo valores cooperativistas para se tornar agroindústria e suas principais atividades desenvolvidas são direcionadas ao mercado externo, visando à exploração de pequenas propriedades camponesas com a criação de animais em confinamento e o seu processamento.

O desenvolvimento desse processo no Oeste e no Sudoeste do Paraná, a partir da década de 1960, deu origem às cooperativas agropecuárias com imigrantes vindos de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul (SETTI, 2006), que exploravam a criação de suínos e o plantio de culturas como cereais de subsistência. Começa, então, a ser estruturado o cooperativismo na região, iniciando com a busca de solução para as dificuldades que os produtores tinham para o armazenamento das colheitas, para o escoamento da safra e para mecanização da lavoura.

Nesse processo, a Cooperativa Agroindustrial Lar passou pelas fases da “evolução” do cooperativismo agrário brasileiro. Foi fundada em 1964, por imigrantes vindos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina no município de Missal, cujo nome

era Cooperativa Mista Agrícola Sipal Ltda. (Comasil), e sua função, nesse período, era receber e repassar matérias-primas entregues pelos associados.

O cultivo da soja também contribuiu para o surgimento de cooperativas, principalmente nas áreas de ocupação no Oeste do Estado, pois o produto de exportação, acrescido da falta de infraestrutura de armazenamento da produção e até das dificuldades de escoamento da safra, necessitava ser comercializado. Passou-se, então, através do governo de Estado, a introduzir mecanismos que atenderam a essas necessidades, como a introdução dos armazéns verticais para armazenarem da soja nas cooperativas no norte do Paraná ainda na época do café. (SERRA, 1989).

Na década 1970, com a atuação do Projeto Iguçu de Cooperativismo (PIC)<sup>4</sup>, cujo objetivo era formar redes de integração no território com a criação de centros cooperativistas, inicia-se a “seleção” das cooperativas com suas respectivas áreas de abrangência, iniciando o processo de fusão entre essas mesmas cooperativas.

Em 1977, no Sudeste do Paraná, a cooperativa Central Agropecuária Sudoeste Ltda. (SUDCOOP) implantou a diversificação em Medianeira, em parcerias com outras cooperativas da região, objetivando desenvolver atividades de criação de suínos e de gado leiteiro, como evidencia o Anexo A.

Com a influência do PIC, a Comasil deixa de existir em 1973, surgindo, em seu lugar, a Cooperativa Agropecuária Três Fronteiras Ltda. (Cotrefal), que, de acordo com o nome, vai se expandindo para além das fronteiras nacionais. Nesse sentido, torna-se uma unidade de transformação e de industrialização, repassando ao mercado consumidor, (in)diretamente, não mais matérias-primas, mas produtos elaborados. A instalação de armazéns em Medianeira (nova sede da Cooperativa), e a construção de silos para armazenar grãos serviram de resposta à introdução e à consolidação da cultura soja e do milho na região Oeste paranaense.

Nesse sentido, agregando valor aos seus produtos e com a política de benefícios fiscais subsidiada pelo governo de Estado, as cooperativas, principalmente durante os anos 1970 e 1980, conseguiram se estruturar como empresas capitalistas, atuando em nível de igualdade com grandes empresas nacionais e internacionais, com mesmo segmento econômico.

---

<sup>4</sup> Na região Oeste e Sudoeste do Paraná surge o primeiro projeto integrado do sistema cooperativista paranaense, sistema denominado PIC, apoiado por instituições como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná (Acarpa) e o Departamento de Assuntos do Cooperativismo (DAC) (LIMA, 1988).

Nessa lógica, as cooperativas do Oeste paranaense se transformaram em “poderosos” instrumentos do Estado no processo de implantação do “novo modelo agrícola”, servindo de fomento para a introdução da modernização agrícola nas propriedades dos seus associados, mudando sua vida cotidiana, sua prática agrícola, seu espaço geográfico e territorializando novos agentes sociais no espaço rural, como mostra o Anexo B. Isso resultou em transformações espaciais, como a modernização da agricultura, e as relações sociais aqui presentes são imbricadas entre camponeses, empresas e governo de Estado.

Outro projeto de integração das regiões Oeste e Sudoeste foi a criação da Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (Ocepar), criada para o fortalecimento do cooperativismo no Estado através de estudos para o seu desenvolvimento. Segundo Fajardo (2006), a economia paranaense teve na agroindústria seu mais importante eixo de industrialização, pois os projetos de integração permitiram a participação mais efetiva das cooperativas na economia do Estado.

Os projetos de integração definidos e implantados pelo Estado na década de 1970 promoveram a reestruturação econômica e filosófica nas cooperativas agropecuárias paranaenses, direcionando os investimentos para a agroindustrialização. A cooperativa estudada efetivamente se agroindustrializou com a criação de aves e, nesse caso, é ela que completa o ciclo da agroindústria a montante e a jusante do processo.

A agroindustrialização passou a implementar lavouras especializadas, provocando o desaparecimento das de subsistência, substituindo a estrutura que existia nas propriedades, incluindo casas, terreiros, tulhas, pomares, galinheiros. Foi se reestruturando um novo modo de produzir e de se organizar socialmente. Atualmente, o terreiro dá lugar ao aviário ou ao chiqueirão de suínos. Agora os chiqueiros necessitam estar bem próximos da casa, isso para que a família possa cuidar dos animais, e os antigos galinheiros já não podem mais existir devido à “contaminação” que podem causar aos animais criados em confinamento. Também as tulhas foram extintas para dar lugar aos caminhões de ração, que abastecem as propriedades. Enfim, a organização das propriedades rurais se tornou cada vez mais consumidora dos produtos industrializados.

É importante salientar que se configuram, na agricultura brasileira, dois tipos de indústrias, como mostra a Figura 4, sendo uma a fornecedora de insumos e de

equipamentos e outra a processadora dos produtos agropecuários. Em resumo, há uma indústria para agricultura (insumos) e uma indústria da agricultura (produtos alimentícios).

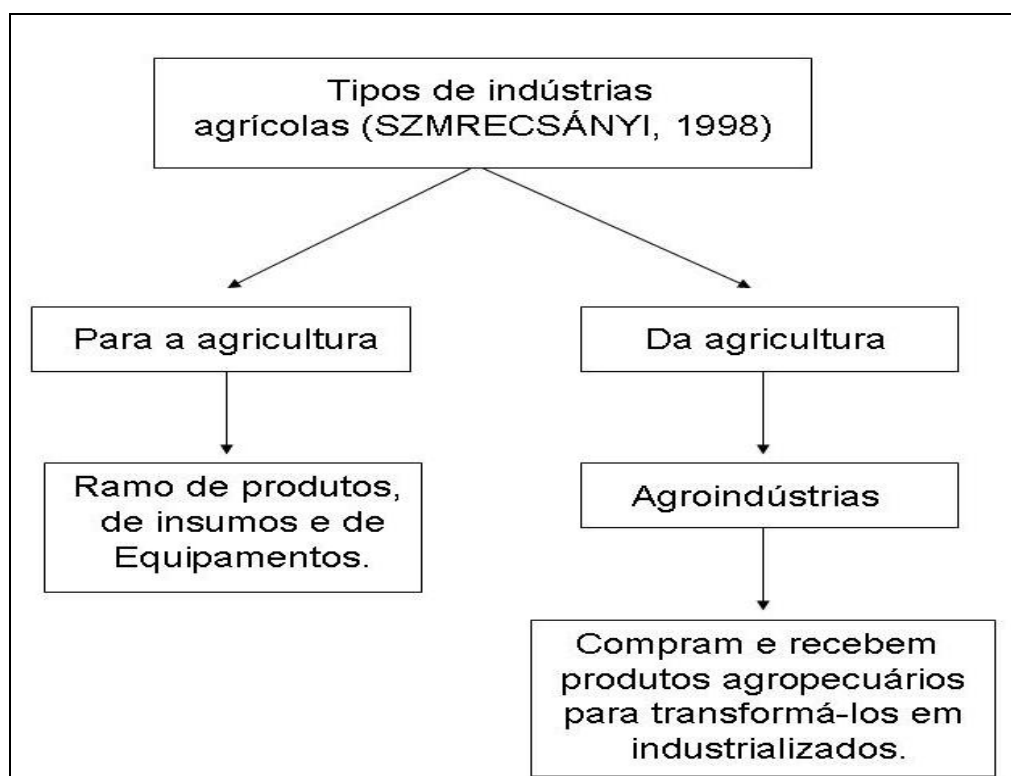


Figura 4. Tipos de indústrias agrícolas

Fonte: Elaborada por Marilucia Ben.

Esse sistema resultou no direcionamento do consumo das propriedades rurais ao mercado e especialização da produção de acordo com as necessidades da indústria, que, por sua vez, introduz os conhecidos “pacotes tecnológicos”. A indústria a montante é a fornecedora de bens de capital e de insumos e a indústria a jusante é a processadora de matérias-primas agrícolas representadas pelas agroindústrias. A Cooperativa Agroindustrial Lar se encaixa nesse perfil, pois é fornecedora de insumos a montante da produção e também beneficia a produção fornecida por seus associados, agregando valor ao produto e direcionado a produção ao mercado externo.

Foi assim que, em 1982, a então chamada Cotrefal abre caminho para a agroindustrialização, fazendo-o com a introdução da produção de óleo de soja e as características industriais iniciam o processo de consolidação. Por se tornar uma agroindústria, agora a cooperativa muda a sua marca, que iniciou como Comasil,

posteriormente Cotrefal e, atualmente, Lar, denominações que foram se alterando de acordo com as mudanças estruturais que a organização foi sofrendo ao longo do processo.

A Cooperativa Agroindustrial Lar foi mudando sua marca e modificando a estrutura de produção, introduzindo o consumo de produtos e de maquinários da modernização que foi se consolidando, como mostra a Figura 5.

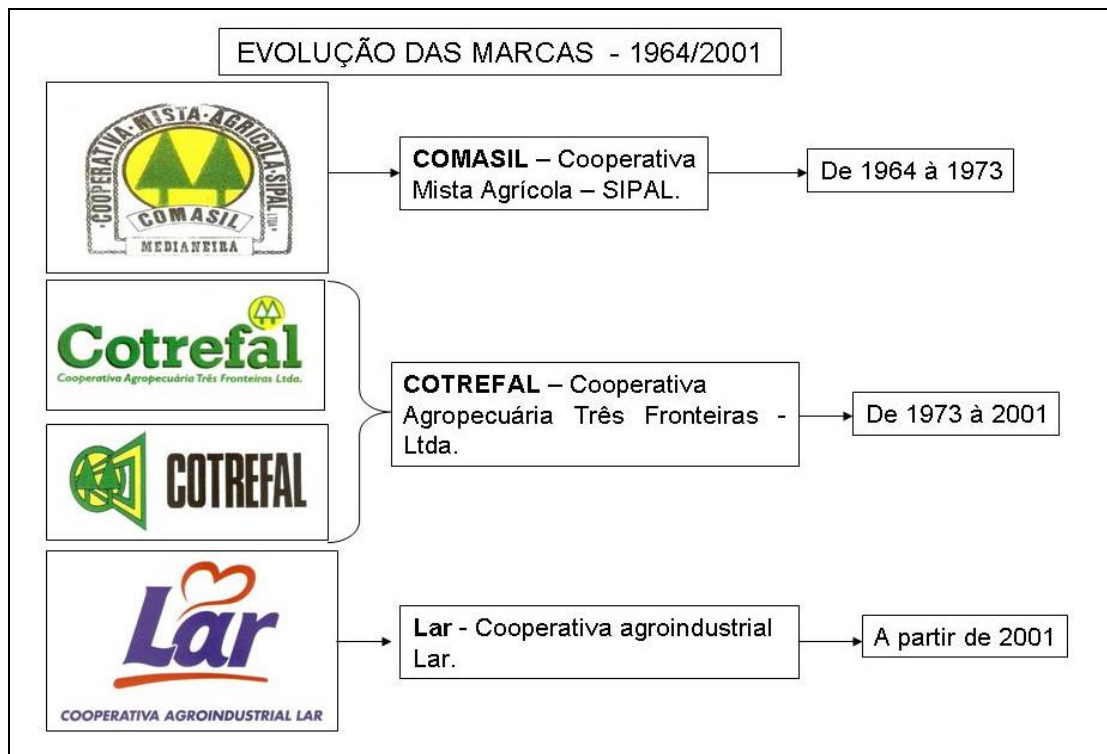


Figura 5. Mudanças das marcas da cooperativa agroindustrial lar

Fonte: Elaborada por Marilucia Ben.

Atualmente, a Cooperativa Agroindustrial Lar conta com redes de supermercados, unidades industriais de vegetais, de leitões, de aves, de pintainhos, de ração, de mandioca, de soja e posto de combustível. Isso a torna “poderosa” financeiramente no mercado do Oeste paranaense, pois, além de receber as matérias-primas dos associados, faz seu beneficiamento, agregando valor ao produto, nos diversos seguimentos já citados. Essa estrutura modificou o espaço geográfico, em especial o do Oeste paranaense, bem como a vida cotidiana de seus associados, com a introdução de tecnologias e de produtos que atendem ao mercado externo. Além de atuar no Oeste paranaense, a empresa possui unidades no Mato Grosso, em Santa Catarina e no Paraguai. O fluxo de pessoas e de

mercadorias tem aumentado juntamente com o crescimento industrial da cooperativa. A Figura 6 evidencia a localização das áreas de atuação da cooperativa na atualidade.

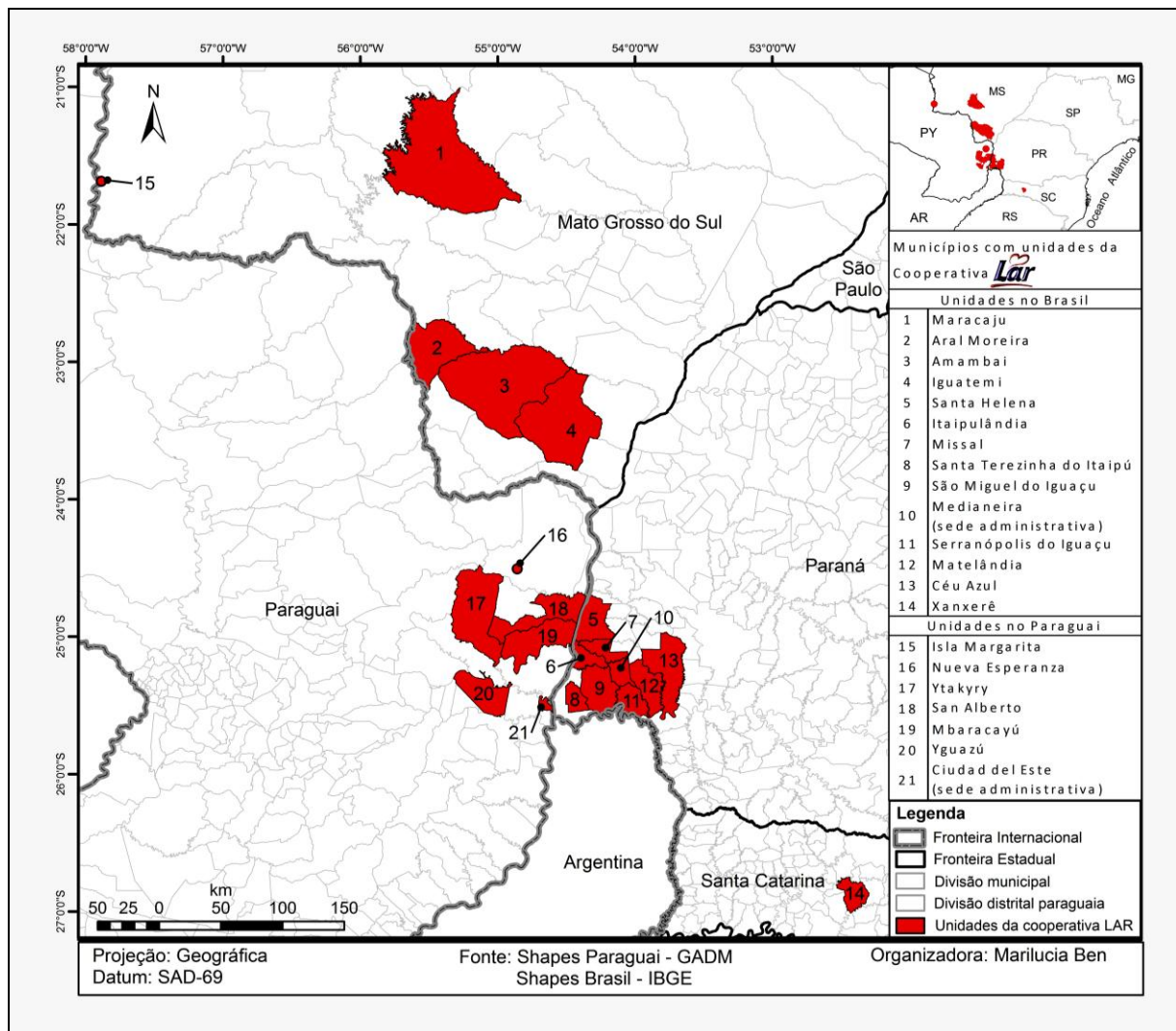


Figura 6. Localização das áreas de atuação da Cooperativa Agroindustrial Lar.

Fonte: Elaborada por Marilucia Ben.

Intensificada na década de 1990, a agroindustrialização da cooperativa Lar proporcionou o aumento de suas atividades em outras regiões nacionais e também no Paraguai, como foi evidenciado na Figura 6.

A agroindustrialização da cooperativa estudada implicou também mudanças estruturais evidenciadas na Figura 7. O quadro de funcionários necessitou ser reduzido, principalmente os cargos de chefia, para inserir a agroindustrialização, diminuir custos e centralizando áreas de planejamento.



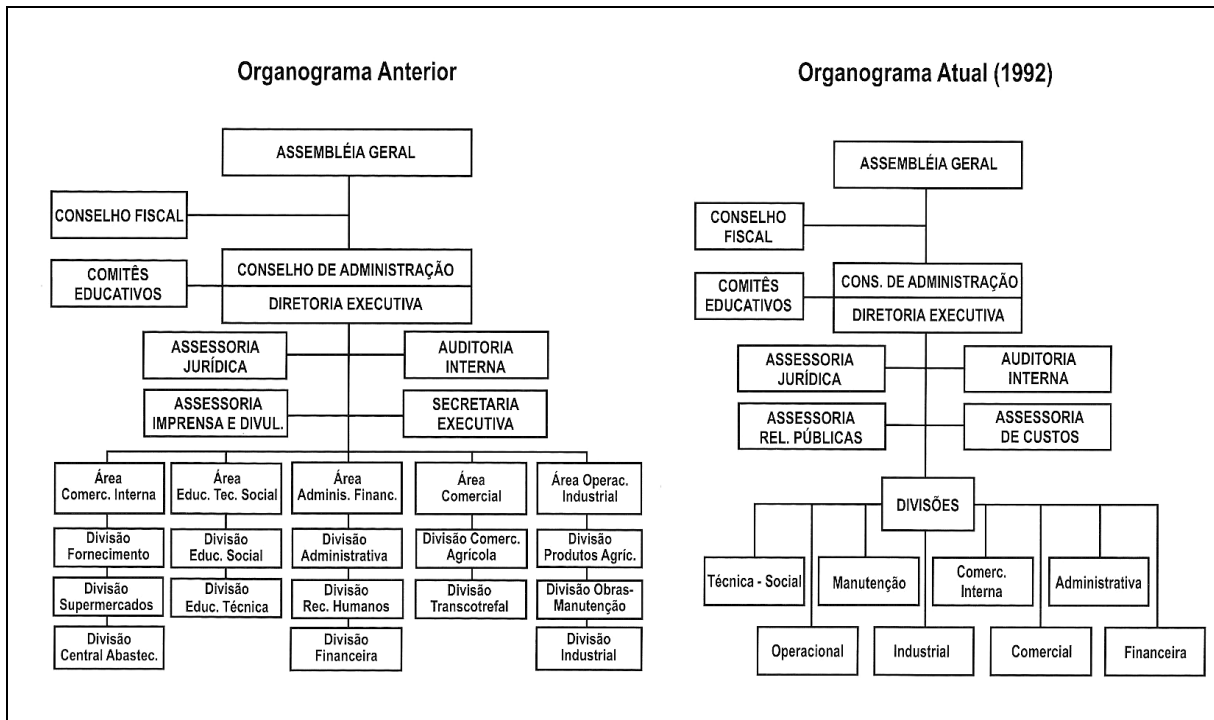


Figura 7. Mudanças Estruturais na Agroindustrialização da atual Cooperativa Agroindustrial Lar.

Fonte: Livro "Lar na História" (2005, p. 109).

Os ajustes no organograma administrativo serviram para atender à agroindustrialização da cooperativa que foi avançando e sendo intensificado a partir de 1991. A reestruturação resultou em quatro superintendências extintas e também, com elas 10 cargos de liderança, como mostra a Figura 7.

Nesse contexto, podemos identificar que a Cooperativa Agroindustrial Lar abrange novos territórios gradativamente com a concentração de capital, em resposta à agroindustrialização, que, por sua vez, imprimiu novas articulações de poder, comandadas por forças locais, nacionais e internacionais.

As inovações tecnológicas deram novos direcionamentos às atividades produtivas do Brasil, pois passaram a incorporar novas técnicas e novos equipamentos produtivos. A industrialização se expandiu rapidamente e passou a exigir a reestruturação do campo. Surgem então as cooperativas, para preparar o campo a favor da indústria e, ao mesmo tempo, para receber produtos industrializados, tais como agrotóxicos, fertilizantes, sementes melhoradas e máquinas. Esse processo se consolidou pelo resultado, de um lado, da ação do Estado, a partir das políticas agrícolas e agrárias adotadas, e, de outro, pela atuação das cooperativas e das empresas multinacionais fornecedoras de insumos agrícolas.



A territorialização do capitalismo no campo implica uma série de transformações sociais, culturais, econômicas e produtivas. O cooperativismo é resultado desse processo, que se transforma em “cooperativismo empresarial”, agora a serviço do capital e não mais com a base filosófica da "união faz a força", nem mais visando ajuda mútua.

O “cooperativismo empresarial” serve de ponte entre a indústria e a agricultura, tornando esta consumidora de insumos e de equipamentos, e a indústria processadora, que introduz novos modos de produção no campo e, nesse caso, a agricultura se torna fornecedora de matéria-prima para ser processada, para novamente ser consumida pela população rural, mantendo a relação: consumidor – vendedor – consumidor de produtos industrializados. A indústria se consolidou a jusante e a montante da agricultura, subordinando e explorando grande parte das propriedades rurais, assim mudando social, cultural e economicamente a estrutura rural.

Com a Cooperativa Agroindústria Lar não foi diferente, pois seguiu as fases de (re)estruturação, modificando-se de acordo com o desenvolvimento dos planos do governo de Estado, respectivamente, como Cooperativa Mista Agrícola Sipal Ltda. (Comasil), como Cooperativa Agropecuária Três Fronteiras Ltda. (Cotrefal) e como Cooperativa Agroindustrial Lar (Lar), para se transformar em agroindústria que, em contrapartida, legitima a territorialização do capital no campo.

A territorialização das cooperativas, seguidas da atuação de suas agroindústrias, passou a exercer influência direta sobre a produção realizada no campo. As cooperativas se caracterizam como firmas que criam atividades e suas correspondentes paisagens, articulam espaços locais à escala nacional e até ao espaço global (BELUSSO, 2010), pois são elas que “preparam” o campo para produzir para a indústria (criação de suínos e de aves e ovos) e, ao mesmo tempo, receber produtos industrializados (agrotóxicos, fertilizantes, sementes melhoradas e máquinas).

As cooperativas servem de pontes que ligam os camponeses ao consumo de máquinas, de insumos e de equipamentos, que atendem ao fortalecimento da agroindústria. Os chamados CAIs (Complexos Agroindustriais) estão voltados para mudanças na forma de produzir, aliados às políticas de crédito agrícola proporcionadas pelo governo de Estado, territorializando cada vez mais o capitalismo no campo.

Em suma, o capital industrial passou a comandar a economia do país em diversos setores, inclusive no campo, moldando-o segundo seus interesses. Os avanços nos meios técnicos produtivos não foram, porém, homogêneos, pois excluíram significativa parcela de camponeses, e favoreceram grandes proprietários de terra, que desenvolvem segmentos da produção voltados para interesses agroindustriais.

### 3.2.3 O Rural-Urbano no Complexo Agroindustrial

A dinâmica pela qual se desenvolveu a tecnologia e a economia, desde as décadas de 1960 e 1970, modificou os espaços rurais, transformando-os em rural-urbanos, onde atores do processo de modernização da agricultura – as multinacionais vendedoras e processadoras de bens agrícolas – submeteram e subordinaram o campo à cidade. Sendo assim, surgiram grandes centros urbanos, aumentou a população das cidades em relação ao campo e, com isso, uma parcela da população foi arrancada da vida rural e empurrada para a vida urbana.

As formas de conexões e a circulação de pessoas, mercadorias, informações, estradas, comércio, indústria e redes de telecomunicação formam relações dialéticas entre campo e cidade. Essa relações, por sua vez, demonstram imbricações entre as relações do vivido, de homens e mulheres e seus espaços. Os pensadores Marx e Engels (2005) entendem e analisam essa relação pelos interesses de classes sociais. Na divisão social do trabalho, separam o trabalho industrial e comercial e o trabalho agrícola, representando, respectivamente, a cidade e o campo.

As rápidas e intensas transformações dos espaços rurais e urbanos se refletiram, de forma direta, na reorganização do espaço, redefinindo relações e construindo novas territorialidades. Segundo Marx (2002), o campo se torna fonte de matéria-prima para a indústria, esta em geral localizada na cidade, além da migração de camponeses para constituírem a mão de obra utilizada na indústria.

As mudanças nas bases econômicas e técnicas ocorridas ao longo do capitalismo foram aprofundando as relações campo-cidade e reduzindo a distância entre os dois espaços e os fenômenos a eles relacionados. Essas mudanças promoveram o fortalecimento do poder das cidades de comandar a organização de

vastos territórios, neles incluídos os espaços rurais, cada vez mais subjugados pelo vigor do fenômeno urbano.

Na lógica capitalista, os espaços seguem tendências de “homogeneização” para introduzir o consumo de produtos tanto no campo quanto na cidade. Não se pretende aqui afirmar que não há diferenças entre esses espaços, mas, sim, que os padrões de consumo da cidade também já estão cada vez mais presentes no campo, modificando progressivamente os tradicionais hábitos de consumo rurais.

As discussões acerca da homogeneização dos espaços rural-urbanos se tornam mais acirradas a partir da década de 1970. Lefebvre (1999) discute a urbanização completa da sociedade. Ele declara, explicitamente, como “[...] ‘sociedade urbana’ aquela que resulta da urbanização completa, hoje virtual, amanhã real” (LEFEBVRE, 1999, p. 15). A concentração da população acompanhada dos meios de produção sinaliza a tendência da urbanização quase que completa da sociedade, com a transformação radical das antigas formas urbanas e rurais e dos antigos modos de vida, na visão de Lefebvre (1999):

O *tecido urbano* prolifera, estende-se, corrói os resíduos da vida agrária. Estas palavras, ‘o tecido urbano’, não designam, de maneira restrita, o domínio edificado nas cidades, mas o conjunto das manifestações do predomínio da cidade sobre o campo. (LEFEBVRE, 1999, p. 17, grifo do autor).

Não se pretende, aqui, pensar a extinção dos espaços rurais em função do avanço do processo de urbanização -- visto que campo e cidade são espaços que se diferenciam frente ao fortalecimento de suas peculiaridades.

Na visão contrária a de Lefebvre não se fala da urbanização das sociedades rurais. A cidade é considerada por Oliveira (2004) o palco das lutas tanto rurais/urbanas quanto urbanas/rurais, pois esse é o ponto de partida para a construção das reivindicações e das articulações dos movimentos sociais rurais, que acentuam as contradições, e as interações entre cidade-campo e urbano-rural são estratégias de luta e de resistência dos movimentos sociais. Esses movimentos confirmam suas “ruralidades” e vivenciam uma sociedade urbana, reinventando a resistência e a luta, evidenciando formas de representações do rural.

As lutas no campo são resposta ao produto contraditório do desenvolvimento do modo de produção capitalista no campo e na cidade, de forma que é sob “[...]”

essa nova hegemonia da cidade que se estabelecem as relações entre urbano e rural, o rural aparece como uma questão da cidade” (MOREIRA, 2007, p. 273).

As manifestações são apresentadas dentro do contexto da realidade brasileira, que é contraditória e desigual, posto que vivencia intensos processos de crescimento urbano e metropolitano, processos combinados ao desenvolvimento da modernização conservadora no campo, que, em contrapartida, amplia a concentração fundiária e principalmente intensifica as políticas agrícolas voltadas para o agronegócio.

Chamamos a atenção para a modificação no modo de vida de camponeses produzindo sua (re)criação a partir da industrialização e da modernização da agricultura e ainda sua subordinação à cidade, que visa incorporar formas padronizadas de consumo – fenômeno chamado globalização. A globalização da economia provocou transformações profundas no processo produtivo associado à agropecuária. O processo de globalização econômica representa o momento em que se alcança o auge da internacionalização do mundo capitalista (SANTOS, 2002). Nessa fase destacam-se elementos técnicos e políticos articulados à fluidez das decisões e das informações, onde a velocidade atua a favor dos interesses globais.

No espaço rural, a ação das empresas reflete na sua territorialização e na materialização dos capitais fixos, articulando o modo produtivo estabelecido, ou seja:

Estradas, silos, frigoríficos, portos com terminais de uso exclusivo e tantos outros objetos indicam a força dos capitais fixos no território. Mas esse arranjo de objetos não funciona sem um acréscimo contínuo de máquinas de plantio e colheita, tratores, sementes híbridas e fertilizantes, isto é, um capital constante (orgânico) que, por sua vez, precisa de energia e informação, que são também normas (calendários agrícolas, instrutivos de utilização dos produtos, etc.). (SANTOS; SILVEIRA, 2004, p. 132).

O capital se territorializa em espaços que ofereçam melhores condições de uso e de lucratividade. De acordo com Santos e Silveira (2004), o governo brasileiro estabelece organizações para desenvolver processos produtivos que seguem normas de infraestrutura padronizadas e globais a serviço do capital. No Paraná, as estradas são articuladas e integradas ao Porto de Paranaguá e este articula os fluxos de produção para o exterior em resposta ao modelo agroexportador implantado no país. A rede viária é resultado das práticas sociais, que estão

associadas ao processo de deslocamento dos produtos (neste caso, os produzidos pela cooperativa estudada), ligando os lugares através da circulação e comunicação. Essas são as duas faces da mobilidade que estão presentes nas estratégias territoriais (RAFFESTIN, 1993). O transporte representa a circulação e comunicação, pois os bens e as relações sociais comunicam alguma coisa.

A cooperativa estudada se territorializou em lugares estratégicos para facilitar a circulação da produção e mercadorias, transformando-as em dinheiro. Sendo assim, a dominação do território depende das áreas de ação da circulação da produção e da informação que a cooperativa necessita territorializar. Nesse sentido, para ampliar suas territorialidades, depende ainda de energia e de matérias-primas, que são estabelecidas pelos campos de poder. Assim, portanto, através das redes de circulação, empresas circulam bens e informações, convertendo assim capital em dinheiro.

As infraestruturas representam a imagem do poder dos agentes dominantes, que, através da fluidez, manipulam e combinam as relações para controlar o território.

O espaço rural vem se tornando palco de máquinas e de pacotes tecnológicos territorializados por empresas transnacionais, por isso esse espaço fica cada vez mais vazio de pessoas, reproduzindo a agricultura empresarial que visa maior produtividade tanto de grãos quanto de animais. Os investimentos para a produção agrícola são altos e necessitam de grandes quantidades de terra para subsidiar o capital investido.

Pequenas propriedades, onde residem camponeses acabam se tornando alvo de empresas agropecuárias que visam a exploração. As empresas utilizam a mão de obra para a criação animais em confinamento, na sua grande maioria com o intuito de implantar seus “pacotes tecnológicos”. É desse modo, portanto, que no espaço rural se configuram grandes empresas, que articulam a economia formando novas territorialidades, influenciando o modo de vida do camponês.

Construção histórica repleta de significados,

[...] a palavra camponês não designa apenas seu novo nome, mas também o seu lugar social, não apenas no espaço geográfico, no campo em contraposição à povoação ou a cidade, mas na estrutura da sociedade. (MARTINS, 1995, p. 22).

Essa denominação caracteriza as peculiaridades na sua forma de trabalho, de representação da terra, sociabilidade, ritmo de trabalho no campo e necessidades familiares.

Na perspectiva de Teodor Shanin (2005, p. 1-2):

Camponês é uma mistificação [...] não existe em nenhum sentido imediato e estritamente específico. Em qualquer continente, estado ou região, os assim designados diferem em conteúdo de maneira tão rica quanto o próprio mundo. Os camponeses não podem ser, de fato, compreendidos ou mesmo adequadamente descritos sem sua estrutura societária mais geral, e o mesmo é válido para o contexto histórico. [...] O que está em pauta é a maneira como esse conceito opera no processo de conhecimento das sociedades.

O modo de vida camponês é articulado a partir do ciclo plantar e colher e “[...] suas decisões são orientadas pelas necessidades do núcleo familiar” (ALMEIDA, 2003, p. 75). Assim, portanto, o elemento central de seu modo de vida é a família, que produz e controla o estabelecimento produtivo.

A (re)criação do campesinato está “[...] articulada a um sistema orientado para a acumulação de capital” (PAULINO, 2006, p. 24). Esse sistema se processa com a monopolização do território pelo capital, sujeitando a renda camponesa *versus* acumulação capitalista, face à não remuneração do trabalho para a produção de mercadorias. Nesse sentido, ainda segundo a autora, o camponês detém autonomia sobre o processo produtivo –uma vez que esse processo se desenvolve em sua propriedade –, em contrapartida, suas relações trabalhistas não são estabelecidas – pois, nesse caso, estamos nos referindo à renda da terra.

Empresas ou cooperativas integradoras que desenvolvem atividades no setor de aves, suinocultura, sericultura, etc., definem métodos e regras para o desenvolvimento das atividades familiares, que são incorporadas por camponeses, que resultam na (re)criação do campesinato.

Os desdobramentos expostos nos remetem a analisar os sujeitos da pesquisa que são os associados à Cooperativa Agroindustrial Lar. Esses camponeses, apesar de estarem introduzidos na dinâmica capitalista, ainda refletem traços camponeses, pois, em sua maioria, são donos de pequenas propriedades, cultivam a horta e expressam resistência aos novos modos de vida introduzidos no campo. Por outro lado, porém, vivem a implantação da agricultura capitalista. Sendo assim,

refletiremos sobre as territorialidades ocorridas nas propriedades camponesas com a territorialização do capital.

### 3.2.4 A (Re)Estruturação da Propriedade Camponesa

Empresas integradoras buscam organizar a propriedade camponesa introduzindo padrões para a produção primária. Para isso desenvolvem dinâmicas pelas quais resulta determinar o que será consumido e produzido nos lugares. A propaganda é uma arma poderosa na (re)produção de territorialidades e o campo se torna palco desses discursos para a implementação de segmentos e incorporação de tecnologias e modos de produção voltados ao capital.

Para a introdução da diversificação das propriedades, as propagandas no campo se intensificaram, levando o associado a entender que, para se desenvolver economicamente, é necessário consumir pacotes tecnológicos. O campo acaba se tornando palco de propagandas que visam inserir os produtos industriais, como mostra a Figura 8 a seguir.

A Figura 8 apresenta constantemente no campo atualmente, pois é introduzida com o intuito de orientar as produções e os consumos desenvolvidos nesse espaço.

Empresas atuantes no campo utilizam as propagandas, para inserir e reproduzir o sistema capitalista no campo, direcionado ao consumo de produtos do Complexo Agroindustrial. Esse sistema faz com que os pequenos proprietários de terra não possam se ausentar da propriedade nem por poucos momentos, pois necessitam ficar 24 horas por dia cuidando dos frangos que estão no aviário e, para isso, ganham de 35 a 40 centavos de real por ave.



Figura 8. Placa da Cooperativa Lar na região de Medianeira - Paraná.

Fonte: Marilucia Ben, jun. 2010.

O meio rural, portanto, recebe combinações de atividades agrícolas seguindo a lógica capitalista de empresas e de agroindústrias, mas “condicionada” a recursos naturais, tais como o clima, o solo e o relevo. Os fatores sociais e naturais correspondem a uma manifestação superficial da realidade estrutural territorial, pois estão sendo substituídos, como já foi mencionado anteriormente, por tecnologias químicas, físicas e biológicas.

Segundo Santos (1991), a paisagem é tudo aquilo que nós vemos, ou seja, tudo o que nossa visão alcança: um conjunto heterogêneo de formas naturais e artificiais. Para ele, a paisagem tem um caráter histórico, pois seus objetos são criados em momentos diferentes e têm uma materialidade que marca cada época, cada instante da sociedade, enquanto que o espaço resulta do casamento da sociedade com a paisagem. O espaço contém o movimento, portanto a paisagem e espaço são um par dialético.





Figura 9. Pequena propriedade na região Serranópolis do Iguaçu, Paraná.

Fonte: Marilucia Ben, jun. 2010.

A Figura 9 caracteriza a pequena propriedade de um sócio da Cooperativa Agroindustrial Lar. Pequenas propriedades desse padrão tecnicizam e diversificam sua produção na tentativa de se sustentarem no mercado voltado para agricultura empresarial. As culturas que sinalizam esse processo no Oeste paranaense são as atividades de soja e milho e de criação de aves, suínos e gado leiteiro, recebendo insumos dos chamados “pacotes tecnológicos” em um sistema de padronização da produção de grãos e de animais (estes criados em confinamento).

O entorno da casa é, em geral, destinado à produção de alimentos para o autoconsumo da família, o que demonstra a resistência camponesa. Os saberes camponeses ainda permanecem. As formas acolhedoras de receber as pessoas também – como verificado na pesquisa de campo.

Nota-se que, nesse processo, a agropecuária fica subordinada às multinacionais a montante (pelas vendedoras de insumos e de equipamentos) e a jusante (que são as agroindústrias receptoras da produção para o beneficiamento). O valor agregado nesse caso é voltado à agroindústria e os camponeses continuam sendo explorados por esse sistema.

Os espaços rurais no Paraná vêm sofrendo modificações devido ao incentivo do governo de Estado, somados ao poder religioso e o das multinacionais, que,

através do sistema cooperativista, se articulam e territorializam o capitalismo no campo, inserindo novos modos de consumo, tais como: uso de implementos, de equipamentos agrícolas e de insumos. As propriedades camponesas acabam se modificando através dessas imbricadas relações que serão evidenciadas a seguir.

## **4 CAMPONESES E AS IMBRICADAS RELAÇÕES DE PODER**

### **4.1 INTRODUÇÃO**

Entender e descrever a metodologia utilizada nesta etapa é fundamental. Buscou-se analisar o objeto de estudo através de uma pesquisa de campo caracterizada como método qualitativo, tipo de pesquisa bastante representativa na geografia humana nos últimos tempos.

A pesquisa de campo, nos moldes em que foi planejada para o presente trabalho, tem o objetivo de nos levar a entender as territorialidades tal como estão consolidadas nas relações entre a cooperativa e seus associados camponeses. Através dessas fontes orais pretende-se desenvolver considerações sobre a territorialização da Cooperativa Agroindustrial Lar e sua mediação frente à modernização agrícola no desenvolvimento da atividade de aves, bem como se pretende entender a sua transformação no setor produtivo com a incorporação da agroindústria. Desta transformação resultam as relações de poder da Lar sobre os associados camponeses como será analisado a partir da pesquisa de campo.

### **4.2 QUESTÃO DO MÉTODO DE INVESTIGAÇÃO: PESQUISA DE CAMPO**

Procurando elevar a importância das técnicas e do método de investigação que orientaram previamente esta pesquisa, buscamos meios que nos facilitassem as investigações, uma vez que, para a análise dos dados, recorreremos às fontes orais, ou seja, ao trabalho com história de vida, procedimento esse que utilizamos para compreender a transformação do território.

Propomos descrever os métodos de investigação levando em conta o que diz Haesbaert (1995), reportando-nos à revalorização do trabalho de campo em Geografia, postura de análise que vem se destacando nos últimos tempos. Muitos estudiosos não se preocupam em explicitar o método, considerando, em muitos casos, que isso é assunto de relevância menor – postura com a qual aqui não concordamos.

Os elementos imbricados com o trabalho de pesquisa de campo, como a doutrina, ideologia, teoria, leis, conceitos e categorias, é que dão a característica comum de determinado trabalho e o diferenciam de cada outro método (SPOSITO, 2004). O método é “o caminho pelo qual se chegou a determinado resultado”, conforme Lalande (1999, p. 678). Nesse sentido, a “geografia, como ciência humana, tem o método das ciências da observação”, sendo assim, esse método da observação diferencia a geografia das ciências experimentais, pois o campo de estudo é complexo entre sociedade e natureza.(MEGALE, 1976).

Neste caso, a pesquisa qualitativa é uma linha que tem raízes nos estudos da antropologia e da sociologia no início do século XIX e que, nos últimos quarenta anos, vem ganhando espaço na geografia, entre outras ciências. A análise qualitativa condiz com a Geografia Humana, segundo o entendimento de Faucher (1949).

As diferenças entre os estudos da pesquisa qualitativa e quantitativa estão na questão teórico-metodológica. A pesquisa quantitativa procura estabelecer e seguir o plano elaborado com rigidez, enquanto que os estudos qualitativos costumam ser elaborados ao longo de seu desenvolvimento. Por ser uma pesquisa baseada numa perspectiva compreensiva, a coleta de dados é baseada na interpretação do fenômeno estudado e isso contraria a quantitativa, cuja coleta de dados é baseada na quantificação. Várias técnicas são utilizadas na pesquisa qualitativa, discurso do sujeito coletivo, observação, entrevistas, pesquisa/ação, entre outros.

A forma qualitativa foi a escolha desta etapa da presente pesquisa, escolha que teve como motivação descobrir a riqueza de detalhes adquiridos nas entrevistas, durante a opção do informante de relatar o que sente naquele momento, não ficando restrito a opções predeterminadas.

Quanto à principal característica da pesquisa qualitativa, Patton (1986 apud ALVESMAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 1998, p.131) afirma que:

[...] é o fato de que estas seguem a tradição ‘compreensiva’ ou interpretativa [...] estas pesquisas partem do pressuposto de que as pessoas agem em função de suas crenças, percepções, sentimentos e valores e que seu comportamento tem sempre um sentido, um significado que não se dá a conhecer de modo imediato, precisando ser desvelado.

Desse modo, “[...] o processo de pesquisa qualitativa não admite visões isoladas, parceladas, estanques. Ela se desenvolve na interação dinâmica retroalimentando-se, reformulando-se constantemente” (TRIVIÑOS, 1987, p. 137). Nessa ordem de considerações, esse tipo de pesquisa supõe o contato direto e contínuo do pesquisador com o ambiente e com a situação que está sendo investigada através do trabalho de campo. Para isso foram feitas entrevistas com representantes da cooperativa (presidente, técnicos e gerentes relacionados com atividade de aves), bem como com associados que possuem atividade de aves de corte na propriedade.

O material obtido nas coletas de dados é predominantemente descritivo e rico em detalhes, em citações, em acontecimentos, incluindo transcrições de entrevistas e de depoimentos. Citações são frequentemente usadas para subsidiar afirmações ou esclarecer pontos de vista, tanto dos agentes da cooperativa, quanto dos camponeses, caso em que os dados da realidade são de suma importância (LÜDKE; ANDRÉ, 1986). A pesquisa de campo realizada para esta dissertação é baseado na análise de depoimentos orais. Optou-se por esse recurso, pois a ocupação do Oeste do Paraná é muito recente, portanto a história ainda se encontra viva na memória de alguns camponeses ao passar dos anos.

A fonte oral é um instrumento eficaz para o estudo de processos históricos por intermédio de pessoas que participaram de algum tipo de acontecimento. O entrevistado é instigado pelo interlocutor a relatar impressões sobre a vida que transcorreu anteriormente e transcorre presentemente ao seu redor, contudo, essas lembranças e constatações são ordenadas com o intuito de conferir, com a ajuda da imaginação, ou da saudade, um sentido à vivência do sujeito que narra a sua história.

A entrevista semiestruturada é um dos principais meios de que o investigador dispõe para a coleta das informações em pesquisas qualitativas (TRIVIÑOS, 1987). A entrevista semiestruturada é entendida como:

[...] aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas dos informantes. Desta maneira, o informante, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a

participar na elaboração do conteúdo da pesquisa. (TRIVIÑOS, 1987, p.1).

Nesta investigação foram adotadas entrevistas semiestruturadas para a obtenção de dados mais precisos. A entrevista pode ser definida como uma técnica que o investigador apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas com o objetivo de obter os dados que interessam à pesquisa, técnicas que são muito utilizadas no âmbito das ciências sociais, conforme Gil (1999).

Quanto ao número de entrevistados, a rigor, não existe necessidade de apresentar uma amostra, pois o que importa é o significado das informações para a situação avaliada e não a quantidade de informantes nem o número de vezes que determinada informação aparece. Assim, foram entrevistadas, ao todo, nove (9) pessoas (Irineu da Costa Rodrigues -- atual presidente da cooperativa, dois técnicos envolvidos na atividade de aves, bem como dois pequenos, dois médios e dois grandes camponeses associados que desenvolvem a atividade de aves de conte em suas propriedades (classificação em pequenos, médios e grandes elaborada de acordo com o tamanho do aviário e da propriedade). Enfim, são nove entrevistados bem representativos da atividade e que podem ajudar a entender o processo de mediação da Cooperativa Agroindustrial Lar frente à modernização agrícola.

As entrevistas aos associados foram desenvolvidas nos municípios de Medianeira, Serranópolis do Iguaçu e São Miguel do Iguaçu. Não nos prendemos somente ao município de Medianeira uma vez que procurou verificar a criação de aves nos segmentos de pequena, média e grande produção, que foram classificados pelo número e tamanho do aviário e também pelo tamanho da propriedade rural, como mostra a tabela abaixo.

Quadro 3. Classificação das propriedades rurais

Associados	nº de aviários	Tamanho do aviário em metros <sup>2</sup>	Tamanho da propriedade em hectares
Pequeno	1	1200 a 1500	1 a 10
Médio	1	1501 a 1700	11 a 25
Grande	2 ou mais	1500 a 1700	26 a 60

Fonte: Elaborada por Marilucia Ben

Para entendermos melhor essa questão foram buscadas informações na Constituição Federal. O módulo fiscal é o fator que determina o cálculo para classificar a pequena, a média e a grande propriedade. De acordo com a

Constituição Federal, no artigo 185, as propriedades com mais de quinze módulos fiscais são consideradas grandes propriedades, porém não esclarece os limites para as pequenas e médias propriedades. A chamada “Lei Agrária”, ou Lei Federal nº 8.629/1993, definiu a pequena propriedade como sendo a área compreendida entre um e quatro módulos fiscais (Art. 4º, item II) e até quinze módulos fiscais (Art. 4º, item III) como média propriedade.

Segundo dados da Secretaria Estadual da Agricultura, o módulo fiscal da região estudada é de 18 hectares, ou seja, são classificadas como pequenas propriedades aquelas com até 72 hectares de área ( o que significa dizer que elas podem ter até quatro módulos fiscais).

As entrevistas com os cooperados camponeses visaram contemplar as informações em relação às mudanças no modo de vida dos indivíduos após a territorialização do capitalismo no campo, bem como a territorialização do cooperativismo no Oeste paranaense, com destaque para as mudanças significativas na infraestrutura das propriedades rurais após a implementação do agronegócio, contrapondo-se com o cenário passado, mencionando as condições atuais.

#### 4.3 AGROINDUSTRIALIZAÇÃO E AS PROPRIEDADES CAMPONESAS

Voltar na história para compreender os “nós” que permearam as relações entre a cooperativa e seus associados é um ponto que merece destaque. Através das entrevistas nos debruçamos a entender a territorialização dos camponeses no Oeste paranaense e as suas relações com a cooperativa estudada no movimento de agroindustrialização das propriedades. Essa análise nos é de suma importância, pois a territorialização da cooperativa aconteceu juntamente com a colonização.

Para Gregory (2002, p. 249), “A colonização do Oeste do Paraná se reveste da peculiaridade de estar sendo concluída no momento em que começaram a ocorrer intensas transformações no meio rural brasileiro [...]”. Essas transformações são acompanhadas do sistema cooperativista, que comunga dos planos desenvolvidos pelo poder governamental.

Juntamente ao esgotamento da fronteira agrícola nos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, a introdução da modernização agrícola baseia-se

fundamentalmente na cultura da soja. Iniciado a partir da década de 1960, esse processo foi responsável pelo incremento geral de grãos no país, pois era a cultura que poderia ser produzida em grande escala e absorvia os maquinários e os insumos do Complexo Agroindustrial.

As cooperativas agrícolas, fundadas nas décadas de 1960 e 1970 no Oeste paranaense, surgem para suprir as necessidades de infraestrutura e de assistência técnica para a modernização das culturas de soja, trigo e milho. Exerceram também influência decisiva para que a referida região se tornasse uma grande produtora de grãos. A função essencial das cooperativas, nesse período, era a de difundir o financiamento agrícola, repassar o custeio e fornecer insumos aos estabelecimentos baseados no cultivo da soja. (FIGUEIREDO, 1992).

A incorporação de técnicas em áreas voltadas para produção agrícola transformou, de forma concreta, o campo paranaense. Novas tecnologias, aliadas aos pacotes tecnológicos, tornaram possível a produção em larga escala. Nesse sentido, segundo Schallenberger (2005), o cooperativismo se apresentou como alternativa para organizar e viabilizar a produção dos pequenos produtores no mercado retraído e competitivo. Esse crescimento em termos produtivos, acompanhado pelo sistema cooperativista, fez com que produtores da área de estudo incorporassem o consumo dos chamados pacotes tecnológicos.

Os camponeses entrevistados fazem parte dos programas de desenvolvimento agrícola no Oeste paranaense. Muitos provinham de cooperativas do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, pois migraram em resposta ao lema da “Marcha para Oeste” do governo de Vargas, para ocupar novas “fronteiras agrícolas” nas regiões ocidentais do país.

Segundo Graziano da Silva (1986), a expressão “Marcha para Oeste” significa o movimento de incorporação de áreas agrícolas, pela ação de colonos sulistas em processo de migração, motivados pelo baixo custo das terras das áreas de destino. Para realizarem essa migração, venderam suas pequenas propriedades no Sul e passaram a comprar propriedades de maiores extensões no Paraná e dedicando-se à agricultura. No início cultivaram mandioca, milho e feijão, o que era uma agricultura tradicional de mercado.

Quanto à expansão de áreas no sistema de cultivo especializado, Graziano da Silva (1996, p. 17-18) contribui dizendo que “[...] a expansão das fronteiras se efetivou com tal rapidez no período devido à ampliação da infraestrutura de



transportes e ao aumento da oferta interna de veículos motorizados”. A ocupação do Oeste paranaense foi se desenvolvendo de forma rápida com o uso de maquinário (tratores de esteira) para a derrubada da mata seguida pelo cultivo da terra de forma intensa.

De acordo com Gregory (2002, p. 181):

O colono chegava à fronteira com o objetivo de desbravar o lote colonial e torná-lo produtivo. Ele precisava remover a vegetação nativa para cultivar os cereais, precisava providenciar a infraestrutura para que a família pudesse viver e produzir.

Para a derrubada das matas,

O Estado encarava o desbravamento do campo como premissa necessária para o processo de industrialização, posto que este implicava uma absorção mais intensa das matérias-primas produzidas pela agricultura. (FREITAG, 2001, p. 83).

Por isso incentivava companhias colonizadoras, através de pagamentos simbólicos, o que mais tarde se converteria em ocupação econômica do solo.

Em parceria com o poder público, os “vazios demográficos” foram sendo preenchidos, como mostra Myskiw (2000), em seu trabalho de conclusão de curso sobre a “Titulação de Terras no Oeste Paranaense: uma análise documental”:

O governo estadual ficou incumbido, através da Lei n.º 46 (de 10 de dezembro de 1935), de promover a colonização tendo por objetivo a fixação de ‘proprietários rurais, cidadãos brasileiros reconhecidamente pobres que revelem aptidão para os trabalhos agrícolas’ e que já se encontravam no interior do Estado, as empresas particulares, principalmente aquelas organizadas no Rio Grande do Sul, ficaram incumbidas de colonizar tendo como elemento humano os descendentes de imigrantes que estavam se deslocando da região colonial do Rio Grande do Sul e Oeste de Santa Catarina para as regiões Sudoeste e Oeste paranaense. (MYSKIW, 2000, p. 29-30).

Retornando no tempo, podemos verificar que catarinenses e riograndenses em sua maioria passaram a procurar novas terras que lhes permitissem o sustento. A migração e a busca por essa nova região se deu por vários motivos, dentre eles constava a redução do tamanho das propriedades rurais rio-grandenses ou catarinenses devido à partilha dos lotes coloniais por herança, a baixa fertilidade do

solo pelo uso indiscriminado e ataques de pragas e, por outro lado, o incentivo estatal no fomento de novas fronteiras agrícolas.

Os associados e os técnicos entrevistados possuem faixa etária de 45 a 60 anos e informaram que vieram para melhorar as condições de vida, como mostram as entrevistas:

Associados:

Vim de Concórdia, Santa Catarina. A terra aqui é mais fértil [...] melhor. (CANEVESE, jun. 2010).

Nós viemos de Guaporé, Rio Grande do Sul. A gente veio pra cá pra tentar melhorar a vida [...] e ter mais dinheiro [...]. (ANGHEBEN, Artemio, jun. 2010)

Eu morava no Rio Grande do Sul, em Guaporé até 82. Porque lá as propriedades de terra eram pequenas e já as famílias começavam a crescer demais, aí precisava mais áreas pra produzir mais. (ANGHEBEN, Décio, jun. 2010).

Técnico:

Eu vim de Marau, Rio Grande do Sul. [...] porque quando falava no Paraná tinha muita terra, era promissora, oportunidade de trabalho era destaque na época, pra você sair do meio que você vive pra gerar novas oportunidades diferentes, conhecer outras realidades e as notícias aqui eram boas de perspectivas de crescimento técnico, profissional e econômica [...] despertou interesse de vir para o Paraná. (AROIT, jun. 2010).

As migrações foram acontecendo e, nesse sentido, empresas colonizadoras, entre elas a Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná S. A. -- Maripá (que colonizou a região de Marechal Cândido Rondon), a Sociedade de Implementos Propriedades Medianeira, Serranópolis e São Miguel do Iguaçu usavam propagandas para vender lotes coloniais no Oeste paranaense, abrindo novas perspectivas de migração.

Segundo Gregory (2002, p. 93),

Estas empresas foram criadas para se dedicarem à exploração da madeira, à mercantilização de terras, ao comércio e à indústria. Seguindo experiências do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná, pessoas físicas capitalizadas das antigas regiões coloniais tornaram-se subscritores dos capitais que formavam as empresas.

Foram realizadas, nos locais de origem (Rio Grande do Sul e Santa Catarina) desses migrantes, intensas propagandas enfatizando a fertilidade dos solos e as

matas que cobriam o solo, a abundância de água, o clima semelhante ao de origem e o baixo preço das terras.

A colonização do Oeste do Paraná se desenvolveu em parceria com os interesses políticos e econômicos nacionais, somados aos das companhias colonizadoras com vistas ao desenvolvimento da agricultura voltada para o mercado, garantindo, assim, a renda para pagamento das terras. É nesse momento que entram as cooperativas no Oeste paranaense, tendo o papel de doutrinadoras da população migrante para introduzir a modernização agrícola.

Essa colonização veio seguida da introdução gradativa da modernização agrícola pelas populações rio-grandense e catarinense que se instalaram em pequenas propriedades, nas quais se dedicaram às práticas agrícolas. Segundo Gregory (2002, p. 93), empresas colonizadoras

No que tange à venda de terras, optaram pela colonização na base da pequena propriedade familiar, priorizando colonos descendentes de europeus imigrantes do século XIX do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina.

Assim, com mão de obra familiar e experiência na atividade agrícola, camponeses adquiriram lotes e migraram com o objetivo principal de continuar cultivando a terra.

Os entrevistados foram introduzidos pela companhia colonizadora para se estabelecerem nessas novas áreas, pois representavam a segurança de que as terras seriam pagas. De acordo com Wachowicz (1987), a experiência na vida rural justificava a preferência por essa população. Segundo Gregory (2002, p. 93-94),

Estas empresas montavam seus planos de ação, contemplando preocupações com o elemento humano, com a pequena propriedade, com a policultura e com a industrialização. Selecionar agricultores que se adaptassem à região implicava em buscar o elemento humano euro-brasileiro do Sul do Brasil, ou seja, descendentes de alemães, de italianos e de outros imigrantes acostumados com a lida agrícola colonial na pequena propriedade. Desta forma, o espaço teria sua estrutura fundiária, estradas, núcleos populacionais de acordo com a experiência do espaço colonial das antigas Colônias do Sul. As áreas se destinariam à agricultura e à criação para o consumo familiar e para o mercado. O planejamento visava ao desenvolvimento das colônias para culminar na industrialização, da qual as empresas exploradoras e colonizadoras participariam, como também seus sócios e funcionários.

A população migrou para Oeste paranaense e a ação das empresas colonizadoras – que dividiram as terras em pequenos lotes –, somada à territorialização do cooperativismo, motivou o desenvolvimento da policultura associada e seguida das perspectivas futuras da agroindustrialização. Esse fator que territorializou as pequenas propriedades agropecuárias com produção em larga escala.

Intensas propagandas foram realizadas no local de origem desses imigrantes, com destaque ao baixo preço da terra, à fertilidade do solo, à água em abundância e ao relevo propício para o cultivo. Segundo os associados entrevistados, com os valores obtidos com a venda das terras no território gaúcho e catarinense, eles comprariam quantidades superiores no Oeste paranaense. Quanto às propagandas, os associados entrevistados comentaram que:

Associados:

Ah, propaganda que as terra aqui era bonita e era boa. Até vinha um livro que eu me lembro ainda que o livro falava que Medianeira era terra que se andava sobre dinheiro. (ANGHEBEN, Décio, jun. 2010). Diziam que aqui a gente encontrava salame em cima da árvore [...] só que as terras daqui são bem melhor que lá em baixo. No Rio Grande [...] é morro é na Serra Gaucha, então lá é tudo morro, pedra e aqui as terras são bom de trabalha uma pessoa pode trabalha um monte lá a pessoa trabalha só um pedacinho porque... tudo manual. (ANGHEBEN, Artemio, jun. 2010). [...] sei que eles falavam muito bem que eles produziam muito NA VERDADE PRODUZIAM mesmo [...]. (DALANHOL, Hermínio, jun. 2010).

Técnico:

As propagandas era que a terra tinha uma boa produtividade, não é tão frio como no Rio Grande do Sul [...] as terras é mais plana que no Rio Grande e como nós éramos em cinco irmão não dava pra ficar lá, como o pai tinha 5 alqueires de terra eu queria sair do ninho para buscar novas oportunidades e gerar situações diferentes. Começando já com os vizinhos do meu pai que já foram para o Paraná, em 65, e as notícias que tinha era [...] no começo era muito conflito, muito conflito de terra, muita criminalidade. Coisas que a gente não desejava, mas a vida é feita de oportunidades e desafios, então tinha essas notícias. (AROIT, jun. 2010).

De acordo com as entrevistas, o Oeste do Paraná era lugar de ganhar dinheiro. Como foi evidenciado na entrevista acima, o fator econômico é o carro chefe das respostas. As propagandas apresentavam também referências às terras,

ao clima, ao relevo, fatores que instigavam a migração na busca de oportunidades para melhorar a renda familiar.

Segundo Gregory (2002, p. 164), os migrantes

[...] deveriam ser buscados no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, nas regiões habitadas por criadores de suínos, fabricantes de manteiga e de queijo, cultivadores de milho, batatas, trigo, fumo, arroz.

Sendo assim, com a mão de obra familiar, experiência na atividade agrícola baseada na policultura de cereais (feijão, milho, soja, arroz, trigo), policultura somada com o cultivo de mandioca e a criação de animais (suínos, gado de corte e leiteiro) e recursos financeiros próprios. Assim, pequenos produtores agrícolas adquiriram as terras no Oeste paranaense, o que permitiu continuarem se reproduzindo em outra e nova área enquanto proprietários agrícolas.

Esses trabalhadores agrícolas não migraram sozinhos, pois levaram consigo parentes, amigos e vizinhos. Partiam em levas, porque os laços familiares ainda eram fortes. As entrevistas confirmam essa questão de que a migração ocorreu com parentes e amigos.

Ao chegarem nas suas terras, os imigrantes encontraram inicialmente muita dificuldade, pois era tudo mato, não tinha luz, nem casa, etc. De acordo com as entrevistas, as dificuldades foram muitas, se bem que houve aqueles que chegaram mais tarde, já depois da destoca e encontraram as terras limpas para o cultivo. As áreas propícias ao cultivo, como relevo plano ou levemente ondulado e solos férteis, proporcionaram práticas agrícolas com alto nível tecnológico, com o consumo dos pacotes tecnológicos. Havia, porém, problemas, como as dificuldades de escoamento das safras e sua comercialização, dificuldades de implantação de estruturas e de fornecimento de insumos, problemas que foram sendo resolvidos posteriormente. Ao perguntar o que encontraram quando chegaram ao Paraná, as respostas obtidas diziam respeito ao trabalho.

Os imigrantes de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul se deslocaram para o Oeste paranaense em busca de sustento devido ao esgotamento da fronteira agrícola de seus Estados de origem. Ao chegarem às novas áreas, primeiramente veio o trabalho da derrubada da mata, seguido do trabalho da destoca, para então iniciar as primeiras atividades agrícolas mecanizadas. Nesse sentido, foi sendo introduzida no campo a mecanização dessas propriedades através do sistema

cooperativista em parceria com o governo de Estado. Os empréstimos agrícolas facilitados pelo governo tinham e têm o objetivo de inserir o consumo de tecnologia, territorializando o sistema capitalista, integrando o camponês ao sistema. Paralelamente a isso atuam as cooperativas, doutrinando essa mão de obra barata e levando ao consumo das tecnologias a serviço do capital. As cooperativas ainda utilizam discursos tendenciosos, afirmando que a criação de animais em confinamento com a utilização de altas tecnologias é a chave para o desenvolvimento, quando, na verdade, esse sistema está canalizado para abastecer o Complexo Agroindustrial, portanto para engrossar a acumulação capitalista.

Alguns dos migrantes já vinham inseridos no sistema cooperativista do lugar de origem, o que facilitava a introdução do cooperativismo na nova terra, como podemos observar nas entrevistas feitas com os associados e técnicos da Cooperativa Agroindustrial Lar.

Associados:

Sim, ainda a gente é sócio da cooperativa [...] Aurora, trabalha só com vinho, uva e suco de vinho. (ANGHEBEN, Artemio, jun. 2010)  
Cooperativa lá era Bento Gonçalves e na outra agrícola minha era cooperativa suinocultura de Encantado, eu não sei o nome certo [...] só cooperativa era. (ANGHEBEN, Décio, jun. 2010).

Um dos técnicos entrevistados associados à Cooperativa Agroindustrial Lar se referiu da seguinte forma às atividades que desempenhavam no estado de origem e ao sistema de cooperativa a que pertencia:

Nós trabalhávamos com [...] lavoura soja, milho e trigo e meu pai [...] até hoje ele continua com [...] meu irmão [...] aqui no Paraná e meus parentes aqui faziam a mesma coisa que a gente fazia lá [...]. Lá fazia parte da Cooperativa Copauma Palmeiras das Missões. (BORTOLINI, jun. 2010).

Muitos associados camponeses, portanto, já estavam inseridos no sistema cooperativista desde o estado de origem, o que demonstrava uma predisposição à modernização partindo do princípio de que o cooperativismo é o mediador dessa relação. Quanto às atividades desempenhadas nos lugares de origem, era uva, milho e suíno.

Associados:

Lá mais era parreira que se tinha. (ANGHEBEN, Décio, jun. 2010).  
 Uma vez nós trabalhávamos com uva, com parreira. (ANGHEBEN, Artemio, jun. 2010).  
 Lá era mais milho e criava porco. (CANEVESE, jun. 2010).  
 [...] plantavam mais é trigo e milho [...]. (DALANHOL, Hermínio, jun. 2010).

Existe uma predisposição para a criação de animais, como é o caso da suinocultura.

Ao se instalarem nas suas pequenas propriedades, os entrevistados, em sua maioria, já eram sócios da cooperativa, pois, ao comprarem suas terras, imediatamente se associavam à cooperativa, associação que, segundo eles, era sinônimo de segurança quanto à comercialização de sua produção, como podemos observar no gráfico a seguir.

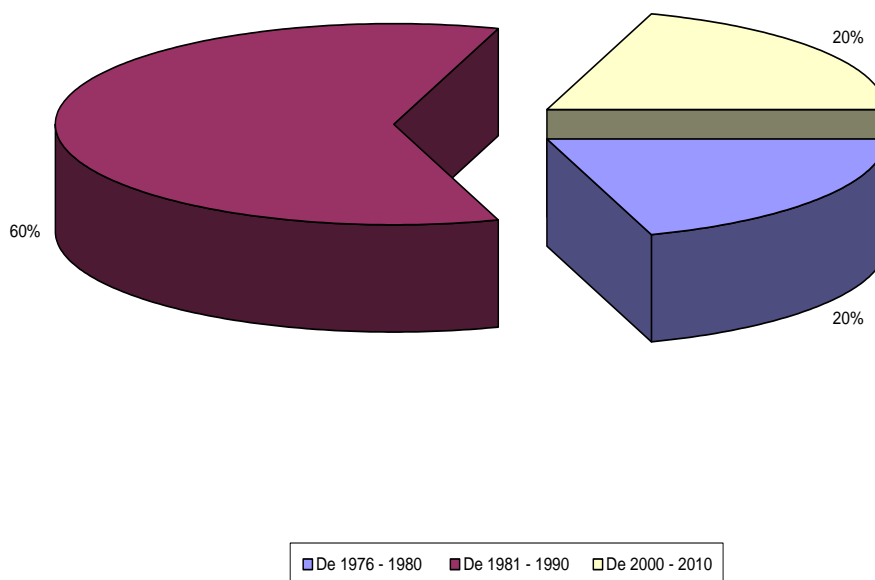


Gráfico 1. Associação à Cooperativa Agroindustrial Lar.

Fonte: Elaborado por Marilucia Ben

Através do gráfico podemos observar que a maioria dos entrevistados se associou na década de 1980. Com a modernização agrícola consolidada e as propriedades rurais absorvendo as tecnologias necessárias para a produção de grãos, restou a agroindustrialização, que foi consolidada com a atividade de aves, atividade que destacaremos a seguir.

Em 1937, a Aliança Cooperativa Internacional (ACI) estabeleceu sete<sup>5</sup> princípios básicos, que fazem parte do estatuto das cooperativas até a atualidade, dentre eles está a neutralidade política e religiosa. Esse princípio estabelece que os sócios sejam livres politicamente, além de poder seguir a religião que bem entenderem, mas, na prática, sofrem influência principalmente no que diz respeito à política, onde muitas cooperativas expõem claramente seu apoio ou sua rejeição a este ou aquele partido político.

Quanto ao princípio cooperativista que diz respeito à neutralidade religiosa, constata-se que os entrevistados associados à cooperativa são da religião Católica. Podemos observar que, segundo o levantamento de dados de acordo com o referencial teórico, bem como segundo a pesquisa de campo, não apenas em Missal, mas nos municípios de Medianeira, de Serranópolis do Iguaçu e de São Miguel do Iguaçu, a maioria dos associados permanece com a mesma religião – Católica. Assim, portanto, a territorialização da Igreja Católica acompanha a territorialização da cooperativa agroindustrial Lar.

Os entrevistados afirmaram que, para garantir mercado e introduzir outras atividades na propriedade e modernizar, era necessário se associar. Isso revela que a cooperativa é a mediadora que territorializou e ainda territorializa o capitalismo no campo, pois fomenta o consumo de produtos voltados à agroindústria no campo, como o mostram as entrevistas.

Associados:

Se associamos porque a cooperativa aquela vez tava começando [...] já era uma empresa mais ou menos, só que era o que mais lidava com o povo aqui [...] e quem se associava tinha vantagem em [...] preço melhor pra vendê o produto e favorecia [...] a pessoa que se associava. (ANGHEBEN, Artemio, jun. 2010).

[...] uma que meu filho era sócio e depois nós era acostumado a ser sócio só de cooperativa que lá no Rio Grande. (ANGHEBEN, Décio, jun. 2010).

Em 2000 porque eu era empregado da Sadia, daí eu caí fora da Sadia, daí entrei pra Lar [...] todo mundo ia ficar sócio, mas eu ia ficá fora! [...]. (CANEVESE, jun. 2010).

Na verdade foi quando abri o aviário, deve fazer uns 9-10 anos por aí. [...] porque quase era uma exigência, né [...]. (DALANHOL, jun. 2010).

---

<sup>5</sup> Os sete princípios são: adesão livre, o controle democrático, retorno ao *pro rata* das operações realizadas, juros limitados ao capital, neutralidade política e religiosa, transações a dinheiro e educação dos membros (PINHO, 1966).



Técnico:

Eu era só funcionário da cooperativa e aí eu comprei uma área de terra e comecei a desenvolver atividades de suinocultura e lavoura e aí eu tive a necessidade de me associá à cooperativa, e aí eu me associei à cooperativa por causa disso, e até hoje tô sócio. (BORTOLINI, jun. 2010).

De acordo com as entrevistas, alguns camponeses já eram sócios de cooperativas no Rio Grande do Sul e acabam seguindo a mesma linha no Paraná. Outros se tornaram sócios na década de 1990, para implantar na propriedade a atividade de aves. Outros ainda já haviam territorializado a avicultura na propriedade por outra empresa e acabaram trocando e se transferindo para a cooperativa Lar motivados a conseguir melhor produtividade.

Associados:

Era milho e feijão [...] Era no braço, sementes guardada de um ano pra outro [...] Tinha que ir na foice, na enxada, não tinha [...] destoca na época, NÃO HAVIA TRATOR, não havia nada. (DALANHOL, jun. 2010).

Aqui se cultivava milho [...] milho e soja e trigo [...] no tempo que o trigo dava um pouquinho mais de dinheiro que hoje. Naquele tempo lá a tecnologia, a semente já vinha à gente comprava [...] então era uma tecnologia também [...] e um pouquinho disso a gente [...] fazia até a semente [...] então de lá pra cá mudou muito. Hoje a gente tem que comprá tudo praticamente, semente e adubo, uma vez também ia pouco adubo hoje vai mais adubo [...] as terras enfraqueceram com a maneira de utilizá ela [...] quanto mais utiliza mais fraca ela fica [...] mais dinheiro usamos, mas tem tudo. (ANGHEBEN, Artemio, jun. 2010)

No primeiro ano plantamo milho, derrubamos o mato e plantamos milho depois toquemos, nós plantamo soja no verão e de inverno então milho ou trigo. Plantamos bastante vezes trigo assim, no começo ninguém plantava milho [...] na segunda safra. Nós sempre trabalhemo com máquina [...]. (ANGHEBEN, Décio, jun. 2010).

A introdução da modernização da agricultura foi gradativa, como podemos observar nas entrevistas. Nos primeiros cultivos de feijão e milho o trabalho era manual, inclusive produzindo com a própria semente. As modificações são claras com o passar do tempo, pois outros já introduzem a tecnologia no cultivo do milho, soja e trigo ainda com a produção da própria semente.

A terra, para os entrevistados, era um meio de trabalho, de produção de sua existência, onde o excedente era comercializado. Na grande maioria das propriedades havia a preocupação dos entrevistados com a autossuficiência

alimentar, pois cultivavam horta e pomar para o consumo próprio. E também havia a criação de animais domésticos, como galinha caipira, pato, ganso, porcos, vaca de leite, boi para a utilização da carne ou seus subprodutos. Como mostra a entrevista:

Ah, mais era cavalo, junta de boi e uma carroça, galinha caipira, porco, vaquinha de leite pra fazer queijo, leite num vendia porque ninguém comprava leite. (CANEVESE, jun. 2010).

Ao perguntarmos sobre a modernização da propriedade, obtivemos as seguintes respostas:

Técnico:

A necessidade primeiro, pela [...] cadeia [...] começa pela indústria [...] surge a tecnologia, ela começa pela indústria chega no produtor. Então [...] o produtor tem que acompanhá porque senão ele não tem rentabilidade, ele não consegue se mantê. É lógico que aí vai dependê do grau de absorção de um [...] outro [...] ou até mesmo a capacidade da cooperativa em levá essa tecnologia pros produtores. Mas ela tem que sê uma tecnologia que o produtor consiga [...] aplicá ela, tenha rentabilidade. Tudo que ele faz tem que ter rentabilidade, se não num consegue permanecê naquela tecnologia ou progredi. (BORTOLINI, jun. 2010).

A necessidade é por falta de mão-de-obra, [...] é de o produtor também ter qualidade de vida. Se todos os manejos for manual, a qualidade de vida do nosso produtor [...] dificulta então mão-de-obra, qualidade de vida, resultado técnico, econômico e a segurança dos processos. (AROIT, jun. 2010).

Associados:

Porque é o seguinte, num adianta ficá parado e ficá sempre remando num sai do lugar [...] Antigamente os velhos diziam assim: “que se num tem dívida no banco [...] num tem nada na vida [...] tem dívida mas nunca tem. (CANEVESE, jun. 2010).

Ah, a gente vendia o produto parece que [...] anos atrás recebia mais [...] foi melhorado as moradias, foi comprado novos tratores de plantadeira, antigamente era mais difícil comprar, era tudo mais difícil e hoje tá mais fácil pra comprar um trator, comprar uma colheitadeira. (ANGHEBEN, Décio, jun. 2010).

Ah, [...] a gente sempre pensô em ir pra frente [...] então, se a gente num se modernizava, ia parar no tempo [...] num dá pra gente parar. É uma ambição da gente querer um carro melhor, de querer estudar os filhos que vão pra uma faculdade, querem levar uma vida mais boa [...] o mundo mesmo exige a modernização hoje em dia e num dá pra parar. (ANGHEBEN, Artemio, jun. 2010).

Porque [...] sem modernizar num tinha mais como ficar na propriedade ou abandonar [...] abandonar a atividade ou vai mudando junto com [...] com as exigências. (DALANHOL, jun. 2010).

Os técnicos enfatizam que a necessidade de se modernizar vem da indústria acompanhada da tecnologia e da falta de mão de obra. Primeiro foram fabricadas as máquinas e as introduzem nas propriedades. A tecnologia, acompanhada dos financiamentos, acaba tornando os camponeses consumidores de tecnologia. Desse modo acaba sendo introduzido no mercado de produção para atender às necessidades do Complexo Agroindustrial, ficando subordinado ao sistema industrial.

Os associados demonstram que a introdução de tecnologia no campo é a “única alternativa para sobreviver” e ficar subordinado à indústria fornecedora de insumo e de maquinários a montante do processo e a agroindústria processadora a jusante é sinônimo de “progresso”.

É possível observar, na fala dos técnicos, a mediação da Cooperativa Agroindustrial Lar para introduzir as máquinas – que atendem às necessidades dos aviários, como exaustores, medidor de temperatura, leitor de temperatura, alarmes, ou implementos agrícolas – no campo, introduzindo tecnologia constantemente nas propriedades rurais.

Alguns camponeses associados absorveram a ideia de que cultivar a terra da forma como tradicionalmente faziam seria parar no tempo. Fazer dívidas nos bancos e adquirir implementos agrícolas era algo natural e sinônimo de crescimento econômico.

Parte dos associados entrevistados entendeu o processo de modernização da agricultura com a implementação de máquinas e a especialização das propriedades como algo positivo.

Técnicos:

A modernização da agricultura ela vem como uma necessidade [...] do próprio produtor [...] às vezes a gente vê, por exemplo [...], que é modernização: os transgênicos é a essa evolução que nós tivemos nas sementes nos insumos [...] é mesmo nas atividades então [...] ele tem que acompanhar essas transformações e incorporar elas no dia a dia, lógico dentro de uma avaliação de custos [...] Entender, calcular e aderir, aí ele decide se não, não pode [...] fazer uma absorção sem ter rentabilidade. (BORTOLINI, jun. 2010).

[...] é inevitável no mundo de hoje por questão principalmente de mão de obra. Uma grande dificuldade é mão de obra, o jovem de hoje não quer trabalhar no campo e há muito incentivo de ir pra cidade, então a tecnologia vem pra suprir essa deficiência [...] da questão de mão de obra, na questão de deficiência produtiva e pra você ter volume de produção tem que se ter tecnologia [...]. (AROIT, jun. 2010).

Dos associados:

Ah, eu penso que veio para melhorar porque [...] sempre tem que pensar pra frente. (CANEVESE, jun. 2010).

Ser moderno, assim, como pra nós, tê mais produtividade foi bom [...] a gente ganha mais dinheiro, só que a gente fica mais preso [...] mais preso naquilo lá na propriedade, sai menos [...] e GANHA MAIS DINHEIRO MAIS também quase num tem tempo pra gastar (riu) o dinheiro porque fica só em casa [...] nós não saímos quase, a gente num sai nunca. Quando tem que ir pro banco, um vai outro fica em casa. (ANGHEBEN, Artemio, jun. 2010).

Ah, melhorou bastante o jeito de trabalhar. Assim é bem melhor [...] menos serviço, mais rápido [...] é mais dinheiro [...]. (ANGHEBEN, Décio, jun. 2010).

É bom pela produção e, no mesmo tempo, não é tão bom, pelo [...] trabalho [...] na verdade que [...] o retorno nunca chega porque tá sempre investindo em cima. (DALANHOL, jun. 2010).

As falas dos técnicos são envolventes e representam muito bem seu papel de vendedor de insumos e equipamentos em resposta a uma maior produtividade que camponeses terão ao adquirir essas tecnologias e incorporar como algo natural. Em nenhum momento se fala nas consequências e nos prejuízos que podem ser causados por essas tecnologias.

Os discursos presentes nas entrevistas são unânimes a favor da modernização, que, para os entrevistados, é sinônimo de “progresso/prosperidade”. Entendem que é algo já determinado como sendo uma exigência mundial. Em nenhum momento se lembraram dos danos ambientais, nem das dívidas bancárias que esse processo pode causar. Apenas o sr Dalanhól está entendendo que nunca terminam de comprar tecnologia. Isso representa, segundo Raffestin (1993), a prisão que o homem constrói para si mesmo. Mesmo com dificuldades, é interessante verificar que isso ainda faz com que permaneçam no campo.

É importante verificar a seguir a fala do sr. Henrique, que evidencia a participação governamental na derrubada da mata a favor da introdução do Agronegócio:

É uma coisa que [...] caminhou bastante como se diz assim, rápido, até dava um desequilíbrio na natureza porque o governo dizia: ‘Derruba, planta que o governo garante’ porque derrubar o mato paga menos imposto, naquele tempo era assim. E tinha passado um pouco do limite. (HENRIQUE, jun. 2010).

A partir de 1970 foi desmontada a tradicional estrutura do campo brasileiro, trocando o Complexo Rural pelo Complexo Agroindustrial, deixando o meio rural subordinado a montante e a jusante da indústria fornecedora de insumos e processadora da produção, como a discutido e debatido anteriormente.

#### 4.4 AS NOVAS TERRITORIALIDADES

Com a mudança de Complexo Rural para Complexo Agroindustrial, houve grandes mudanças na vida dos camponeses, que passaram gradativamente à utilização de máquinas e à criação de animais em confinamento e isso mudou a dinâmica das propriedades rurais.

Nesse contexto, juntamente com a expansão da produção de grãos em larga escala, intermediada por cooperativas, foram constituídas, também, cooperativas agroindustriais. Elas foram estabelecidas, em sua maioria, por iniciativas do governo federal. As cooperativas vinculadas ao setor agrícola passaram a crescer na proporção das vantagens financeiras, ficando relegados a segundo plano os aspectos de cunho social e ideológico:

Considerando seu distanciamento das bases ideológicas e sua conseqüente identificação com os valores econômicos e com a política dominante, bem ao contrário do que diz a filosofia, as cooperativas brasileiras, de modo geral, foram estruturadas de cima para baixo, a partir de iniciativas governamentais e um excessivo controle de órgãos governamentais, abrindo mão do direito de caminharem livremente; passaram a se preocupar muito mais em concorrer com empresas privadas capitalistas do que em prestar serviços a seus associados; passaram a se vincular muito mais com os modelos agrícolas voltados ao mercado externo do que com a produção de gêneros de consumo interno. (SERRA, 1986, p. 83).

As bases ideológicas vão se distanciando do cooperativismo com o incremento da agroindustrialização. As cooperativas, nessa perspectiva, se transformaram em poderoso instrumento do Estado na implantação do novo modelo agrícola a partir dos anos 1960, mesmo que, em algumas situações, tal modelo não atendesse ao associativismo<sup>6</sup>, que, segundo Serra (1986), foi sendo estruturado de cima para baixo. Esse fato manteve os produtores familiares de aves, os da suinocultura e os do gado leiteiro em situação de subordinação ao capital, como é o

---

<sup>6</sup> “Movimento social em torno de indivíduos ou grupos com os objetivos de representação e defesa de interesses comuns” (DICIONÁRIO DA TERRA, 2005, p. 45).

caso da cooperativa aqui estudada. Nesse sentido, o cooperativismo acaba concorrendo com as empresas capitalistas privadas.

Segundo Paulino (2003), existem dois tipos de propriedade privada da terra: a capitalista e a camponesa. Na capitalista, a propriedade se torna objeto de negócio, pela extração da mais-valia e reserva de valor. Entretanto, na camponesa, ali a terra constitui-se em terra de trabalho, com a exploração de trabalho familiar, caracterizada pela sobrevivência familiar, não sendo instrumento de capital. Existem dois tipos de relação que se desenvolvem no campo quanto ao desenvolvimento econômico,

Enquanto que na agricultura capitalista, a mercadoria primordial dos trabalhadores é a força de trabalho, sendo, como as demais, transacionada no emaranhado das relações econômicas, nas unidades camponesas, a inserção dos trabalhadores não se dá nesses mesmos moldes, pois o que eles têm a oferecer não é a mercadoria força de trabalho, mas a renda camponesa da terra. (PAULINO, 2003, p. 19).

Nesse caso, Paulino (2003) se refere ao camponês que não extrai para si a fração da mais-valia correspondente à renda da terra, portanto não explora o trabalho alheio, pois essa exploração vem da indústria através das relações estabelecidas na troca. A produção do capital nem sempre é fruto de relações puramente capitalistas. Ela envolve também as relações não capitalistas, pois é através da renda terra que o capital tem condições de sujeitar também o trabalho que se dá na terra. (OLIVEIRA, 1997).

A chamada renda pré-capitalista da terra é aquela extraída em produto, pois é através dela que o capital se apropria da produção camponesa (OLIVEIRA, 1987). A dinâmica pela qual se desenvolvem as propriedades camponesas estudadas representa esse sistema, pois a empresa, no caso a cooperativa, fornece os insumos para o camponês que cria aves nas suas terras e devolve para a cooperativa em forma de produto, que representa o capital imobilizado na compra desses insumos, poupando-a de comprar terras e de contratar mão de obra para a criação dos animais, porém se fizer isso deixa de ser cooperativa.

Há uma resistência dos camponeses entrevistados, pois demonstram que, apesar de introduzir a modernização, ainda cultivam horta, pomar, parreiral de uva, têm fogão a lenha e, contrariamente a isso, introduzem nesse caso a criação de animais em confinamento, como é o caso da atividade de aves. Isso é o que Paulino

(2006) chama de recriação da classe camponesa. Anteriormente ao processo de modernização da agricultura, o camponês era aquele que utilizava suas próprias sementes resultantes da agricultura de subsistência, praticada com saberes empíricos para cultivar a terra, sendo autossustentável. Após a introdução desse novo modelo agrícola, há resistência camponesa ao consumo de tecnologias desenvolvidas no seio do capitalismo, porém não se pode retirar o camponês desse sistema, e sim é necessário entendê-lo a partir de sua recriação.

#### Definimos camponês

Como um elemento de dentro do capitalismo, esses sujeitos seguem, incorporando técnicas, produzindo mercadorias, sem contudo tornarem-se capitalistas face o controle dos meios de produção; sem tornarem-se proletariados, ainda que o trabalho familiar seja o fundamento de sua produção. (PAULINO, 2003, p. 53).

Os saberes cotidianos do camponês revelam criticidades quanto ao comportamento da natureza frente às técnicas e às produções mudanças em seu comportamento. Esse conhecimento empírico sobre o comportamento da natureza foi sendo esquecido, como se a tecnologia e os pacotes tecnológicos estivessem acima de tudo, acima até da natureza.

Com a crise do cooperativismo na década de 1980 foi desenvolvido o processo de educação cooperativa com vistas à difusão dos princípios cooperativistas com intuito de recuperar a credibilidade e promover a consolidação do sistema (SCHALLENBERGER, 2005). Nesse mesmo período, de acordo com Hespanhol (1996), o cultivo da soja se manteve de maneira estável ou reduziu devido à economia desfavorável e à retirada de investimento por parte do Estado. Ocorreu então o processo de especialização produtiva a partir da década mencionada no Paraná e a soja passa a ser comercializada não mais apenas *in natura*, e sim na forma de farelo e de óleo. Isso abriu as portas para a agroindustrialização, pois, segundo Bulhões (2007, p. 86):

[...] embora a pauta de produtos agrícolas paranaense seja bastante diversificada, existe uma especialização em torno do cultivo da soja. Sua presença é marcante não só na produção, que se dá em praticamente todas as regiões do Estado, como também na geração de renda. [...] a soja, juntamente com o milho, faz parte de importante complexo de produção junto a agroindústrias (de ração, sementes, óleos vegetais e farelo, indústria de máquinas e equipamentos agrícolas, insumos, etc.) e atividades criatórias.

Através da educação cooperativista, o sistema se consolida e em 1983 a Cooperativa estudada inicia o seu processo de agroindustrialização com a produção de soja, quando comprou a processadora de esmagamento em Céu Azul e passou a produzir farelo e óleo.

Sendo assim, na época mencionada, as principais cooperativas do Oeste paranaense investiram na implantação de Complexos Agroindustriais avícolas, tendo em vista alguns fatores favoráveis. Entre esses fatores constavam, imbricados entre si, especialmente a elaboração de ração para aves e a demanda de consumo mundial e nacional de carne de frango, demanda que foi sendo criada gradativamente. A industrialização de carnes representou acentuada agregação de valor (integração vertical) e a estratégia empresarial representou o incremento dos faturamentos.

A inserção da agroindustrialização intensiva se deu a partir da década de 1990, com a implantação de uma unidade de mandioca, de leitões, de vegetais e de aves. Foi nesse momento que deixou de ser Cooperativa Agropecuária Três Fronteiras Ltda. (Cotrefal) para se tornar Cooperativa Agroindustrial Lar.

A atividade avícola foi potencializada no Oeste paranaense a partir da atuação da cooperativa estudada que tem se aproveitado de políticas setoriais e linhas de crédito específicas, além dos recursos próprios da região, como a existência de pequenas propriedades camponesas.

Podemos verificar a introdução da atividade avícola na cooperativa estudada através do gráfico a seguir.



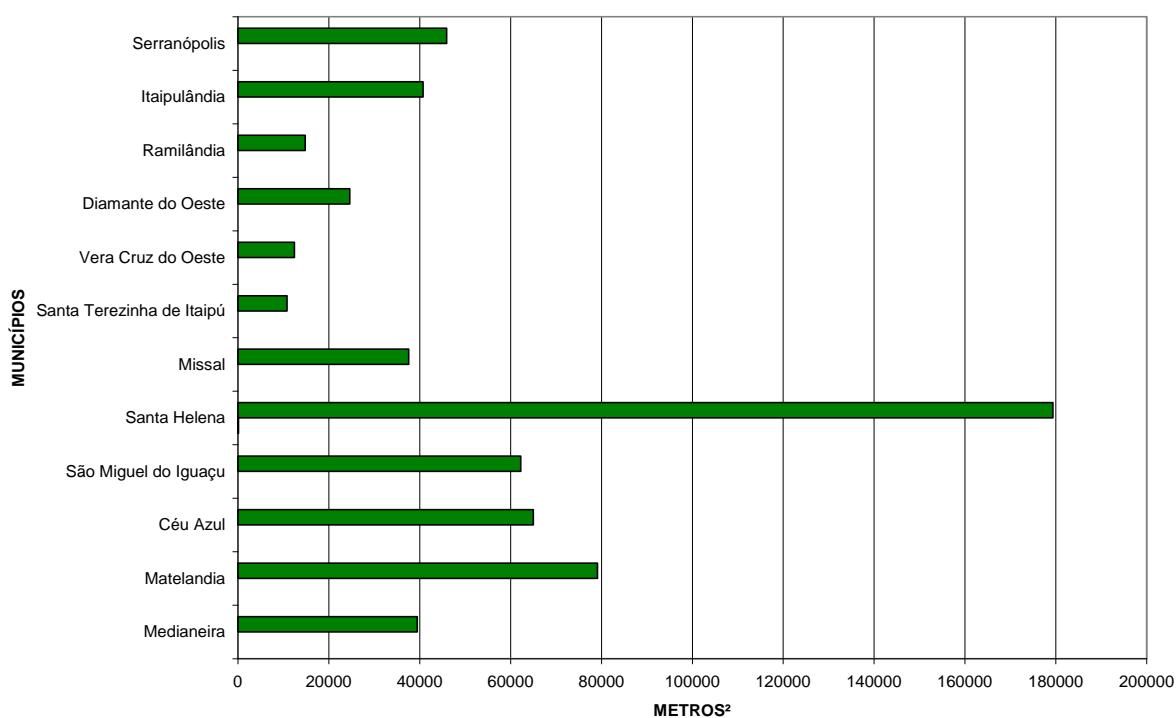


Gráfico 2. Total de aviários em metros quadrados da Cooperativa Agroindustrial Lar no Oeste paranaense

Fonte: Dados fornecidos pela cooperativa agroindustrial Lar. Organizados por Marilucia Ben

O gráfico evidencia a introdução da atividade de aves nos municípios do Oeste paranaenses motivo pelo qual modificou o espaço rural. É possível verificar que o município de Matelândia se destaca em relação à quantidade de aviários. Dois fatores foram verificados nesse caso. O primeiro diz respeito ao incentivo que a prefeitura desenvolve para a implantação da atividade e o outro é devido ao fato de o abatedouro estar localizado nesse município, portanto as territorialidades desenvolvidas pela prefeitura e a territorialização do abatedouro de aves modificaram profundamente aquele espaço.

O atual presidente da cooperativa, Irineu da Costa Rodrigues, entende o processo de agroindustrialização como algo essencial para sobreviver no mercado, envolvendo o setor produtivo na agroindustrialização. Segundo ele, a ideia era diversificar as propriedades para se manter no sistema e agregar valor ao produto, como mostra a entrevista:

[...] em 92 a gente fez um planejamento estratégico vendo que, pra nós sobrevivermos, era preciso, junto com a cooperativa, precisava fazer diferente: Primeira coisa aumentar a produtividade, modernizando. Nós até naquela época precisamos de um programa

chamado – programas de CAF<sup>7</sup>, que eram reuniões dirigidas por entidades de assistência técnica de mudanças na agricultura, então tendo uma agricultura moderna, só isso não ia bastar, porque a pequena propriedade não ia concorrer com a grande propriedade. Vimos que era necessário a diversificação e aí começou o impulso a produção de suínos e leite. A suinocultura, ela era sempre incompleta, pequena condição não ia se viabilizar, hoje é que nem frango, [...] uma produção por parte [...] alguém faz a produção, alguém faz a terminação [...] aí começou a desenvolver novos projetos, como a cultura da mandioca, hortigranjeiro de frango. (RODRIGUES, maio 2010).

Com a agroindustrialização, a cooperativa está agregando valor ao produto, mas isso não representa que o cooperado também esteja. O cooperado recebe de acordo com seu investimento a juro de poupança e o capital da agroindustrialização são geralmente (re)investidos na agroindústria. A cooperativa e agroindústria são segmentos separados, o que representa novas mudanças para o sistema cooperativista.

Há um planejamento feito pela cooperativa para a introdução da atividade de aves, planejamento em que as áreas são estudadas para a implantação dos aviários. Podemos observar isso através do mapeamento dessas áreas, como mostra a Figura 9.

---

<sup>7</sup> Essa linha atende os agricultores que geralmente já estão na terra, como os meeiros e arrendatários, ou ainda os que possuem minifúndios e querem aumentar sua área. Os recursos podem ser utilizados para a aquisição da terra (SAT) e para investimentos básicos (SIB). Para se enquadrar dentro dos requisitos, o agricultor deve ter uma renda familiar anual de até R\$ 15 mil e patrimônio anual inferior a R\$ 30 mil. Fonte: <[http://www.fetaep.org.br/?pg=ler\\_noticia&id=37](http://www.fetaep.org.br/?pg=ler_noticia&id=37)>, pesquisado em 2 de julho de 2010.

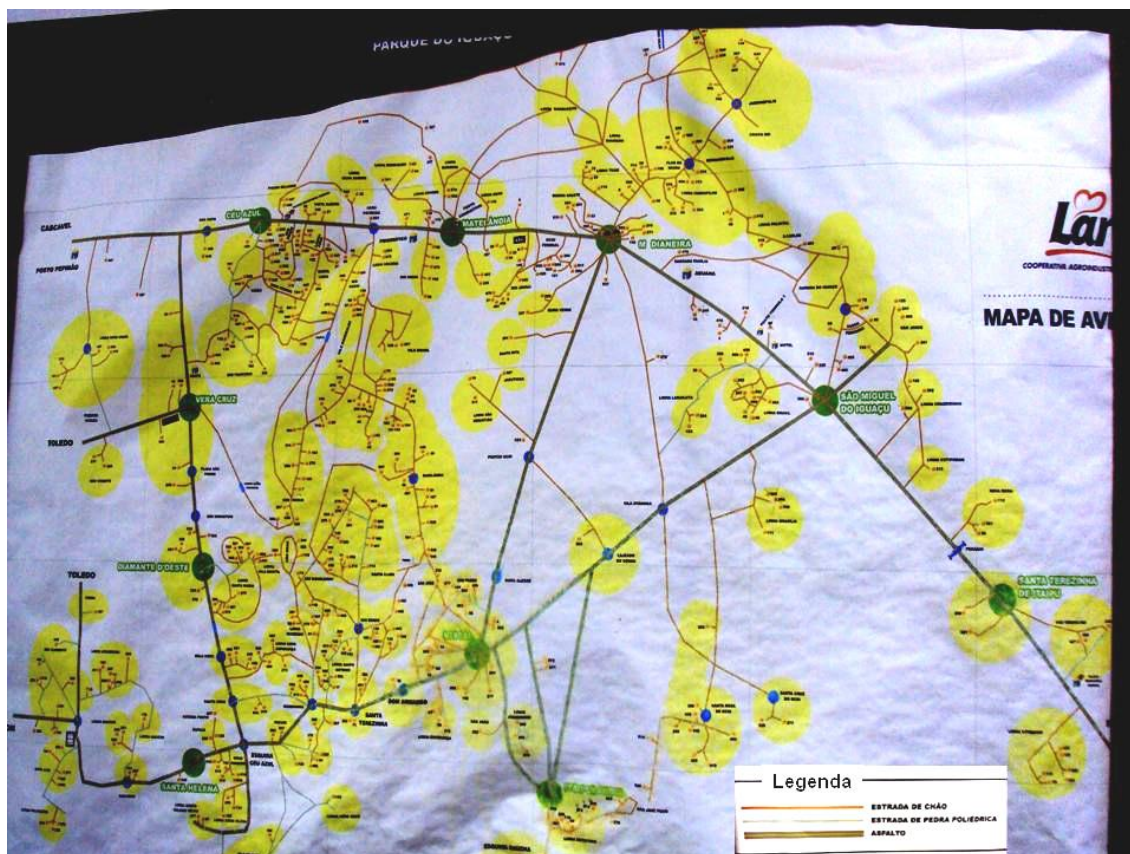


Figura 10. Mapa representativo da territorialização da atividade de aves no Oeste paranaense.

Fonte: Imagem – pesquisa de campo julho de 2010.

A figura evidencia o planejamento das áreas de influência da atividade de aves no território planejado pela cooperativa estudada. Os pontos pretos representam os aviários que vêm acompanhados por um número de identificação, as linhas que interligam representam as estradas, que, através da legenda, são identificadas se são estrada de pedra, de chão ou asfalto. Em amarelo são verificadas as áreas de influência. Esse mapa representa, claramente, o planejamento do cooperativismo na territorialização da atividade avícola no Oeste paranaense, acompanhado das relações de poder pela disputa de influência de outras empresas.

Com o aumento gradativo do número de aviários implantados em 1991, a cooperativa estudada amplia seu setor agroindustrial e, em 1999, implanta, em Matelândia, a unidade industrial de aves, o que representou sua consolidação no mercado nacional e internacional. Em 2010 iniciou-se o processo de ampliação das instalações da unidade industrial de aves, como evidencia a reportagem no Anexo B.

O atual presidente está expondo as ampliações e mostra a participação do governo para atender a esses projetos.

As agroindústrias competem entre si e buscam territorializar seus ramos de atividades nas propriedades rurais. O campo se torna disputa de poderes entre essas empresas, como evidencia a Figura 10.



Figura 11. Foto Trabalho de campo no município de Medianeira.

Fonte: Marilucia Ben, jun. 2010

As agroindústrias estão se territorializando no campo e competindo entre si, disputando as propriedades camponesas. Para se manter no poder, cada agroindústria determina um padrão tecnológico, o que dificulta a migração do camponês de uma para outra. As que tem a territorialização consolidada exigem alto padrão tecnológico, as que ainda estão se territorializando aceitam baixos padrões e, posteriormente, vão introduzindo de forma gradativa suas tecnologias. Na Figura 08 evidenciam as disputas entre a “Lar”, já está consolidada, e a “GLOBOAVES”, que está buscando territórios no Oeste do Paraná.

Os associados que implementaram a atividade de aves na propriedade disseram que fizeram essa implementação para aumentar a renda da família, já que não conseguiam sobreviver com o cultivo da soja, milho e trigo. Nesse caso, é

importante entender que a diversificação da propriedade se deu pela necessidade da implantação do Complexo Agroindustrial, porém os discursos são introduzidos como a garantia de sobrevivência das propriedades rurais, como podemos observar na citação acima.

Os associados atribuem a introdução da atividade de aves na propriedade como forma rápida de ganhar dinheiro. É isso o evidenciam as entrevistas:

Porque acho que é a maneira mais rápida de ganhar dinheiro. (ANGHEBEN, Artemio, jun. 2010).

Pra ter uma renda extra [...] fora de época assim tem mais vezes por ano, a gente recebe a cada [...] 2 meses e pouco a gente produz um lote de frango e já recebe [...] que nem soja o cara produz uma vez por ano e ganha só depois. (ANGHEBEN, Décio, jun. 2010).

Nas entrevistas foram frisados os lucros que se obtêm com a venda da produção final. Quando questionado sobre o trabalho, o associado que dispõe de tecnologia afirmou que o mais difícil é acordar duas ou três vezes por noite para cuidar do aviário, pois em questão de minutos podem perder toda a criação, por causa de calor ou de frio excessivo, por exemplo. E os produtores que não dispõem de tanta tecnologia chegam a afirmar que trabalham até 10 horas por dia em função do aviário -- alguns chegam até a dormir no aviário:

Aviário não é muito serviço, serviço pesado [...] só tem que perdê sono à noite [...] duas vezes por noite tem que levantar [...] até esses dias, quando tinha pintinho novo, eu dormia dentro do aviário, era frio demais [...]. (CANEVESE, jun. 2010).

O aviário, ele é um trabalho que não pára nunca [...] quando vem os pintos até começar então tem que cuidar dia e noite não que fique de pé toda noite cuidando [...] a gente fica pensando [...] cuidando porque se, de repente, falta luz, falta ração e tem que levantar, quando/até os frango com esse lote aqui os frango até 22 dias nós fizemos fogo [...] frio então tem que levantar duas vezes por noite. Tem que ir às 11 horas e tem que ir às 3 da madrugada lá pra fazer fogo e dá uma mexida neles caminhar no meio, bota ração [...] e cuidar bastante [...] quando aqui é quente é o menos [...] só que também tem que cuidar [...] então é um trabalho diurno e noturno a gente não para nunca, não que tá lá sempre [...] mas tem que tá sempre cuidando. (ANGHEBEN, Artemio, jun. 2010).

É família [...] nossa família [...] todos ajudam. Se fosse olhar uma pessoa só umas 3 horas por dia que é tudo automático [...] ele só cuida. Quando os pinto tão pequeno, de 15 a 20 dias, daí tem que levantar umas três vezes de noite pra fazer fogo só. Tem um forno grande que cabe bastantinha lenha [...] depois de três horas, o cara vai lá e põe mais lenha, daí, a cada três horas. (ANGHEBEN, Décio, jun. 2010).



Outro fator a ser destacado é a utilização das placas com os nomes dos proprietários nas entradas das propriedades. Elas servem como localização e *marketing*, pois servem de meio para que o caminhão passe para a recolha dos frangos e de propaganda da cooperativa, como podemos observar a seguir:



Figura 12. Foto do trabalho de campo no município de Medianeira e Serranópolis do Iguaçu

Fonte: Marilucia Ben, jun. 2010

As placas representam a territorialização do cooperativismo voltado para o Complexo Agroindustrial. As propagandas no campo se intensificaram para o desenvolvimento do Complexo Avícola, levando produtores a consumir cada vez mais as técnicas e as tecnologias desse sistema.

Quando foi indagado aos camponeses sobre a vida social da comunidade quando eles se territorializaram na região estudada, surgiram as seguintes respostas:

Uma vez a gente tinha um trabalho diferente [...] plantava soja, milho sobrava mais tempo pra passear pra ir visitar as pessoas e tudo. Eu acho até que era melhor [...]. (ANGHEBEN, Artemio, jun. 2010).  
Olha, diz que era sofrido, mas acho que era bem melhor que agora porque ninguém tinha carro, todo mundo ia a pé e não tinha assim, um querer ser mais que o outro porque o vizinho mais perto daqui era Medianeira. Era puro mato aqui [...] Era mais unido [...] hoje

ninguém se olha na cara [...] não vai se visitar ninguém. Antigamente o cara saía visitar a 5 km pegava o cavalo, a pé ou bicicleta até ia visitar [...] agora ninguém vai visitá. (CANEVESE, jun. 2010).

Era bom, mais unido assim, socialmente era. Pessoas mentiam menos assim era mais gente de confiança, [...] hoje em dia é meio [...] tem que se cuidá em tudo. (ANGHEBEN, Décio, jun. 2010).

Os entrevistados lembram com sentimento de saudade da vida comunitária da época. Quanto à época anterior foram apontadas algumas dificuldades para se encontrarem, como o isolamento das famílias, porém as amizades eram verdadeiras, segundo eles. Os interesses coletivos estavam acima dos interesses individuais, pois, de acordo com os entrevistados, atualmente se destacam os interesses individuais e as comunidades foram sendo abandonadas. Com a territorialização do capitalismo no campo, o individualismo se destaca e nem o cooperativismo com o discurso de que a “união faz a força” muda essa realidade. A criação de animais em confinamento (aves, neste caso) tornou as pessoas prisioneiras nas próprias propriedades, dificultando as articulações.

Com a introdução da atividade de aves ficou ainda mais difícil viver em comunidade, pois o aviário necessita que alguém tome conta 24 horas por dia, só havendo descanso na entrega das aves, quando o aviário fica fechado por aproximadamente 10 dias, como evidenciam as entrevistas:

Hoje em dia o serviço da gente mesmo ele faz o pessoal ficar mais em casa mesmo porque nós que temos o aviário [...] a gente fica preso em casa [...] pra cuidar [...] Se sai [...] a mulher fica em casa, se sai os dois os filhos tem que ficar cuidando [...] Uma vez a gente tinha um trabalho diferente [...] e era plantava soja, milho sobrava mais tempo pra passear pra ir visitar as pessoas e tudo. (ANGHEBEN, Artemio, jun. 2010).

Na época ((ano de 60)) tudo mundo conhecia todo mundo, todo mundo era amigo de todo mundo ((riu)) assim... totalmente diferente de hoje [...] porque hoje cada um mais pra si, tem suas amizades mas é... visitaçã nas casa hoje já não existe mais encontra só na comunidade mesmo [...] na época comunidade também não existia então se visitava um com o outro. (DALANHOL, jun. 2010).

A lealdade que existia e a união eram fatores fundamentais. Os relacionamentos representavam a coletividade e atualmente são individualistas, isso está acontecendo em resposta à territorialização do sistema capitalista no campo. De acordo com Martins (2002), a consciência camponesa expressa a consciência da

pessoa como extensão da família, da comunidade e dos laços comunitários. É mais uma consciência afetiva de pertencimento. Desse modo, nas comunidades camponesas, o trabalho e a festa se mesclaram nas celebrações de fim de ano, onde o trabalho é substancialmente diverso do trabalho fabril. Essas atividades foram sendo extintas devido ao individualismo que se instalou no campo e o sentimento de união foi sendo deixado de lado.

Assim, a avicultura se constituiu numa importante alternativa à diversificação de fontes de renda para os produtores camponeses de grãos, acompanhada também da atividade de gado leiteiro e de suinocultura, que se desenvolveram com maior intensidade no mesmo período. Os galinheiros dão lugar aos aviários e as galinhas caipiras são substituídas pelos chamados frangos de granja, como mostra a figura a seguir:



Figura 13. Atividade de aves na propriedade camponesa.

Fonte: Elaborada por Marilucia Ben em trabalho de campo julho 2010

O cooperativismo cumpriu, nesse contexto, um papel híbrido. Ao mesmo tempo em que foi o sustentáculo para a modernização agrícola no Oeste paranaense, também permitiu que alguns camponeses continuassem nas suas



propriedades, diversificando-as com as atividades de aves, de suínos e de gado leiteiro.

As relações entre cooperativa e seus associados seguem um jogo de forças entre a ideologia de sua formação e a prática de sua sustentação econômica. Os associados perdem a visão cooperativista da “união faz a força” e ela passa a se (re)criar e assim se mantém no mercado.

As cooperativas, entretanto, buscam cumprir o papel de empresa comprometida, em primeiro lugar, com a função produtiva agrícola dos espaços rurais. Nesse contexto, procurou-se dar voz e visão para as ações que são (re)produzidas pela realidade cooperativista abatedora de frangos de corte no Oeste do Paraná. Essas agroindústrias se apropriam das propriedades camponesas através de parcerias, levam seus associados a trabalhar até 10 horas por dia na atividade avícola, além de horas extras noturnas e de fins de semana e feriados, e ainda determinam o preço da produção final, e dos insumos de que a atividade necessita.

A relação entre produtores e agroindústria, por meio dos contratos de integração, representa segurança para a comercialização dos produtos agrícolas, porém o cooperado acaba perdendo a autonomia ao firmar esses contratos. Essa integração conduz o camponês a adotar modernas tecnologias, aumentando assim o volume de produção, mas a renda líquida é muito baixa. Mesmo assim, esse sistema garante a sobrevivência do pequeno proprietário rural e, em contrapartida, a agroindústria garante o fornecimento de insumos de acordo com as necessidades que a atividade desempenhada requer (LOUREIRO, 1987). Em contrapartida, a “integração vertical” tem significado estratégias no *agribusiness* brasileiro, proporcionando maior controle da matéria-prima pelas agroindústrias e promovendo a competitividade das empresas.

A pesquisa demonstrou como o nível tecnológico representa obstáculos que estão forçando adaptações, apontando dificuldades e desafios à reprodução das condições de existência desses camponeses.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No campo, os espaços territoriais manifestam as diversas combinações do uso econômico do solo, aliadas às diferentes formas de reprodução social vinculadas à agricultura. Transitar por essas porções geográficas é deparar-se com grandes diversidades, cuja riqueza de detalhes sugere imbricadas relações que constroem territorialidades.

Os debates sobre o cooperativismo têm ganhado grande destaque nos últimos tempos devido à implantação do “novo” modelo agrícola brasileiro. Esse novo modelo tem distanciado as cooperativas de seus princípios intrínsecos, transformando-as em empresas agroindustriais. As mudanças acontecem também nas propriedades rurais, que acabam introduzindo atividades voltada para o agronegócio.

Esta pesquisa foi empreendida no sentido de analisar os “nós” do processo de territorialização, de desterritorialização e de reterritorialização da Cooperativa Agroindustrial Lar no Oeste paranaense, bem como sua mediação na implantação da modernização da agricultura nas propriedades camponesas a partir de 1960.

Para tanto, esta pesquisa revela as imbricações na ação do sistema cooperativista, religioso e da ação do governo de Estado no território. Esses elementos formam os nós, as malhas e as redes construídos ou reconstruídos a partir das relações de poder que vão determinar as dinâmicas do espaço oestino-paranaense. Os reflexos dessas ações são manifestados na propriedade camponesa, construindo novas territorialidades e evidenciando o consumo de tecnologias e de pacotes tecnológicos. A Cooperativa Agroindustrial Lar materializou o capitalismo no campo, realizando esse intento em resposta ao Complexo Agroindustrial. Isso nos revela as relações de poder que estão presentes no campo tendo em vista a cooperativa e os associados.

As discussões acerca do território nos remetem às relações de poder que, segundo Raffestin (1993), estão presentes nas ações do governo de Estado, nas ações dos governos municipais, nas empresas, nas organizações e nas relações sociais que determinam a vida cotidiana, visando controle e dominação. Sucedeu, pois, que a soma dessas relações resultou em grandes mudanças no espaço rural.

A criação de animais em confinamento (de aves e de suínos), principalmente na região estudada, se deu em resposta ao Complexo Agroindustrial desenvolvido a partir de 1960 e que ganhou força no final da década de 1970 e início da de 1980. Sendo assim, as cooperativas se converteram em canais internos e internacionais de comercialização, como agentes de industrialização da produção agrícola. O “cooperativismo empresarial” assim inserido no sistema capitalista direciona seus cooperados camponeses a produzirem de acordo com as necessidades do mercado, transformando o espaço rural e alterando o modo de vida dos camponeses.

Nesse sentido, as inovações tecnológicas deram novos direcionamentos às atividades produtivas, que passaram a incorporar novas técnicas e novos equipamentos. A agroindustrialização se expandiu rapidamente e passou a exigir a reestruturação da produção e do trabalho no campo.

Refletindo sobre os resultados obtidos nesta pesquisa, pode-se afirmar que a cooperativa foi a grande mediadora da introdução do agronegócio no campo e, em consequência disso, através dela foi promovida a territorialização do capitalismo.

Essa e outras cooperativas optaram, em certo momento de suas histórias, pela agroindustrialização e conseguiram a consequente expansão da sua atuação no mercado. Em decorrência disso, seu leque de fornecedores e de clientes foi ampliado para focar também os consumidores de seus produtos finais, sempre contando com a participação de seus associados, que ficam subordinados a jusante e a montante da indústria fornecedora de insumos e da agroindústria processadora.

Pode-se afirmar que existem indícios de terem ocorrido mudanças na estrutura organizacional da Cooperativa Agroindustrial Lar devido à sua agroindustrialização. A estrutura organizacional foi sendo dividida em setores relacionados ao sistema produtivo composto pela agroindústria. A afirmação está baseada na dualidade decorrente da agroindustrialização empresa/associação e cooperativa/associado promovidas pelas necessidades do Complexo Agroindustrial.

É pertinente destacar alguns pontos que não fizeram parte do escopo desta pesquisa, mas que podem instigar a realização de estudos futuros. Dentre eles, tem-se a percepção de que as relações de poder de manipulação através mídia são suficientemente fortes dentro da organização a ponto de orientarem o comportamento das pessoas, principalmente nas questões relacionadas aos objetivos da organização, à postura individual em relação à participação na gestão, bem como a disposição para trabalhar em equipe. Realizar análises comparativas a

respeito dos “nós” da territorialização gerados pela Cooperativa Agroindustrial Lar e pela COPAGRIL no Paraná e investigar as relações de poder desenvolvidas através dos programas educativos do cooperativismo, essas são mais algumas ideias levantadas para estudos futuros, mas não se trata de conclusão pronta.

## REFERÊNCIAS

ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais**: pesquisa quantitativa e qualitativa. São Paulo: Pioneira, 1998.

ALVES, Madilson Fracelinoi; CORRIJO, Beatriz Rodrigues; CANDIOTTO, Luciano Zanett Pessoa. Desenvolvimento territorial e agroecologia. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPÓSITO, Eliseu Savério. **Território, territorialidade e desenvolvimento**: diferentes perspectivas no nível internacional e no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2008. 256 p.

ALMEIDA, Rosemeire A. de. **Identidade, distinção e territorialização**: o processo de (re)criação camponesa no Mato Grosso do Sul. 2003. 391 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Unesp, Presidente Prudente, 2003.

BAGGIO, Adelar Francisco. **Elementos de cooperativismo e administração rural**. Ijuí: FIDENE, 1983.

BELUSSO, Diane. **A integração de agricultores às cooperativas agrícolas abatedoras de frangos no Oeste do Paraná**. 2010. Tese (Doutorado) - Presidente Prudente, 2010.

BOESCHE, Leonardo. **Fidelidade cooperativa**: uma abordagem prática. Curitiba, PR: Sescop/PR, 2005. 96 p.

BULHÕES, R. **Limites e possibilidades para a expansão da cultura da soja no Paraná**. 2007. Tese (Doutorado) – Unicamp - Instituto de Economia, Campinas, 2007.

BRUM, A. J. **Modernização da agricultura**: trigo e soja. Ijuí: Vozes, 1987.

DE BONI, Luis Alberto. O catolicismo -- da imigração do triunfo à crise. In: DACANAL, José H.; GONZAGA, Sergius (Orgs.). **RS: imigração & colonização**. Porto Alegre, RS: Mercado Aberto, 1980.

DEITOS, Nilceu Jacob. **Representações pentecostais no Oeste Paranaense**. (A Congregação Cristã do Brasil em Cascavel – 1970/1995). Florianópolis: UFSC, 1996.

ELIAS, D. **Globalização e agricultura**: a região de Ribeirão Preto – SP. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003. (Coleção Campi; 21.)

FAJARDO, Sérgio. O novo padrão de desenvolvimento agroindustrial e a atuação das cooperativas agropecuárias no Paraná. **Caminhos da Geografia**, v. 7, n. 17, p. 31-47, fev. 2006. Disponível em: <<http://www.caminhosdegeografia.ig.ufu.br/viewiss ue.php?id=44>>.

FAUCHER, Daniel. **Géographie agraire**. Types de cultures. Paris: Libr. de Medicis, 1949.

FERREIRA, Darlene Aparecida de Oliveira. **Mundo rural e geografia: geografia agrária no Brasil: 1930-1990**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

FIGUEIREDO, A. H. de. Crédito rural e mudança tecnológica no oeste do Paraná. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, n. 54, p. 83-117, abr./jun. 1992.

FLEISCHFRESSER, Vanessa. **Modernização tecnológica da agricultura: contrastes regionais e diferenciação social no Paraná da década de 70**. Curitiba, PR: Livraria do Chain: CONCITEC: IPARDES, 1988. 154 p.

FLEURY, Maria Tereza Leme. Cooperativismo e desenvolvimento capitalista na agricultura. In: \_\_\_\_\_. **Cooperativa agrícola e capitalismo no Brasil**. São Paulo: Global Editora, 1983. p. 15-41.

FONSECA; S. R da; COSTA, V. M. H. de. As transformações recentes no setor agroindustrial brasileiro: uma abordagem da atividade cooperativista. **Boletim de Geografia Teórica**, v. 25, n. 49-50, p. 363-372, 1995.

FREITAG, L. da C. **Fronteiras perigosas: migração e brasilidade no extremo-oeste paranaense (1937-1945)**. Cascavel, PR: Edunioeste, 2001. 140 p.

GAMBI, Lucio. **Critica ai concetti geografici di paesaggio umano**. Faenza: Fratelli Lega, 1961.

GRAZIANO NETO, Francisco. **Questão agrária e ecologia: crítica da moderna agricultura**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

GRAZIANO DA SILVA, J. O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e a reforma agrária. p.137-143. In: STÉDILE, J. P. (coord.). **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1994.

\_\_\_\_\_. **Café amargo: cafeicultura, homens, mulheres e capital de Verena Stolcke (1850 – 1980)**. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, nº 3, 1986.

\_\_\_\_\_. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas, SP: Instituto de Economia/ Unicamp, 1996, 217 p.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GREGORY, Valdir. **Os eurobrasileiros e o espaço colonial: migrações no oeste do Paraná (1940-70)**. Cascavel, PR: Edunioeste, 2002. 266 p.

HAESBAERT, Rogério. **“Gaúchos” no nordeste: modernidade, des-territorialidade e identidade**. 1995. 385p. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade de São Paulo, Departamento de Geografia, São Paulo, 1995.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. 395 p.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HESPANHOL, Antonio Nivaldo. **Dinâmica agroindustrial, intervenção estatal e a questão do desenvolvimento da região de Andradina – SP**. Rio Claro, 1996. 273 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro.

\_\_\_\_\_. Desafios da geração de renda em pequenas propriedades e a questão do desenvolvimento rural sustentável no Brasil. In: \_\_\_\_\_. **Desenvolvimentos territoriais e agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

ILHA, P. C. A história do pensamento cooperativo e o modelo de gestão organizacional. **Ciências Sociais Aplicadas em Revista**, Marechal Cândido Rondon, v. 5, n. 8, jan./jun., 2005.

IRON, J. E. **Cooperativismo e economia social**: a prática do cooperativismo como alternativa para uma economia centrada no trabalho e no homem. São Paulo: Ed STS, 1997.

LALANDE, Andre. **Vocabulário técnico e crítico da filosofia**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

LEFEBVRE, H. **Revolução urbana**. Tradução: Sergio Martins. Belo Horizonte, MG: Ed. UFMG, 1999. 178 p.

LIMA, Marcos Augusto Teixeira de Freitas Carvalho. **O cooperativismo paranaense**: bases históricas na sua relação teoria-prática. 1988. 74 p. Monografia (Curso de Especialização em Administração de Empresas) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1988.

LOBATO, Roberto Corrêa; ROSENDAHL Zeny. Paisagem, imaginário e espaço. In: LUCHIARI, Maria Tereza Duarte Paes. **A (re)significação da paisagem no período contemporâneo**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p. 9-28.

LOUREIRO, M. R. **O cooperativismo agrícola na dinâmica social do desenvolvimento periférico dependente: o caso brasileiro**. São Paulo: Cortez Editora/Autores Associados.

LUCHIARI, M. T. D. P. A (re)significação da paisagem no período contemporâneo. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). **Paisagem, imaginário e espaço**. Rio de Janeiro: UERJ, 2001. p. 9-28.

MACCARI, Neiva. **Migração e memórias**: a colonização do oeste paranaense. 1999. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1999.

MACHADO, Lia O. Limites, fronteira e redes. In: STROHAECKER et al. (Orgs). **Fronteiras e espaço global**. Porto Alegre, RS: AGB. 1998. p. 41-49.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso**. 3.ed. Tradução: Freda Indursky. Campinas, SP: Pontes: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1997.

MARIN, Roberto. **Lar na história**: os 40 anos da Cooperativa Agroindustrial Lar. Cascavel, PR: Gráfica Tuicial, 2005. 200 p.

MARTINE, George. A trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia? In: "Fases e faces da modernização agrícola". **Revista de Planejamento e Política Pública**, Brasília, n. 3, ago. 1990.

MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo**: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

\_\_\_\_\_. **Os camponeses e a política no Brasil**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

MEGALE, Januário F. Geografia agrária: objeto e método. **Métodos em Questão**, São Paulo, n. 12, . p.1-23, 1976.

MARX, Karl. **Formações econômicas pré-capitalistas**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

\_\_\_\_\_. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. Tradução: José Carlos Bruni et alii. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

\_\_\_\_\_. **O capital**: crítica da economia política – o processo de produção do capital. Tradução: Reginaldo Sant'Anna. 18. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. Livro I, v. 2.

\_\_\_\_\_. **O capital**: crítica da economia política – o processo de produção do capital. Tradução: Reginaldo Sant'Anna. 21. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003a. Livro I, v. 1.

\_\_\_\_\_.; ENGELS, F. **Manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo, 2005. 255p.

\_\_\_\_\_. ; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Tradução: Luiz C. Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MAZZALI, Leonel. **O processo recente de reorganização agroindustrial**: do complexo à organização "em rede". São Paulo: Editora UNESP, 2000.

MORAES, Antonio Carlos Robert; COSTA, Wanderley Messias da. Valor e espaço. In: \_\_\_\_\_. **A valorização do espaço**. São Paulo: Huditec, 1999.

MOREIRA, R. J. **Terra, poder e território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. v. 1. 360 p.



MOTTA, Marcia. **Dicionário da terra**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2005. 518 p.

MYSKIW, Antonio Marcos. **Titulação de terras no oeste paranaense**: uma análise documental. 2000. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de História) – UNIOESTE, Marechal Cândido Rondon, 2000.

OCEPAR. SESCOOP-PR – Organização das Cooperativas do Estado do Paraná. Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo. **Informe Diário**, n. 2.282, 9 de fevereiro de 2010. Disponível em: <<http://www.ocepar.org.br>>. Acesso em: 15 mar. 2010.

OCEPAR. SESCOOP-PR – Organização das Cooperativas do Estado do Paraná. Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo. **Informe Diário**, n. 2.373, 23 de junho de 2010. Disponível em: <<http://www.ocepar.org.br>>. Acesso em: 3 jul. 2010.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. O campo brasileiro no final dos anos 80. In: STÉDILE, João Pedro. **A questão agrária hoje**. Porto Alegre, RS: Ed. Universidade; UFRCS, 2002. p. 45-67.

\_\_\_\_\_. **A agricultura Camponesa no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1997. 164 p.

\_\_\_\_\_. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Ática, 1987.

\_\_\_\_\_.; MARQUES, M. I. M. (Org.). **O campo no início do Século XXI**: território devida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Paz e Terra; Casa Amarela, 2004. 372 p.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Análise de discurso**: princípios & procedimentos. Campinas, SP: Pontes, 1999.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Terra e vida**: a geografia dos camponeses no norte do Paraná. 2003. Tese (Doutorado) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2003.

\_\_\_\_\_. **Por uma geografia dos camponeses**. São Paulo: Unesp, 2006.

PFLUCK, L. D. **Mapeamento geo-ambiental e planejamento urbano**: Marechal Cândido Rondon-PR/1950-1997. Cascavel, PR: Edunioeste, 2002. 128 p.

PINHO, Diva Benevides. Precursores do pensamento econômico cooperativo. In: \_\_\_\_\_. **Economia e cooperativismo**. São Paulo: Saraiva, 1977. p. 71-88.

\_\_\_\_\_. **A doutrina cooperativa nos regimes capitalista e socialista**. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1966.

\_\_\_\_\_. **O pensamento cooperativo e o cooperativismo brasileiro**: manual do cooperativismo. São Paulo, 1982

PIRES, Maria Luiza Lins e Silva. **O cooperativismo agrícola em questão**. Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2004.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução: Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993. 269 p.

RECH, D. **Cooperativas: uma alternativa de organização popular**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

RIOS, Gilvando Sá Leitão. **O que é cooperativismo**. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 69 (Coleção Primeiros Passos nº 189).

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: HUCITEC, 1991.

\_\_\_\_\_. **Por uma outra globalização**. 9. ed. São Paulo: Record, 2002.

\_\_\_\_\_. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. São Paulo: Record, 2000.

\_\_\_\_\_; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil - território e sociedade no início do século XXI**. 6. ed. São Paulo: Record, 2004.

SAQUET, Adriano et al. **Agricultura ecológica e ensino superior: contribuições ao debate**. Francisco Beltrão, PR: Grafit, 2005.

SAQUET, Marcos. Campo-território: considerações teórico-metodológicas. **Revista de Geografia Agrária**, n.1, v. 1, , p. 60-81, fev. 2006.

\_\_\_\_\_. Território e paisagem: da construção material à representação. In. \_\_\_\_\_. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 139-146.

\_\_\_\_\_; SPÓSITO, Eliseu Savério. **Território e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. 368 p.

SCHALLENBERGER, Erneldo. **O associativismo cristão no sul do Brasil: a contribuição da Sociedade União Popular e da Liga das Uniões Coloniais para a organização social e o desenvolvimento sul-brasileiro**. 2001. 594p. Tese (Doutorado) – PUCRS, Porto Alegre, 2001.

\_\_\_\_\_. Cooperativismo e desenvolvimento comunitário. **Mediações: Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 8, n. 2, 2003.

\_\_\_\_\_. Políticas de colonização: uma análise da região oeste do Paraná antes e depois do golpe militar de 1964. **Revista de Estudos Sociais**, Cuiabá- MT, v. 4, n. 21, 2009.

SCHLOSSER, Marli Terezinha Szumilo. **Disciplina de mestrado da Unioeste do Curso de Geografia**. Francisco Beltrão, 2 sem. 2008.

\_\_\_\_\_. **Nas ondas do rádio: a viabilização da modernização agrícola no Oeste do Paraná (1960-1980).** 2001. Dissertação (Mestrado em Geografia) – UEM, Maringá, 2001.

\_\_\_\_\_. **Rádio, consensos e dissensos: o reverso do discurso e a crise da especialização agrícola (extremo oeste do Paraná)** – Tese (Doutorado em Geografia)- Unesp - Presidente Prudente, 2005. 259p.

SCHNEIDER, J. Elmo. O cooperativismo agrícola na dinâmica social do desenvolvimento periférico dependente: o caso brasileiro. In: LOUREIRO, M. Rita (Org.). **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil.** São Paulo: Cortez, 1981.

SERRA, Elpídio. As cooperativas do agronegócio e suas (novas) características no Paraná. **Geografia**, Londrina, v. 18, n. 1, jan./jun. 2009. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/>>.

\_\_\_\_\_. **Contribuição ao estudo do cooperativismo na agricultura do Paraná: o caso da Cooperativa de Cafeicultores e Agropecuaristas de Maringá.** 1986. Dissertação (Mestrado) - UNESP, Rio Claro, 1986.

\_\_\_\_\_. O cooperativismo híbrido e suas formas de atuação no Paraná. **Revista AGRÁRIA**, São Paulo, n. 8, p. 4-22, 2008.

SETTI, Eloy Olindo. **Cooperativismo paranaense: Ocepar 35 anos: mais de um século de história.** Curitiba, PR: Ocepar, 2006. 268 p.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 8, n. 7, jul./dez. 2005.

SILVA, José Graziano da. **O que é questão agrária.** 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

\_\_\_\_\_. **Para entender o Plano Nacional de Reforma Agrária.** São Paulo: Brasiliense, 1985.

\_\_\_\_\_. **A nova dinâmica da agricultura brasileira.** 2. ed. Campinas, SP: UNICAMP, 1998.

SPÓSITO, Eliseu S. **Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico.** São Paulo: Editora UNESP, 2004.

SZMRECSÁNYI, Tamás. **Pequena história da agricultura no Brasil.** 4. ed. São Paulo: Contexto, 1998.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: A pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

VANDERLINDE, Tarcísio. Capa: o jeito luterano de atuar com os pequenos agricultores no Sul do Brasil. **Estudos Teológicos**, Curitiba, n. 10, p. 49-60, 2005.

WACHOWICZ, Ruy C. **Obrageros, mensus e colonos: história do Oeste do Paraná**. Curitiba, PR: Vicentina, 1987.

## ENTREVISTAS

ANGHEBEN, Artemio. **Entrevista concedida a Marilucia Ben**. Medianeira, 19 jun. 2010.

ANGHEBEN, Décio. **Entrevista concedida a Marilucia Ben**. Medianeira, 19 jun. 2010.

AROIT, Eugênio. **Entrevista concedida a Marilucia Ben**. Medianeira, 20 jun. 2010.

BORTOLINI, Milton José. **Entrevista concedida a Marilucia Ben**. Medianeira, 19 jun. 2010.

CANEVESE, Alcino. **Entrevista concedida a Marilucia Ben**. Medianeira, 30 jun. 2010.

DALANHOL, Hermínio. **Entrevista concedida a Marilucia Ben**. Medianeira, 25 jun. 2010.

HOMÉ, Nivaldo Francisco. **Entrevista concedida a Marilucia Ben**. Medianeira, 30 jun. 2010.

RICKEN, Leonardo. **Entrevista concedida a Marilucia Ben**. Medianeira, 19 jun. 2010.

## SITES

ESTATUTO da terra. Lei nº 4.504 – de 30 de novembro de 1964. Disponível em: <<http://www.frigoletto.com.br/GeoRural/estatutoterra.htm>>. Acesso em: 7 jul. 2011.

LEI Agrária. Lei Federal nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8629.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8629.htm)>. Acesso em: 7 jul. 2011.

MACHADO, Lia Osório. **Limites, fronteiras, redes. Porto Alegre**. Porto Alegre, 1998. Disponível em: <<http://acd.ufrj.br/fronteiras/pdf/LimitesPAlegre1998.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2009.

VANDERLINDE, Tarcísio. CAPA: o jeito luterano de atuar com os pequenos agricultores no sul do Brasil. **Estudos Teológicos**, v. 46, n. 2, p. 143-162, 2006. Disponível em: <[http://www3.est.edu.br/publicacoes/estudos\\_teologicos/vol4602\\_2006/et2006-2j\\_tvanderlinde.pdf](http://www3.est.edu.br/publicacoes/estudos_teologicos/vol4602_2006/et2006-2j_tvanderlinde.pdf)>. Acesso em: 15 abr. 2009.

VANDERLINDE, Tarcísio. Capa: o jeito luterano de atuar com os pequenos agricultores no Sul do Brasil. **R. RAÍE GA**, Curitiba, n. 10, p. 49-60, 2005. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/raega/article/viewFile/4986/3776>>. Acesso em: 18 abr. 2009.

## **APÊNDICES**

APÊNDICE A - TERMO DE DOAÇÃO/CESSÃO GRATUITA DE DIREITOS SOBRE  
DEPOIMENTO ORAL

CIENTE:

Eu,.....,  
brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade -  
RG/nº....., autorizo, para fins  
científicos, a utilização das informações por mim declaradas. As quais serão  
posteriormente transcritas. Medianeira- Paraná, 10 de março de 2010. Objeto:  
entrevista gravada para o Mestrado em Geografia pela Universidade Estadual Oeste  
Paranaense- Unioeste- Francisco Beltrão.

-----  
Assinatura

## APÊNDICE B - QUESTÕES TEMÁTICAS AO PRESIDENTE DA COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL LAR

1. Quanto tempo (foi) é presidente da Cooperativa Lar?
2. Como a Cooperativa Lar trata a questão da modernização da agricultura?
3. Como a Cooperativa trata o processo de modernização da agricultura?
4. Qual foi o papel do governo de Estado nesse processo de transição?
5. Qual é o principal plano de desenvolvimento da Cooperativa Lar hoje?
6. Como foi criado e para quê foi criado o informativo Lar?
7. Quais as principais informações trazidas pelo informativo Lar?
8. Como foi a transformação da Cooperativa Lar em Agroindústria?
9. Como era visto o associado da Cooperativa e hoje da agroindústria?
10. O que mudou a partir do momento que a Cooperativa se tornou Agroindústria?
11. E os valores cooperativistas, como são preservados a partir do momento que a cooperativa se tornou agroindústria?
12. Quais foram as mudanças ocorridas com a transformação agroindustrial?
13. Qual é o padrão de vida dos associados ou a classificação deles, se é que há uma classificação?
14. Como os associados foram inseridos na modernização da agricultura?
15. Qual é a principal atividade desenvolvida dentro da Cooperativa hoje?
16. Como é a relação comercial entre os associados - há discriminação de quem tem mais capital ou quem tem menos?
17. O que é feito com as sobras?
18. Como é feita a classificação pelo associado?
19. Método adotado para definir preços?
20. Como os associados adquirem máquinas ou insumos para desenvolver as atividades?



## APÊNDICE C - QUESTÕES TEMÁTICAS AOS PROPRIETÁRIOS DE AVIÁRIO(S)

1. Nome?
2. Idade?
3. Estado civil? Tem filhos? Quantos?
4. O senhor é proprietário da terra? Quantos hectares possui?
5. Há quanto tempo mora no Paraná? De onde veio? Por que veio?
6. Quem veio junto ou já estava aqui?
7. Quando veio para o Paraná?
8. E quando chegou, o que encontrou?
9. Como era a vida social? Era mais unido? E hoje?
10. Com a destoca, o que começou cultivar? Empregava tecnologia?
11. Que animais eram criados na propriedade nessa época?
12. O que plantava no estado de origem? Fazia parte de alguma cooperativa?
13. E no Paraná, o que começou plantando?
14. Utilizava e utiliza mão de obra familiar em sua terra de origem? E no Paraná?
15. Quais eram as propagadas para comprar terras no Paraná?
16. Como compraram terras no Paraná?
17. Qual é sua religião?
18. A Igreja fazia propaganda sobre o Paraná?
19. Endereço?
20. Quando se tornou sócio da Cooperativa Lar? Por quê?
21. Qual é a diferença entre a Lar e a Sadia?
22. O que mudou na sua vida após se tornar sócio da Cooperativa Lar?
23. Como era a propriedade antes de ser sócio e o que mudou após sua efetiva associação?
24. Quais eram os produtos que a cooperativa apoiava para o agricultor produzir ou criar? E hoje?
25. Quantos hectares possui no total? O que planta e cria?
26. Quantos hectares usa? Qual é o tamanho do aviário? Quantos pintainhos abriga?
27. Pode criar todos os animais que criava antes?
28. Como construiu o aviário?

29. Quem determina os preços desses insumos até a produção final?
30. Quais eram os cursos ofertados pela cooperativa na época e que cursos eram esses?
31. Como eram passadas as informações sobre tecnologia, preço do produto, etc.?
32. Como era a relação entre associado e cooperativa? E com o presidente da Lar?
33. O que achou da agroindustrialização da Lar?
34. Como os agricultores aderiram às novas ideias para produzir?
35. Qual era o meio de comunicação que a cooperativa usava para se comunicar com os associados?
36. O senhor ouviu o informativo Lar? Por quê?
37. Onde o rádio se localiza na casa? Horários dos programas?
38. O senhor sente que mudou seu estilo de vida após se associar na cooperativa?
39. Sobre a modernização:
40. Por que e como se modernizou?
41. O que pensa sobre a modernização?
42. Qual é a necessidade de se modernizar?
43. E a história de sua família é passada de geração para geração? A forma de cultivar a terra?
44. Quantas cabeças de gado de leite possui?
45. Por que começou diversificando com a atividade de aves?
46. Como é o trabalho nesses aviários?
47. É difícil? E a vida social como fica? E o descanso?
48. Se fosse para mudar alguma coisa, o que mudaria?

## APÊNDICE D - QUESTÕES TEMÁTICAS AOS TÉCNICOS

1. Nome?
2. Idade?
3. Estado civil? Tem filhos? Quantos?
4. O senhor é proprietário da terra? Qual atividade desempenha?
5. Qual é seu cargo na Cooperativa Lar?
6. Há quanto tempo mora no Paraná? De onde veio? Por que veio?
7. Quem veio junto ou já estava aqui?
8. E quando chegou, o que encontrou?
9. O que plantava no estado de origem? Fazia parte de alguma cooperativa?
10. Quais eram as propagandas para comprar terras no Paraná?
11. Qual é sua religião?
12. Endereço?
13. Quando se tornou sócio da Cooperativa Lar? Por quê?
14. Quais eram os produtos que a cooperativa apoiava para o agricultor produzir ou criar?
15. Quem determina os preços desses insumos até a produção final?
16. Como funciona a conversão?
17. O que é fornecido para o frango até o momento do abate?
18. Como eram passadas as informações sobre tecnologia, preço do produto, etc.?
19. O que achou da agroindustrialização da Lar?
20. Como os agricultores aderiram às novas ideias para produzir?
21. Qual era o meio de comunicação que a cooperativa usava para se comunicar com o associados?
22. O que pensa sobre a modernização?
23. Qual é a necessidade de se modernizar?
24. Como foram feitos os financiamentos para introduzir a modernização? Quem financiava?
25. Como era a tecnologia no início da introdução da atividade aviária e hoje?
26. Para que servem as placas com o nome do proprietário na entrada dos aviários?
27. Se fosse para mudar alguma coisa, o que mudaria?

## **ANEXOS**

## ANEXO A – MATERIAL FORNECIDO PELA BIBLIOTECA MUNICIPAL DE MEDIANEIRA



### PREFEITURA MUNICIPAL DE MEDIANEIRA

#### COOPERATIVA CENTRAL AGROPECUÁRIA SUDOESTE LTDA - SUDCOOP

Fundada em 13 de dezembro de 1977, no Sudoeste do Estado do Paraná, a cooperativa Central Agropecuária Sudoeste Ltda - SUDCOOP, tendo como objetivo principal a industrialização da produção das Cooperativas Filiadas e seus cooperados, vindo a transferir-se para Medianeira, região Oeste do Paraná em 1981. Quadro societário:

COPAGRIL - Cooperativa Agrícola Mista Rondon Ltda.  
 COOPAGRO - Cooperativa Agropecuária Mista do Oeste Ltda.  
 COTREFAL - Cooperativa Agropecuária Três Fonteiras Ltda  
 COPACOL - Cooperativa Agrícola Consolata Ltda  
 COOPERVALE - Cooperativa Agrícola Mista Vale do Piquiri Ltda.

As cinco filiadas são compostas por 30.000 produtores.

A Sudcoop é organizada por duas grandes áreas de negócios: Carne através da marca Frimesa, com capacidade de abate para 1500 suínos diários, e área de leite através das marcas Reggio e Rei do Oeste com um recebimento diário de 350.000 litros/dia. Contando com 1250 colaboradores para a industrialização de suas matérias-primas.

#### COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO RURAL DE MEDIANEIRA - CERME

Fundada em 03 de outubro de 1973, iniciando com 31 associados.

Primeiro Presidente: José Celso Buss	Período 1973/1976
Segundo Presidente: Máximo Fioreze	Período 1976/1983
Terceiro Presidente: Moisés Pistore	Período 1983 até hoje

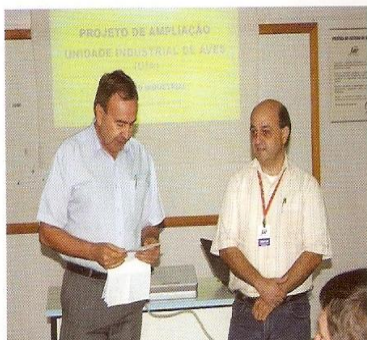
Área de ação: Medianeira, Serranópolis do Iguaçu, Missal, Santa Helena, Matelândia e São Miguel do Iguaçu.

Até o ano de 1982 a Cerme só operava na construção de Redes e Distribuição de Energia Elétrica. A partir de 1983 passou a desenvolver a atividade comercial (venda de material elétrico, eletrodomésticos e móveis), estado hoje com cinco lojas.

A partir de 1984 passou a construir redes elétricas para a Copel e dar manutenção em suas redes elétricas na região.

Número de associados atual: 2.807  
 Transformadores instalados: 1.305  
 Potência instalada: 16.434 KVA

## GERAL



REUNIÃO EM MATELÂNDIA: Rodrigues e Fiuza Sobrinho expõem detalhes do projeto de ampliação da UIA

## MATELÂNDIA

### Ampliação da Unidade Industrial de Aves foi tema de encontro

Desde o início das atividades da Unidade Industrial de Aves (UIA) em 19 de setembro de 1999, no distrito de Agrocafeeira, município de Matelândia, as estatísticas demonstrativas da atividade avícola na área de ação da Cooperativa Lar têm apresentado uma grande curva ascendente. São mais de três centenas de avicultores integrados, que operam 454 aviários e abastecem a indústria com um volume de produção que permite à UIA abater atualmente, em média, 138 mil frangos/dia.

Uma nova meta foi estabelecida para o ano de 2012: a elevação do volume de abate para 280.000 frangos/dia. Para tanto, as instalações físicas da Unidade Industrial de Aves estão sendo ampliadas, a um custo final de R\$ 100

milhões. Só na indústria, esse projeto de expansão vai gerar cerca de mil novos empregos diretos. O quadro de funcionários passará dos atuais 2012 para cerca de 3.100 funcionários daqui a dois anos.

Para detalhar os investimentos que a Lar está fazendo na UIA e o que isso significa para a microrregião, o Diretor Presidente Irineo da Costa Rodrigues e o gerente da divisão industrial, engenheiro Reinaldo Fiuza Sobrinho reuniram-se com lideranças do município de Matelândia, no final do mês de abril.

Falando para um público de aproximadamente 60 pessoas, tanto Rodrigues quanto Reinaldo Sobrinho relembrou os benefícios que o abatedouro de aves trouxe para o município em mais de 10 anos de atividades. “Dos 2 mil funcionários, 900 têm residência fixa em Matelândia, o que coloca R\$ 8 milhões mensalmente no bolso desses trabalhadores, movimentando o comércio, a saúde, os prestadores de serviços e a arrecadação do município”, disse Sobrinho.

Por sua vez Irineo da Costa Rodrigues salientou que “a Lar está fazendo a sua parte e levando o nome do município para todo o planeta, através das exportações para Europa, Ásia, Oriente Médio e países do continente americano”.

Aos investimentos que a Cooperativa realiza, como é o caso da ampliação da UIA, que vai gerar mais empregos, renda e impostos em Matelândia, deve corresponder a necessária contrapartida do poder público, cobrou Rodrigues. Segundo ele, há necessidade premente de novos investimentos nas áreas de habitação, saúde e educação para atender a demanda do crescimento populacional urbano que a expansão industrial certamente induzirá. Ao mesmo tempo, há necessidade de desenvolver algumas obras de infraestrutura viária e prestar apoio aos produtores rurais na edificação de novos aviários. “Tudo deve ser em parceria com o poder público”, finalizou Rodrigues.

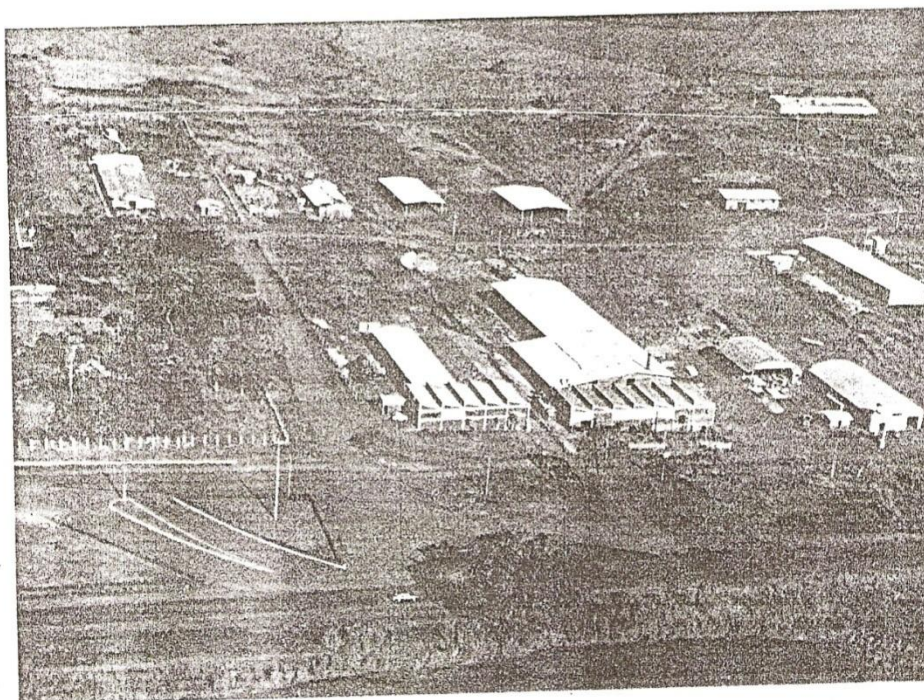


## ANEXO C - MATERIAL FORNECIDO PELA BIBLIOTECA MUNICIPAL DE MEDIANEIRA



### Indústria e Comércio garantem Crescimento Econômico

O cooperativismo também é responsável por boa parte da atividade econômica de Medianeira. Além da Sudcoop, que mantém no Município sua matriz e uma unidade frigorífica (7.992 associados), este segmento econômico é composto pela Cotrefal – Cooperativa Agropecuária Três Fronteiras Ltda (5.325 associados) e a Cerme – Cooperativa de Eletrificação Rural de Medianeira (2.725 associados).



Parque Industrial.

